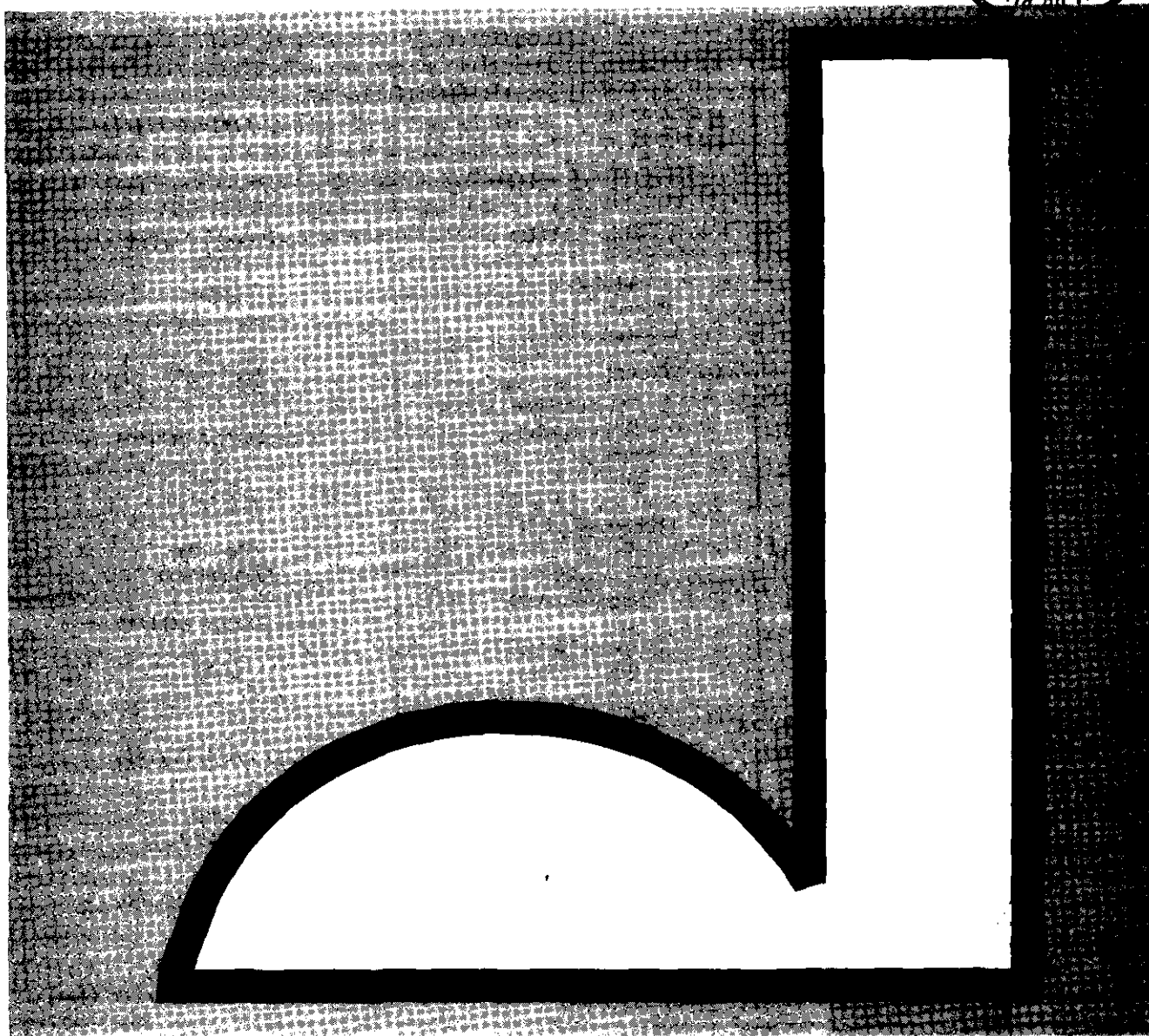




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA
Presidente
José Sarney - PMDB - AP

1º Vice-Presidente
Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente
Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário
Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário
Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário
Levy Dias - PPB - MS

4º Secretário
Emandes Amorim - PMDB - RO

Suplentes de Secretário
Antonio Carlos Valadares - PSB - SE
José Eduardo Dutra - PT - SE
Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR
Ney Suassuna - PMDB - PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

Corregedor
(Eleito em 16-3-95)
Romeu Tuma - PSL - SP

Corregedores Substitutos
(Eleitos em 16-3-95)
1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS
2º Senador Joel de Holanda - PFL - PE
3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)
Nabor Júnior - PMDB - AC
Waldeck Ornelas - PFL - BA
Emília Fernandes - PTB - RS
José Ignácio Ferreira - PSDB - ES
Lauro Campos - PT - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Elcio Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes
José Roberto Arruda - PSDB - DF
Vilson Kleinübing - PFL - SC
Ramez Tebet - PMDB - MS
Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Jáder Barbalho

Vice-Líderes
Ronaldo Cunha Lima
Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvan Borges
Fernando Bezerra
Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Hugo Napoleão

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Joel de Holanda
Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sérgio Machado

Vice-Líderes
Geraldo Melo
José Ignácio Ferreira
Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB

Líder
Epitácio Cafeteira
Vice-Líderes
Leomar Quintanilha
Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDT

Líder
Júnia Marise

LIDERANÇA DO PT

Líder
Eduardo Suplicy

Vice-Líder
Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Valmir Campelo

Vice-Líder
Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PPS

Líder
Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB

Líder
Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL

Líder
Romeu Tuma

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA
Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 19ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 1º DE FEVEREIRO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 49/96, do Ministro da Previdência e Assistência Social, referente ao Requerimento nº 1.462, de 1995, de informações, do Senador João Rocha. 01181

Nº 65/96, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 1.408, de 1995, de informações, do Senador João Rocha. 01181

Nº 78/96, do Ministro da Saúde, referente ao Requerimento nº 1.554, de 1995, de informações, do Senador Eduardo Suplicy. 01181

Nº 90/96, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 1.433, de 1995, de informações, do Senador Jader Barbalho. 01181

1.2.2 – Requerimentos

Nº 43, de 1996, do Senador Jader Barbalho, solicitando ao Ministro da Fazenda as informações que menciona. 01181

Nº 44, de 1996, do Senador João França, solicitando ao Ministro da Saúde as informações que menciona. 01182

1.2.3 – Ofício

Nº 76/96, do Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Luís Eduardo, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (Seção Brasileira). 01182

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR *ROMEY TUMA* – Reunião, ontem, em que o Governador Mário Covas explicou o acordo entre o Estado de São Paulo e o Governo federal sobre o saneamento do Banespa. Análise da discriminação do uso da maconha. 01182

SENADOR *PEDRO SIMON*, como Líder – Encontro da bancada do Rio Grande do Sul com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Privatização do Banco Meridional. 01185

1.2.5 – Requerimento

Nº 45, de 1996, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando que não sejam realizadas sessões do Senado nos dias 19 e 20 do corrente. Aprovado. 01187

1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *LÚCIO ALCÂNTARA* – Considerações sobre o projeto de lei das diretrizes e bases da educação. 01187

SENADOR *HUMBERTO LUCENA* – Relatório da participação da Delegação brasileira à 50ª Assembleia-Geral da ONU. 01191

1.2.7 – Requerimentos

Nºs 46 a 48, de 1996, da Senadora Marina Silva, solicitando a retirada dos Projetos de Lei do Senado nºs 3 a 5, de 1996, respectivamente, de sua autoria. 01193

Nº 49, de 1996, do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Ministro da Fazenda as informações que menciona. 01193

Nº 50, de 1996, do Senador Ney Suassuna, solicitando ao Ministro da Aeronáutica as informações que menciona. 01193

Nº 51, de 1996, do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Ministro da Fazenda informações que menciona. 01194

Nº 52, de 1996, do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Ministro da Aeronáutica as informações que menciona. 01194

1.2.8 – Comunicações da Presidência

Aprovação, pela Mesa do Senado, em reunião realizada nesta data, dos Requerimentos nºs 28, 31, 32, 34 e 42, de 1996, de autoria dos Senadores Ademir Andrade, João França, Júlio Campos e José Bianco, respectivamente, solicitando informações aos ministros mencionados. 01194

Recebimento do Aviso nº 7, de 1996, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 10, de 1995, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Ordinária do Plenário, do dia 24 de janeiro do corrente ano, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam. (*Diversos nº 11, de 1996.*) 01194

1.3 – ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1995 (nº 182/94, na Câmara dos Deputados), que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica. Usa da palavra, no segundo dia de discussão, o Sr. Eduardo Suplicy. 01194

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR BERNARDO CABRAL – Necessidade de uma comissão de ética formada pelos grandes jornais e jornalistas a fim de regularizar e manter o princípio constitucional da liberdade de imprensa. Defesa da imprensa livre.....	01195	SENADORA MARINA SILVA – Solidariedade às pessoas carentes que fazem tratamento de saúde fora do seu estado de origem.....	01228
SENADOR JEFFERSON PERES – Transcurso, ontem, do 40º aniversário da posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República. Desafio ao mito JK.....	01198	SENADOR ODACIR SOARES – Recebimento do livro <i>Bioética y Población</i> , de autoria do Professor Michel Schooyans, catedrático da Universidade de Louvain, Bélgica, visando a solução da pobreza no mundo.....	01228
SENADOR NEY SUASSUNA – Preocupações com o déficit no Orçamento de 1996 e as repercussões nas áreas de saúde e educação.....	01201	SENADOR ERNANDES AMORIM – Críticas à sistemática de apreciação do Orçamento, favorecendo a corrupção, o desvio e a ineficiência. Proposta de criação de uma comissão suprapartidária mista para a análise de obras prioritárias e a destinação de recursos no Orçamento.....	01230
SENADOR RENAN CALHEIROS – Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma e Modernização do Senado Federal, criado nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 2/95.....	01202	SENADOR CARLOS WILSON – A importância da manutenção do Programa do Alcool no Brasil.....	01231
1.3.2 – Fala da Presidência		1.3.4 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão	
Comunicando a entrada no ar da TV Senado, a partir de 5 de fevereiro, em caráter experimental.....	01205	1.4 – ENCERRAMENTO	
1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)		2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR	
SENADOR BERNARDO CABRAL – Cumprimos o Sr. Presidente e a Mesa pelo início das atividades da TV Senado.....	01205	Do Senador Lauro Campos, proferido na Sessão de 31-1-96. (Republicação.).....	01233
SENADOR PEDRO SIMON – Parabenizando a Mesa pelo início do funcionamento da TV Senado.....	01206	3 – RETIFICAÇÃO	
O SR. PRESIDENTE – Elogios ao Sr. Fernando César Mesquita e ao Grupo de Trabalho da Reforma e Modernização do Senado Federal pela colaboração na efetivação da TV Senado.....	01206	Ata da 18ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 31 de janeiro de 1996, e publicada no <i>Diário do Senado Federal</i> de 1º de fevereiro de 1996.....	01235
SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Elogios à iniciativa da Casa pela implantação da TV Senado. Cumprimentos ao Sr. Renan Calheiros pela excelente atuação à frente do Grupo de Trabalho da Reforma e Modernização do Senado.....	01206	4 – ATA DE COMISSÃO	
SENADOR ADEMIR ANDRADE , como Líder – Associando-se às manifestações da Casa de regozijo pelo início das atividades da TV Senado. Audiência com o Presidente do Incra, Dr. Raul do Valle, visando a concretização dos programas de assentamento previstos pelo governo. Necessidade da contratação de funcionários pelo Incra.....	01207	1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 18 de janeiro de 1996.....	01236
SENADOR EDUARDO SUPLEY – Repúdio à decisão da Justiça em manter presos os líderes do Movimento dos Sem-Terra do Pontal do Paranapanema.....	01223	5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sugestões do Senador José Eduardo Dutra aca- tadas pela Comissão de Educação, no sentido de que sejam analisadas as emendas consideradas prioritárias ao projeto de lei das diretrizes e bases da educação, para ser submetidas ao Plenário.....	01227	Nºs 123 a 131, de 1996.....	01238
		6 – ATO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN	
		Nº 3, de 1995.....	01244
		7 – ATOS DO DIRETOR EXECUTIVO DO PRODASEN	
		Nºs 185 a 198, de 1995.....	01245
		8 – MESA DIRETORA	
		9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		11 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
		12 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		13 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 19ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 1º de fevereiro de 1996

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Renan Calheiros, Ney Suassuna e Lúcio Alcântara

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, COMPARECERAM OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antonio Carlos Valladares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Darcy Ribeiro – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Álvares – Emília Fernandes – Epitácio Cafeteira – Ernandes Amorim – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Íris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Bianco – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – José Sarney – Júnia Marise – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Onofre Quinan – Osmar Dias – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campello – Vilson Kleinübing.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - A lista de presença acusa o comparecimento de Srs. 68. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúcio Alcântara, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 49/96, de 30 de janeiro de 1996, do Ministro da Previdência e Assistência Social, referente ao Requerimento nº 1.462, de 1995, de informações, do Senador João Rocha.

Nº 65/96, de 25 de janeiro de 1996, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 1.408, de 1995, de informações, do Senador João Rocha.

Nº 78/96, de 26 de janeiro de 1996, do Ministro da Saúde, referente ao Requerimento nº 1.554, de 1995, de informações, do Senador Eduardo Suplicy.

Nº 90/96, de 26 de janeiro de 1996, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 1.433, de 1995, de informações do Senador Jader Barbalho.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúcio Alcântara.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 43, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações:

1. valor dos recursos colocados à disposição e aplicados pelo Ministério da Fazenda nos Estados e Municípios, em 1995 e 1996, mês a mês, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, bem como de ajuda àqueles entes da federação.

2. valor dos recursos colocados à disposição e aplicados pelo Banco Central do Brasil nos Bancos Econômico, Nacional e Banespa, com os respectivos cronogramas de liberação, em 1995 e 1996, mês a mês, destacando-se os recursos das recentes negociações entre o Ministério da Fazenda, Banco Central e as referidas instituições.

Justificação

Como se sabe, no âmbito do programa de estabilização da economia, o governo federal vem im-

plementando um programa de apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados, mediante linhas de crédito para pagamento de débitos em atraso e transformação de dívidas por antecipação de receitas (ARO) em dívidas fundadas. As condições impostas pelo Ministério da Fazenda são austeras, pois o compromisso de ajuste fiscal e financeiro durante a vigência do programa envolve o controle da redução de despesas com pessoal, privatizações, concessões de serviços públicos, reforma patrimonial e controle de estatais. Exige também a melhoria do sistema de arrecadação fiscal, resultados fiscais mínimos, assim como a redução e controle do endividamento daqueles entes.

Por outro lado, algumas instituições financeiras têm sido agraciadas com auxílios financeiros, empréstimos e outras modalidades de financiamento próprias das autoridades monetárias, sob condições que precisam ser analisadas e avaliadas, em nosso entendimento, pelo Poder Legislativo.

Pelos motivos expostos, e na certeza do cumprimento do dever de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, submete a esta Mesa do Senado Federal o presente Requerimento.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 1996. – Senador **Jader Barbalho**.

(À Mesa para decisão.).

REQUERIMENTO Nº 44, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do regimento interno do Senado e da Constituição Federal, encaminho ao Senhor Ministro de Estado da Saúde o seguinte requerimento de informações, acerca de irregularidades que estariam ocorrendo na Coordenação da Fundação Nacional de Saúde em Roraima:

1 – Quantos e quais foram as licitações, em todas as suas modalidades efetuadas pela coordenação da Fundação Nacional de Saúde em Roraima, no decorrer de 1995?

2 – Quais as empresas vencedoras nas diversas formas de licitações efetuadas pela Coordenação da Fundação Nacional de Saúde em Roraima durante o ano de 1995?

3 – Quais os titulares das respectivas empresas vencedoras de licitações nas diversas modalidades executadas durante o exercício de 1995, pela Coordenação da Fundação Nacional de Saúde em Roraima?

4 – Esse Ministério através da Presidência da Fundação Nacional de Saúde determinou a apuração de denúncias de irregularidades e favorecimen-

tos a determinado grupo de empresas, por parte da Coordenação da FNS-RR, em sua atual administração?

5 – Que irregularidades foram detectadas nos processos licitatórios ocorridos no exercício de 1995 na Coordenação da FNS de Roraima?

6 – Quais os procedimentos administrativos e penais legais adotados para punir os responsáveis pelas irregularidades detectadas na Coordenação da FNS/RR?

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 1996. – Senador **João França**, PMDB/RR.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador **Lúcio Alcântara**.

É lido o seguinte

SGM/P76

Brasília, 31 de janeiro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa excelência que o Partido Progressista Brasileiro – PPB, indicou o Deputado Fetter Júnior, como titular, para integrar a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (Seção Brasileira), em substituição ao Deputado Júlio Redecker.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. – **Luís Eduardo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Será feita a substituição solicitada.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, por vinte minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PSL-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, preliminarmente gostaria de comunicar à Casa que ontem, praticamente por todo o dia, o Sr. Governador do Estado de São Paulo, Sr. Mário Covas, na sala da Liderança e posteriormente na sala do Senador Pedro Piva, recebeu várias Lideranças, oportunidade em que explicou todas as nuances que levaram a um pré-acordo da dívida do Estado de São Paulo para com o Banespa e, por sua vez, com o Banco Central.

Não vou dar explicações desta tribuna, porque o Sr. Governador se dispôs a comparecer perante as Comissões competentes quando estas lhe fizerem o convite para expor a **via crucis** que precisou percorrer para chegar a esse pré-acordo. Apenas comunico que S. Ex^a não está indiferente às justas preocupações dos Srs. Senadores em relação ao grande endividamento interno de São Paulo e à crise terrível por que passam todos os Estados brasileiros.

Sr. Presidente, meu querido Senador Ney Suassuna, V. Ex^a, como o Senador Bernardo Cabral, tem, às vezes, ocupado esta tribuna para abordar as grandes discussões que estão sendo levadas à família brasileira com respeito ao uso de drogas. Vou falar sobre esse tema.

Ainda hoje li no jornal que o Ministro da Justiça procura urgenciar um projeto da Câmara dos Deputados que dispõe sobre a separação entre o usuário e o traficante de drogas. Provavelmente deverá enviar, através de alguns Deputados, emenda a respeito do projeto.

Há uma semana, com muita angústia – angústia devido ao respeito que tenho ao Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, Marcello Alencar – li algumas de suas declarações sobre as matérias que o **Jornal do Brasil** e **O Globo**, do Rio de Janeiro, têm veiculado a respeito desse terrível assunto – e não pode ficar alheio a esta Casa, porque, como se trata de legislação, o Senado será chamado a intervir no processo. Mas Marcello Alencar, não sei se por brincadeira, discutindo sobre descriminalização do uso da maconha, sugeriu que deveria usá-la para sentir os seus efeitos. Acredito, pelo respeito que impõe aos seus concidadãos, que S. Ex^a brincava. Mas não se pode brincar com assunto tão sério. Se pudesse, S. Ex^a deveria fazer uma visita aos presídios, aos hospitais para conversar com psicólogos e médicos sobre os efeitos da droga.

É muito simples, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, falarmos sobre o uso da maconha. Mas a droga é terrível em si mesma, porque o usuário da maconha, na medida em que, por tolerância, já não lhe sente os efeitos, tranquilamente vai buscar aquilo que deseja, os seus devaneios, os seus sonhos, na droga mais pesada.

O Sr. Jefferson Peres – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMEU TUMA – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Jefferson Peres – Senador Romeu Tuma, igualmente vejo com muita preocupação essa campanha pela descriminalização das drogas, principalmente das chamadas drogas leves, entre as

quais se inclui a maconha. Além do aspecto ressaltado por V. Ex^a, de que a maconha é freqüentemente o primeiro estágio que leva ao uso da cocaína e de outras drogas, li recentemente que já conseguiram desenvolver, por modificação genética, uma variedade altamente tóxica da maconha. Pergunto: uma vez descriminalizado o uso da maconha, como saber o policial se a maconha do usuário ou do traficante é ou não a tóxica, a não ser mediante exame de laboratório? Essa é uma das razões pelas quais acho um caminho muito perigoso o da descriminalização de algumas drogas.

O SR. ROMEU TUMA – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte. Permito-me ler um trecho de um artigo assinado por Eduardo Kalina, no **Jornal O Globo**, no **Jornal da Família**. Vou expor, porque é minha grande preocupação, sobre o problema do plebiscito proposto com respeito a esse assunto que diz. Diz o artigo – e eu gostaria que o nosso Governador do Rio de Janeiro lesse pelo menos esse inróito:

"Quem quiser entender as repercussões da maconha para a saúde mental do indivíduo e sua influência sobre a vida social precisa conhecer as bases neurofisiológicas das conseqüências de seu consumo, bem como os danos produzidos por essa droga psiconeurotóxica e só assim o mundo médico pode combater os interesses de mercado do narcotráfico."

Eduardo Kalina é psiquiatra, psicanalista, Diretor da Clínica Vila Guadalupe de Buenos Aires.

Além disso, a droga tem outros derivativos. Fizemos uma operação em Guajaramirim, na fronteira do Brasil com a Bolívia, uma operação internacional para coibir o tráfico de drogas, visto que a fronteira do Brasil com **Guajaramirim** e Guajará-Mirim é praticamente uma rua. Por lá, quantidades de 5, 10, 15 quilos são facilmente negociáveis através da troca de produtos, inclusive gado. Troca-se boi por cocaína.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, nessa época foi-nos levado à Delegacia, pela própria irmã, uma menina de 12 anos. A irmã levou-a porque não tinha mais como suportá-la – era usuária de droga. A menina usava uma mistura de maconha com pasta de coca, que é terrivelmente mortífera. Por quê? Porque ela era o pombo-correio. Por ser menor, portanto inimputável, ela era usada pelos traficantes para transportar a droga. E o preço pago era um "pacau" dessa mistura. Tranquilamente, essa menina não teria mais que 2 ou 3 anos de vida.

Um outro assunto do qual devemos tratar é a questão das meninas menores na prostituição, que é um drama terrível para qualquer cidadão deste País.

A Revista **Veja** desta semana traz "O poder da seringa", uma matéria que vem da Europa, de países que já fizeram todas as experiências, liberaram, formaram feudos para uso e uma série de outras experiências que redundaram em fracasso, ocasionando o crescimento do consumo e transformando esses redutos em graves ameaças aos cidadãos de bem. Sem resposta para o problema dos viciados, a Europa hesita entre reprimir e liberar o consumo. Isso tudo traz-nos a intranquilidade. Imaginem V. Ex^{as} o tamanho da violência contra a família brasileira a proposição de um plebiscito! Como condicionar uma decisão de que a família participe de uma votação se o brasileiro quer ou não essa liberalização para o consumo de maconha quando desejar? Acredito que isso não deve ser levado em conta, tendo em vista que o autor de tal proposta não tenha raciocinado a respeito de seus efeitos.

Fala-se que a maconha é útil no tratamento de doenças, no que diz respeito a dores, principalmente no combate ao câncer. Mas, Sr. Presidente, tenho aqui um artigo do **Jornal do Brasil**, que diz: "Segundo oncologistas consultados pelo Confen, a droga foi testada em tratamentos na década de 80, mas existem novos medicamentos com muito mais eficiência e resultados".

Então, todos os argumentos que são trazidos a público no sentido de descriminalizar, facilitar, incrementar ou estimular o uso da maconha caem por terra, porque essa droga, como disse o nobre Senador Jefferson Péres, é a mais fácil de ser encontrada e, portanto, o início do vício.

Hoje, Sr. Presidente, infelizmente, são os menores os responsáveis pelos maiores índices de violência. Encontramos pelas ruas de São Paulo vários usuários de maconha. E hoje temos o crack, droga fácil de ser encontrada por não passar por todos os processos químicos para se transformar no cloridrato de cocaína, o qual é misturado à maconha para dar um efeito mais forte, essas crianças usuárias não duram mais do que cinco ou seis anos. O crack vicia e traz violência porque é mais barato.

Sr. Presidente, temos de nos preocupar. A discussão é superficial e o aspecto da liberalização, da descriminalização é muito supérfluo. Sendo o assunto complexo e com várias nuances, não pretendo ocupar por muito tempo este microfone.

Lembro a V. Ex^{as} a crise por que passa a Colômbia, que hoje põe em risco a própria estabilidade democrática daquele país, quando o Presidente da

República é acusado de ter recebido dinheiro do narcotráfico. A nobre Senadora Marina Silva é testemunha da suspeita do dinheiro do narcotráfico que poderia estar servindo ao seu Estado em outros aspectos, visto que a falta de dinheiro faz com que as grandes somas que percorrem o mundo das drogas possam ser utilizadas em financiamentos sadios e não de origem criminosos e vergonhosos, coisa que não podemos aceitar.

O Sr. Bernardo Cabral - Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMEU TUMA - Concedo um aparte ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral - Nobre Senador Romeu Tuma, devo registrar que neste Parlamento - e aí incluo também a Câmara dos Deputados - talvez não exista um Parlamentar que tenha, como V. Ex^a dispõe, autoridade para falar sobre o assunto. Quero dar o meu testemunho de que V. Ex^a tem sido um incansável analista dos efeitos perversos das drogas. V. Ex^a tem sido um adversário notável do narcotráfico. E posso dizer isto porque quando exerci a titularidade da Pasta da Justiça, em todas as potências mundiais em que havia um congresso, jamais compareci porque ali estava V. Ex^a como representante do Ministério da Justiça. E nos seus relatórios, as peças que deles resultavam, eram as de um trabalho incansável de quem fez da sua missão - não do policial comum, mas daquele que dá segurança à Nação como um todo - uma espécie de sacerdócio notável. O tema que V. Ex^a aborda é de difícil análise. Há uma corrente que defende, ora o uso abusivo, ora o uso intermediário, talvez por este ou aquele interesse. O fato é que tendo vivido e convivido com V. Ex^a - e posso até dizer que isso não representa falsa modéstia - aprendi muito nesse campo do narcotráfico. Quero dizer que V. Ex^a orgulha o Senado Federal em estar aqui presente dando o seu depoimento, o seu testemunho e a sua análise pessoal.

O SR. ROMEU TUMA - Agradeço a V. Ex^a por este aparte, o qual não poderia deixar sem resposta. Senador Bernardo Cabral, neste País estamos como funcionários públicos - tenho orgulho disso - recebendo estímulos para desenvolver os nossos trabalhos. Isso é cotidiano, Senador Jefferson Péres. Mas o estímulo e os meios para produzir o trabalho, que traria algum benefício à sociedade, não existem. E V. Ex^a nunca os negou nas horas mais difíceis, em crises financeiras, quando no combate ao tráfico e outros derivados sobre as drogas.

Lembro-me ainda quando discutia com V. Ex^a na área do Confen, oportunidade em que V. Ex^a

queria mudar alguns aspectos dessa instituição no sentido de dar uma dinâmica maior, criando um fundo que pudesse trazer um programa sério de prevenção – infelizmente o Brasil não tem nenhum programa sobre drogas, tudo é improvisado, empírico, *está no dia-a-dia, naquilo que a matéria do jornal nos apresenta* – V. Ex^a já nos advertia, conhecedor das crises carcerárias que existem no Brasil – que é outro assunto que devemos trazer à discussão neste Plenário –, de que o usuário deveria ter um tratamento diferenciado do do traficante – e essa ainda é nossa preocupação, porque é importante que tenhamos tratamento diferenciado para o usuário e para o traficante eventual. Não é a cadeia realmente que vai recuperar o usuário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. Fazendo soar a campainha.)

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, peço-lhe alguns minutos a mais.

Sr. Presidente, temos que nos alertar para esse fato, porque o crime que se pratica é contra a saúde pública. Não é um crime que atinge a pessoa física, mas, de maneira geral, a saúde pública.

O Sr. Pedro Simon - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMEU TUMA - Concedo um aparte ao nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon – Nobre Senador Romeu Tuma quero trazer a minha solidariedade a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA - Muito obrigado, nobre Senador, isso traz-me uma tranquilidade espiritual muito grande.

Sr. Presidente, para encerrar o meu pronunciamento, mudando um pouco de assunto, gostaria de pedir auxílio a esta Casa visto que recentemente apresentei um projeto de lei que será incurso em penas do tipo criminal doloso para o agente que cometer crime mediante o uso de veículo automotor para fins de locomoção, transporte pessoal, lazer, invadindo áreas privadas sobre controle, desobedecendo sinais ou permitindo outras ilações que coloco, principalmente visando coibir o uso de *Jet-ski* nas orlas marítimas. No Rio de Janeiro tivemos, e os jornais repercutiram, uma morte pelo uso indevido do *Jet-ski*. Por isso, gostaria de ver encaminhado este projeto, visto que se trata de medida necessária principalmente nos períodos de férias escolares.

Agradeço pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, para

uma comunicação inadiável, por 5 minutos, baseado no art. 14, VII, do Regimento Interno.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a Bancada do Rio Grande do Sul teve ontem um encontro realmente muito bonito com o Presidente da República na casa do coordenador da Bancada, que é o extraordinário e competente Deputado Adroaldo Streck.

Foi um debate onde inclusive eu, pessoalmente, disse que fiquei impressionado com a competência, com a análise, com a vivacidade que está tendo o nosso Presidente da República. Sua Excelência realmente – fazia tempo que eu não o via – passou quatro horas discutindo com toda Bancada, demonstrando que está profundamente conhecedor do debate, da análise das questões.

Estranho uma matéria que está nos jornais de hoje, Sr. Presidente. Diz a matéria um fato que é verdadeiro. Fiz um apelo a Sua Excelência pela não privatização do Banco Meridional do Rio Grande do Sul. Penso que o Banco Meridional está desempenhando um papel importante. É um banco que está dando um grande lucro, um banco que vai muito bem.

E eu disse que depois de o Governo ter auxiliado na questão do Banco Econômico, na questão do Banco do Estado de São Paulo, não via por que privatizar o Banco Meridional.

Sua Excelência foi contra e disse que vai privatizar o Meridional. É um direito de Sua Excelência.

Quanto a isso eu divergi e divirjo novamente, e Sua Excelência diz que é favorável. Lamento, mas digo que Sua Excelência disse que era favorável.

Mas o jornal está publicando hoje que, no meio desse debate que eu tive com o Presidente – a imprensa fala que foram palavras duras, e eu digo que não, que foram palavras amistosas, só que talvez, ali, em meio àqueles Deputados e Senadores que estavam na frente do Presidente da República e falavam com um tom um pouco entoado de respeito ao Presidente; eu, com o mesmo respeito, falava no tom da amizade que tenho com ele, tratando-o por Fernando e ele me tratando por Pedro –, Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, tinha dito que eu estava errado, ou, aliás, que eu disse: – Olha, Fernando, tu vais te arrepender. Dar tanto dinheiro para o Banespa e privatizar o Meridional vai criar uma questão política. O Rio Grande do Sul vai ficar magoado. Tu vais te arrepender! – Isso eu disse.

E Sua Excelência respondeu: "Não vou me arrepender..." etc. e tal. Mas aí, diz o jornal de hoje: –

Aliás, tu já errastes (eu, Pedro Simon) quando do Plano Real, que tu eras contra. E eu era a favor, e agora está provado que o Plano Real deu certo e que tu estavas errado."

Não ouvi o Presidente dizer isso para mim. Mas está em vários jornais, inclusive entre aspas. Não ouvi o Presidente dizer isso. O que ouvi o Presidente dizer foi: "- Simon, tinha muita gente que estava contra o Plano Real - tu sabes que tinha - e o Plano Real deu certo."

Agora, quero dizer de público, porque acho isso importante: Eu, Líder do Governo, nunca fui contra o Plano Real. Pelo contrário. Sempre fui favorável. Os colegas da época lembram de que foi complicado, que foi difícil, projetos inclusive que votamos do Plano Real, com o Congresso superlotado de gente. A CUT e a FIESP de São Paulo juntos contra o Plano Real.

Eu, com muita modéstia, mas liderando o Governo, em todos os projetos, votei a favor do Plano Real. E lá no Governo, a portas fechadas, em todas as reuniões de que participamos - está hoje em Brasília o ex-Presidente Itamar Franco, para o qual pode-se perguntar, como aliás a todos os membros do ex-governo ou do Congresso Nacional -, eu, sem nenhum brilho, sem nenhuma competência, mas com sinceridade, sempre fui a favor do Plano Real. Talvez o Presidente Fernando Henrique tenha se equivocado porque eu, na verdade, era daqueles que tinham medo de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso deixasse o Ministério da Fazenda para ser candidato, porque achava que a saída do Ministro da Fazenda, substituindo-se o mesmo em plena campanha, quando o Plano Real estava iniciando, poderia ser negativa e o Plano Real ir à bancarrota. E aí errei, é verdade, porque o Senhor Fernando Henrique saiu, foi candidato, entrou o Ministro Ricupero, saiu o Ricupero e entrou o Ministro Ciro Gomes, e o Plano Real deu certo. Nas reuniões com Fernando Henrique, Itamar Franco e Pedro Simon, no gabinete do Palácio, chamei a atenção: acho difícil, acho complicado o Fernando ser candidato a presidente por uma razão: o Plano Real está dando certo porque se baseia nele, ele é quem está liderando, comandando e, de repente, ele sai do Ministério da Fazenda para ser candidato. Tinha medo de duas coisas: primeiro, porque iam dizer que o Plano Real era eleitoreiro; segundo, porque não sabia se quem viria no lugar dele tinha a competência que ele estava tendo para conduzir. Isso era verdade. E Sua Excelência, a quem quero fazer justiça, sempre a fiz, pois ele nunca brigou para ser candidato, nas reuniões que se teve ele nunca insistiu em ser candidato;

ele era apaixonado para que o Plano Real desse certo. Isso para ele era o mais importante, em todos os debates. Tanto que se o PMDB, nas reuniões que tivemos, tivesse convencido o Sr. Quéricia de não ser o candidato, se tivéssemos sentado à Mesa para buscar uma candidatura de entendimento com o PSDB, numa reunião que tivemos na Casa do hoje Líder do PSDB - Fernando Henrique, Covas, Richa, etc. e tal, Brito e eu - ele seria o primeiro a concordar.

Então, sou testemunha de que o Sr. Fernando Henrique nunca brigou para ser candidato. Ele foi porque as circunstâncias o levaram a isto. Agora, eu tinha medo de que sendo ele candidato, o Plano Real pudesse implodir, porque era ele quem tinha credibilidade. Eu estava errado. É verdade. Deu certo. Olha que quase deu errado! Não o Ministro Ricupero. Acho que o Ministro Ricupero foi fantástico, sensacional. Mas aquela resvalada na televisão foi difícil contornar. Felizmente, tanto o Fernando Henrique quanto o Itamar Franco contornaram com competência.

O Sr. Ciro Gomes era uma figura controversa e talvez não fosse o candidato preferido pelo Sr. Fernando Henrique para Ministro da Fazenda naquela oportunidade. O Sr. Itamar Franco escolheu o Sr. Ciro Gomes por decisão espontânea, mas deu certo. Então, se o Sr. Fernando Henrique quer dizer que quando falei que ele saindo podia dar errado, que pensei isso, é verdade. Agora, a imprensa publicou que eu era contra o Plano Real, que eu achava que o Plano Real ia dar errado, e que eu errei, e coloca isso entre aspas nas palavras do Presidente, que não ouvi isso - mas isso não é exato.

Peço ao ilustre Presidente da República que faça a gentileza, no meio de tanto trabalho, da luta e do esforço que Sua Excelência tem - Sua Excelência não tem tempo nem preocupação para esse tipo de matéria - farei chegar às mãos do Presidente da República esse meu pronunciamento - de nos dar uma resposta, ou confirmando que foi publicado uma verdade, ou seja, que eu era contra - se for adotado esse posicionamento, solicito uma explicação -, ou que o jornal não publique o que aconteceu. Eu não ouvi, mas vários jornais publicaram isso.

Repito: nunca fui contra o Plano Real. Dentro da Bancada do Governo, como Líder do Governo, como amigo íntimo e pessoal do Presidente Itamar Franco, fui dos que deram garantia, dos que deram força, pelo afeto, pela compenetração, dizendo: "Presidente, o Fernando está certo! É por aí, temos que implantar o Plano Real." Na intimidade e publicamente sempre defendi o Plano Real, porque acha-

va que estava certo, como considero que agora o Presidente está conduzindo de maneira correta essa desvalorização.

Solicito, então, com todo apelo e na modéstia do que isso representa, que cópia desse meu pronunciamento seja levada pelo Líder Elcio Alvares, que é uma das testemunhas, porque na época era Ministro do Governo Itamar Franco e foi Vice-Líder comigo no Governo, ao Presidente da República e que Sua Excelência perdesse dois minutos do seu tempo apenas para responder, caso não seja um equívoco da imprensa, porque nesse caso terei que aqui voltar e responder de outra maneira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúcio Alcântara.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 45, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 154, § 6º, inciso II, do Regimento Interno, requero que não sejam realizadas Sessões do Senado nos dias 19 e 20 do corrente, nem haja expediente em sua Secretaria.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 1996. – Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Aprovado o requerimento, será cumprida a deliberação de Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara, que dispõe de 20 minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, no próximo dia 7 de março, o Plenário do Senado vai deliberar sobre o substitutivo de autoria do Senador Darcy Ribeiro sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

É importante observarmos que essa matéria vem ao plenário do Senado, ora em seu turno final, para votação, depois de uma longa tramitação no Congresso Nacional, sobretudo na Câmara dos Deputados, onde teve origem, mediante o Projeto de Lei nº 101, que foi amplamente discutido com as instituições e os interessados nos diferentes aspectos da educação nacional.

Aqui, no Senado, na Sessão Legislativa passada e nesta, o projeto tem sofrido uma série de críticas, de reparos, de observações, por parte de diferentes Senadores. Tudo isso resultou num substitutivo elaborado pelo Senador Darcy Ribeiro, um notó-

rio e respeitado especialista na matéria, que apontava, no projeto original, alguns defeitos que julgava fundamentais. Sobretudo, S. Ex^a fala, no seu texto, que o projeto original tinha o grave defeito de congelar o sistema educacional brasileiro. O projeto visava mais a consolidar tudo que existia do que propriamente inovar, projetar para o futuro um ambiente novo para a educação nacional.

Muito se fala na necessidade de se investir em educação, de se renovar o sistema educacional brasileiro, na grande necessidade que temos de preparar nossos jovens para o futuro. Até mesmo afirmamos, muitas vezes, que não pode haver desenvolvimento econômico sem que o sistema educacional brasileiro cumpra com as suas finalidades e possa preparar esta Nação para um futuro de desenvolvimento e de felicidade.

No meu modo de ver, a discussão desse projeto, a sua tramitação, mostra que o Congresso Nacional não deve decidir de maneira precipitada. Às vezes, somos muito cobrados porque as matérias demoram, têm tramitação longa ou são examinadas em diversas instâncias de maneira muito cautelosa. Aliás, isso não é diferente do que ocorreu com outras leis de diretrizes e bases da educação nacional, que também tiveram tramitação muito demorada no Congresso Nacional. São matérias polêmicas, que suscitam muito debate e requerem a participação da comunidade e da sociedade, e colocam, muitas vezes, em campos opostos correntes de pensamento e de atuação político-partidária no seio do Congresso Nacional.

Agora, estamos numa fase em que a discussão nas várias instâncias das comissões técnicas do Senado e, já num primeiro momento, no próprio plenário do Senado ensejou o aperfeiçoamento, a melhoria do projeto. Muitos que combatiam de maneira acre as posições do Senador Darcy Ribeiro já estão hoje concordando com elas, até porque S. Ex^a também aceitou muitas emendas, acolheu, até por generosidade, a participação de muitos de nós, Senadores, cada um dando a sua contribuição para que o projeto viesse a representar não um consenso morno, não o consenso da indiferença, mas, sim, aquele consenso que pode produzir um instrumento legal capaz de cumprir com as suas finalidades e de responder aos anseios e às inquietações da sociedade brasileira.

Fiz um levantamento da participação na Lei de Diretrizes e Bases do então Deputado San Thiago Dantas, que foi um homem da maior qualificação política e técnica, um homem que não só honrou o

Congresso Nacional, mas também as letras jurídicas do País. Teve, quando Deputado, uma participação muito importante na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, não só na comissão técnica da Câmara, mas no plenário, apresentando emendas, sugestões, o que, aliás, estava de acordo com as diversas passagens da sua vida, porque sempre teve uma preocupação especial com os problemas da educação.

Verifiquei que muitos dos pontos que ele levantou são aqueles que ainda hoje dividem a nossa atenção. Por exemplo, a questão clássica que se coloca entre cultura e riqueza. Ou seja, se devemos, primeiro, nos desenvolver, vindo a cultura depois, como uma consequência. Ou, se, pelo contrário, devemos cuidar da nossa cultura, da nossa educação, para que o desenvolvimento, a riqueza, possa chegar até nós. Ele, inclusive, tem uma frase muito interessante sobre isso, que proferiu numa conferência que fez, quando da instalação do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, dizendo que a cultura não é o elo seguinte da riqueza, mas, que, pelo contrário, essas duas coisas marcham paralelamente e é preciso cuidar ao mesmo tempo das duas, porque, do contrário, não iremos atingir aquilo que ele chama de "educação para o desenvolvimento".

É muito oportuno ressaltarmos isso, porque, no momento em que estamos vivendo a execução de um plano de estabilização econômica, não podemos nos desviar dos objetivos sociais e sacrificar, no altar do controle da inflação, as questões de saúde, de emprego, de educação, de assistência social. Se todos almejamos como um bem de grande valor a estabilidade econômica, não podemos deixar de reconhecer que, na sua implantação, esse plano tem também seus efeitos adversos, que precisam ser corrigidos, mediante uma política efetiva de ação social que dê o relevo que essas questões merecem.

A outra dicotomia que está sempre muito presente nessas discussões sobre leis de educação é justamente aquela entre humanismo e técnica. Ou seja, se devemos valorizar essas questões humanísticas ou, se, por outro lado, é preciso priorizar os aspectos técnicos da formação tecnológica, da formação profissional — como se uma coisa não pudesse ser cuidada a não ser em detrimento da outra.

Na verdade, esse é um falso dilema, mas que sempre se coloca. Não estamos falando do bacharelismo, com todo o meu respeito aos bacharéis — a expressão "bacharelismo", aqui, tem um caráter pejorativo — nem estamos falando de cultura livresca.

Mas a verdade é que uma base humanística sólida é essencial para se desenvolver qualquer outro projeto educacional. Tivemos, há poucos anos, no Brasil, uma reforma do sistema educacional brasileiro que quis privilegiar a formação técnica, profissional, e que redundou num grande fracasso, porque, para se cumprir dispositivos legais, apenas se valorizou uma ou outra formação profissional, que, na verdade, não acrescentou nada ao nosso patrimônio de educação técnica, de educação profissional.

Esse é um outro ensinamento a se tirar de tudo isso: não é apenas uma lei que irá modificar e melhorar a qualidade do nosso sistema educacional. É preciso, antes de mais nada, uma certa atitude valorizando essa questão educacional, há que se ter uma lei de um lado e um plano de outro, que inclusive seja capaz de mobilizar recursos financeiros para executar as disposições da lei. Do contrário, vamos achar que cumprimos o nosso papel, aprovando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O Presidente sanciona o projeto, transformando-o em lei; mas isso não tem nenhuma consequência prática se não se acompanhar de uma ação efetiva do Governo e da própria sociedade, nos seus diferentes níveis.

Em relação a isso, vejo, por exemplo, que o Professor San Thiago Dantas, então Deputado Federal, tem algumas passagens interessantes, as quais vou ler aqui, que mostram a necessidade de conciliar a questão do humanismo com a técnica. Inclusive, nesse aspecto, ele tem uma expressão muito curiosa e muitas vezes citada em uma conferência que ele fez sobre Educação. Ele dizia que o povo brasileiro é muito melhor como povo do que a elite como elite, no sentido de que a nossa elite, poucas vezes, foi capaz de avançar, de se destacar, de conduzir, realmente, o povo a um destino novo, a um destino melhor. Ela foi muito mais uma elite insensível, uma elite acomodada que não cumpria o seu verdadeiro papel, que era esse de projetar um futuro novo para nossas massas.

Nesse caso, tínhamos, por exemplo, o nome de Joaquim Nabuco, que foi um homem que veio de uma elite conservadora e meio aristocrática, a elite canavieira do Nordeste brasileiro. Ele foi um homem que se projetou conduzindo a luta pela abolição da escravidão no Brasil com a sua competência, com o seu conhecimento e com a firmeza da sua liderança. Esse é um exemplo de elite que devemos cultuar como algo a ser seguido.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, afirmava Marcílio Marques Moreira, que escreve a introdução do perfil parlamentar de San Thiago Dantas, referindo-se ao parlamentar:

"Retomará o tema repetidas vezes, alertando para os perigos de nosso descompasso cultural, obsolescência tecnológica e despreparo científico. Mas não se trata, segundo ele, da necessidade "de uma educação puramente técnica, sem objetivo ético e conteúdo humanístico". Embora considerasse vital o "acesso pronto ao arsenal de conhecimentos incessantemente renovados e ultrapassados, que nos depara a cultura moderna", sustentava que "o desenvolvimento requer tanto o preparo intelectual do indivíduo, como a sua formação moral, o domínio de si próprio, o senso de bem-estar coletivo, a austeridade no consumo, a formação da gama de virtudes de realizador".

Entre as **Dez Proposições Preliminares sobre Educação para o Desenvolvimento**, que ele escreveu em 1956, uma era esta:

"A educação para o desenvolvimento será, pois, um novo humanismo pedagógico, em que cada indivíduo é visto como protagonista de sua época, como veículo de soluções em que se harmonizam o permanente e o circunstancial, a essência e a existência."

Quer dizer, esse pretendo, esse falso dualismo entre ensino técnico e ensino humanístico não existe. Na verdade, qualquer processo integrado de educação tem que procurar conciliar essas duas coisas.

Ainda que preveja um ensino técnico precoce no 2º grau, uma formação profissional, um verdadeiro projeto educacional, não pode prescindir também do humanismo, do conhecimento dessas matérias que possam dar uma sólida base a quem deseja se projetar com o mínimo de conhecimentos e instrução.

O Sr. Bernardo Cabral – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Lúcio Alcântara?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Pois não, Senador Bernardo Cabral, com grande prazer.

O Sr. Bernardo Cabral – Senador Lúcio Alcântara, é bom que V. Exª lembre Francisco Clementino San Thiago Dantas que como parlamentar brilhou no Parlamento, como Ministro traçou as diretrizes da política externa do Brasil e como professor foi um dos mais notáveis intelectuais deste País. A certa altura, ele disse que a crise da universidade brasileira passava pela crise da nossa sociedade. V. Exª o lembra agora, no momento oportuno, traçando um panorama de como as elites têm falhado, neste País, na condução de dias melhores, no sentido de apontar caminhos e indicar soluções. Veja V. Exª

que o Parlamento brasileiro, quando não consegue ver aquilo que é da sua competência aprovado, acaba tendo de deslocar o eixo da sua competência para o Poder Judiciário e vai ao Supremo à cata de que se veja reconhecido o direito que era seu. É evidente que isso representa um desprestígio da elite parlamentar. Ora, em se tratado de um assunto como esse, o qual V. Exª traz à discussão, talvez até para que se possa refletir sobre essa decadência, quero cumprimentá-lo e verificar que, apesar de V. Exª não ser bacharel em Direito, e – no bom sentido – ser um médico, creio que V. Exª poderia, nesta hora, ser igualado ao advogado, que considero um cirurgião plástico do fato, e, como tal, fazer como V. Exª está fazendo, uma cirurgia corretiva merecedora do que estavam a ter as elites brasileiras.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Muito obrigado a V. Exª, nobre Senador Bernardo Cabral. A propósito do aparte de V. Exª, citando, ainda, San Thiago Dantas, eu queria dizer que, certa feita, ele afirmava que as elites nacionais ou elas conduzem, ou elas avançam, ou elas desbravam, abrem clareiras e, portanto, se comportam como elites, dignas desse nome ou, muitas vezes, são empurradas pela massa, são empurradas pelo povo e, aí, seguem um caminho muitas vezes tortuosos. De certa maneira, são até ultrapassadas, atropeladas por essas massas em processos que chegam a comprometer a essência do regime democrático.

Mas eu vou aproveitar, também, o aparte de V. Exª para me referir a uma declaração atribuída ao Ministro Bresser Pereira – noticiada hoje em alguns jornais –, quando, comentando a questão do estatuto da estabilidade do funcionário público e o possível ou futuro relatório do Deputado Moreira Franco, ele afirmava que essa questão deverá ser dirimida pelo Supremo Tribunal Federal, que seria o fórum próprio para isso.

Nobre Senador Bernardo Cabral, V. Exª acaba de dizer que, muitas vezes, nós nos demitimos das nossas prerrogativas para deixar que o Poder Judiciário as exerça até indevidamente. Mas, como nós não agimos, então, nós estaríamos sendo compelidos a praticar um ato errado, equivocado que, depois, será possivelmente reparado pelo Supremo Tribunal Federal? Não. Nós temos que votar de acordo com a nossa convicção e só aceitarmos a derrogação do estatuto da estabilidade se, de fato, acharmos que não há inconstitucionalidade nisso.

Por fim, Sr. Presidente, quero concluir fazendo ainda duas referências a similitudes entre o que falava San Thiago Dantas, àquela época, e o que fala hoje o relatório do Senador Darcy Ribeiro. É justa-

mente a questão do congelamento. San Thiago Dantas, referindo-se ao projeto que estava sendo discutido, usava quase que as mesmas expressões do Senador Darcy Ribeiro em relação ao Projeto nº 101, originário da Câmara.

"Tudo isso, Sr. Presidente" – dizia ele em discurso no plenário da Câmara dos Deputados –, "tem cabimento ponderar, quando se vê que o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases, saído da Comissão Técnica Especializada e apresentado como substitutivo ao Plenário da Câmara, aparece completamente alheio, no seu sentido geral, na sua significação, desse rumo geral que hoje se procura imprimir à transformação da economia e da sociedade brasileira.

O projeto, longe de apresentar uma resposta às questões que hoje assaltam o espírito público, no tocante à adequação do nosso sistema educacional aos objetivos da sociedade, revela-se muito mais como a consolidação da legislação de ensino e como uma simples nem sempre feliz adaptação dos dispositivos legais vigentes às novas condições criadas pela Constituição de 1946." (Praticamente o que nós assistíamos hoje aqui com o projeto que veio da Câmara, que congelava a estrutura educacional brasileira.)

"Esse parece-me ser o primeiro grave defeito do projeto, que justifica seu reexame em profundidade. Nele não encontramos uma concepção nova do problema para uma sociedade que aspira transformar-se e já se transformou profundamente."

Outro ponto realçado pelo Senador Darcy Ribeiro no seu substitutivo e pelo Deputado San Thiago Dantas era a questão da valorização da escola pública. Permito-me citar aqui um trecho do discurso de S. Ex^a, já no seu final, que é, para mim, uma síntese maravilhosa da importância que tem a escola pública, inclusive para a democratização do País. Dizia ele:

Por outro lado, entretanto, o ensino público desempenha papel fundamental na democratização da sociedade. É no recesso das escolas públicas, melhor do que em qualquer outro sistema, que a sociedade se caldeia, que as classes entram em contato, que o espírito se democratiza e que se forma aquela consciência comum de que a Nação necessita para encarar de maneira, se-

não uniforme, pelo menos uma, os problemas de sua vida e o problemas do seu destino.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que dei a minha colaboração ao substitutivo do Senador Darcy Ribeiro, apresentando muitas emendas em plenário e o Senador generosamente acolheu a grande maioria delas, todas na direção de valorizar a escola pública, de descentralizar o sistema, de permitir uma maior autonomia dos sistemas municipais, dos sistemas estaduais e das próprias escolas, inclusive das nossas universidades.

Particularmente, realço a Emenda nº 271, que foi acolhida pelo Senador Darcy Ribeiro e que tem, no meu modo de ver, uma grande importância, porque admite que se possa conceder bolsa para escolas públicas. Por que concedemos bolsas só para escolas privadas? A escola pública, recebendo a bolsa, vai permitir que o aluno pobre, o aluno humilde, o aluno modesto possa permanecer na escola, porque o problema não é só ter acesso à escola, frequentar a escola, mas é também o de permanecer na escola.

Assim, o aluno vai poder permanecer na escola ao invés de abandoná-la para trabalhar e ganhar algum dinheiro para ajudar no sustento da sua família.

O Sr. José Roberto Arruda – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Concedo o aparte ao nobre Senador José Roberto Arruda, com muito prazer.

O Sr. José Roberto Arruda – Nobre Senador Lúcio Alcântara, gostaria apenas de dizer, ao concordar inteiramente com o teor do discurso de V. Ex^a, que, nas últimas leituras que tenho feito do substitutivo da LDB do Senador Darcy Ribeiro, encontro, exatamente no art. 63, em que o Senador Darcy Ribeiro acolheu a emenda de V. Ex^a que estende o instituto da bolsa escolar para a escola pública, talvez um dos grandes avanços que a LDB trará à educação do País. Fiz emenda à LDB exatamente no mesmo sentido, apenas dando a esta bolsa escolar uma definição clara, que está, Senador Lúcio Alcântara, dentro do conceito que V. Ex^a apresenta. Muito mais importante do que a bolsa escolar consagrada, aquela que se dá ao aluno que não pode pagar uma escola privada e que não tem uma escola pública perto da sua casa ou não há vaga – esse é o conceito da bolsa escolar – é fazer com que os 16 milhões de brasileiros, que estão abaixo da linha da miséria, possam ter as suas crianças de 7 a 14 anos frequentando a rede pública. Hoje, es-

sas crianças não podem freqüentar a escola, primeiro porque não conseguem ir à aula por causa da fome; outros só vão à escola por causa da merenda escolar; outros, ainda, vão à escola, mas as estatísticas demonstram que a repetência é tão grande que o garoto de 7 a 14 anos, que deveria fazer o primeiro grau em 8 anos, consegue fazê-lo apenas em 12 anos, porque não há alimentação básica na sua casa. A idéia que apresentei na emenda – que vou, inclusive, destacar em plenário exatamente na direção de V.Exª – é que a família abaixo da linha da miséria possa ter, para um filho que esteja matriculado na rede pública entre 7 e 14 anos, meio salário mínimo por mês. Aquela que tiver dois filhos, um salário; três filhos, um salário e meio e, acima de três filhos, não se modifica, porque este será um vetor no sentido de um planejamento familiar. E limito esta minha emenda a cidades com população inferior a 50 mil habitantes – e, aí, há uma explicação: na verdade, a diferença de qualidade de vida no Brasil, entre os grandes centros e o interior, é que tem promovido as correntes migratórias. O nosso desejo, ao limitar esta bolsa-escola para cidades com população inferior a 50 mil habitantes é, justamente, para agregar uma variável a mais de contenção das correntes migratórias e de eliminação das desigualdades regionais vinculadas à educação. Cumprimento V.Exª.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Obrigado, Senador José Roberto Arruda, conheço a proposta de V.Exª e acho que estamos caminhando na mesma direção. A minha tem um sentido mais abrangente: cada Estado, cada Município, de acordo com os seus recursos, de acordo com as suas disponibilidades, com a sua política educacional, irá utilizar-se ou não desse instituto.

Evidente que não podemos impor a partir daqui, do Congresso Nacional, políticas públicas para os Estados e Municípios, inclusive gerando dispêndios, se eles não estiverem à altura de suas possibilidades financeiras.

E devo dizer ainda que, em muitos casos, Tribunais de Contas têm se recusado a aprovar despesas em programas municipais concedidos por governantes dentro da filosofia do Programa de Renda Mínima – fazendo aqui uma homenagem ao Senador Eduardo Suplicy, que é o lutador incansável pelo Programa de Geração de Renda Mínima –, por considerarem que não há hoje possibilidade legal de se conceder bolsa a aluno que está na escola pública. Então, estamos caminhando na mesma direção, estamos abrindo uma grande janela para que governos bem intencionados, que desejem de fato privilegiar a

educação, possam aqui casar programas de renda mínima com programas de desenvolvimento do sistema educacional.

Era o que tinha a dizer e espero que no próximo dia 7 possamos aprovar aquilo que venha significar um texto novo para uma nova educação do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Lúcio Alcântara, o Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Lucena, por cessão do Senador Ney Suassuna. S. Exª dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, por indicação do Sr. Presidente, Senador José Sarney, integramos a Delegação do Brasil à 50ª Assembléia-Geral da ONU, em Nova Iorque, no período compreendido entre 1º e 15 de dezembro de 1995, conjuntamente com os Senadores Nabor Júnior, Hugo Napoleão e Lucídio Portella.

Logo ao chegarmos, após uma visita formal ao Embaixador Celso Amorim, na sede da Missão do Brasil junto à ONU, participamos de reuniões com ele e os demais diplomatas que compõem a Delegação do Brasil, acompanhando o desdobramento dos trabalhos no plenário e, sobretudo, nas diversas comissões temáticas e, bem assim, no Conselho de Segurança, de tal sorte que estávamos sempre atentos ao que se passava no mais alto colegiado internacional, justamente no ano em que se comemorava o cinquentenário de sua instituição.

Inicialmente, cumpre-nos assinalar, como o maior acontecimento político da ONU em 1995, a programação relacionada com o aniversário de sua fundação. Chefes de Estado e de Governo de dezenas de países, dos mais diversos continentes, ocuparam a tribuna do plenário para históricos pronunciamentos, sobre tão importante evento, entre os quais desejamos ressaltar o Papa João Paulo II.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso também discursou na 50ª Assembléia Geral da ONU, sendo de salientar a ênfase que deu à defesa de reformas no sistema financeiro internacional com vistas a reduzir o risco da volatilidade dos fluxos de capitais. Nesse sentido, inclusive, a Delegação brasileira tomou a iniciativa de importante projeto de resolução.

Afora as comemorações pelo aniversário da ONU, o ponto alto da 50ª Assembléia-Geral da ONU, para o Brasil, foram as negociações de bastidores, visando a ampliação do Conselho de Segurança. A idéia dominante é a de reservar-se duas vagas para países em desenvolvimento, sendo que uma pode ser preenchida por um brasileiro, conforme gestão que a nossa Delegação vem fazendo.

A nossa delegação parlamentar, nesse período de atividades da ONU, acompanhou também, de perto, os debates em plenário e nas comissões, sobre temas variados da agenda internacional, como por exemplo, a volatilidade de fluxo de capitais, a que já me referi, o avanço da mulher, com atenção especial para as conclusões da Conferência de Pequim, direito do mar e desenvolvimento sustentável. Ademais, os Senadores assistiram aos discursos do Representante Permanente do Brasil junto a ONU, Embaixador Celso Amorim ou seu substituto, sobre questões como a situação dos direitos humanos no Haiti, a situação no Oriente Médio e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, entre outras, em linhas gerais que destacamos a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Senador Humberto Lucena, ouse interromper o pronunciamento de V. Exª para anunciar a prorrogação da Hora do Expediente por mais 15 minutos, a fim de que V. Exª possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Muito obrigado.

Prosseguindo, Sr. Presidente.

A Resolução nº 50/18 sobre a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), coordenada pelo Brasil, contou com o co-patrocínio de 24 Estados-Membros da ZPCAS (países latino-americanos e africanos com litoral no Atlântico Sul) e foi adotada com uma votação de 124 a favor, nenhum contra e uma abstenção (Estados Unidos). Durante o debate sobre o tema, diversos membros da ZPCAS expressaram apoio aos objetivos da Zona e expressaram a expectativa de que o IV Encontro Ministerial dos Estados-Membros, previsto para os dias 1 e 2 de abril de 1996, na Cidade do Cabo, África do Sul, resulte no reforço dos laços de Cooperação para a paz e o desenvolvimento entre a África e a América Latina.

O acordo para a implementação das disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, relativas à conservação e ao gerenciamento das espécies de peixes altamente migratórias e transzonais, foi assinado em 4 de dezembro. Vinte e cinco outros países

assinaram o Acordo. O Presidente da Conferência, Embaixador Satya Nandan, do Fiji, fez discurso em que salientou a consonância entre os termos do acordo e as preocupações ambientais evidentes na Conferência do Rio de 1992, refletidas no enfoque preventivo do instrumento. O representante da União Européia informou que procedimentos internos ainda não foram concluídos para permitir à UE assinar o Acordo, mas garantiu que a União Européia permanece comprometida com a pesca responsável e com a Cooperação internacional no gerenciamento e conservação de recursos marinhos vivos.

Projeto de resolução de iniciativa brasileira sobre globalização dos fluxos financeiros, adotado em 05 de dezembro, após duas semanas de intensas negociações. O projeto, inspirado na iniciativa do Presidente da República sobre "Volatilidade nos Fluxos de Capitais Privados Internacionais", recebeu consideração altamente favorável por parte dos países desenvolvidos, em desenvolvimento e de entidades internacionais, a exemplo do FMI e da UNCTAD. Trata-se da primeira iniciativa, no âmbito da ONU, referente ao fenômeno da volatilidade de fluxos privados de capitais, e os pontos mais relevantes do documento são os seguintes:

- ressalta a necessidade de promover maior cooperação entre autoridades monetárias e maior coordenação nas políticas macroeconômicas;
- no tema do controle exercido pelo FMI, contempla a idéia de maior equilíbrio no monitoramento, de modo a atribuir igual ênfase aos países desenvolvidos e em desenvolvimento nessa atividade;
- menciona a necessidade de maior transparência do FMI, reconhecendo a necessidade de ampliação de participação dos países em desenvolvimento nos trabalhos daquela instituição.

Ademais, os parlamentares estiveram presentes à cerimônia de estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Bósnia-Herzegovina, realizada na Missão do Brasil junto à ONU em 06/12. Na ocasião, os Embaixadores dos dois países assinaram comunicado conjunto, divulgado em Nova Iorque e nas respectivas capitais, nos seguintes termos:

COMUNICADO CONJUNTO

Os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Bósnia-Herzegovina, desejosos de promover e fortalecer as relações entre os dois países e determinados a promover a cooperação em seus interesses mútuos, decidiram estabelecer relações diplomáticas, com base nos princípios de respeito mútuo de sua soberania, da igualdade e

da não-interferência, conforme consagrado na Carta das Nações Unidas.

Ambos os Governos concordam ainda em abrir suas Missões diplomáticas em data conveniente para os dois países e por eles acordada.

Em fé do que, os abaixo-assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, firmaram e selaram o presente Comunicado Conjunto.

Feito em Nova Iorque, em 6 de dezembro de 1995.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil.
– **Celso N. Amorim.**

Embaixador Representante permanente junto às Nações Unidas.

Pelo Governo da República da Bósnia-Herzegovina. – **Ivan Z. Misić.**

Embaixador Encarregado de negócios.

Afinal, Sr^{as}. e Srs. Senadores, não podemos deixar de fazer uma referência especial à Moção aprovada pela 50ª Assémbliá Geral da ONU, com o voto favorável do Brasil, contra as explosões nucleares realizadas pela França, no Pacífico, sob o mais veemente protesto de quase toda a humanidade e, bem assim, as Resoluções aprovadas, no sentido de ampliação dos acordos de paz no Oriente Médio, com menção honrosa aos esforços realizados pelos líderes israelenses e palestinos, salientando-se as constantes homenagens à memória do inesquecível Estadista Yitzhak Rabin.*

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Valmir Campelo.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 46, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos da alínea a do art. 256 do Regimento Interno, a retirada do PLS de nº 3, de 1996, que acrescenta ao art. 161 do Código Penal parágrafo 4º, de minha autoria.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 1996. –
Senadora **Marina Silva**

REQUERIMENTO Nº 47, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos da alínea a do art. 256 do Regimento Interno, a retirada do PLS de nº 4, de 1996, que altera os arts. 926, 927 e 928 do Código de Processo Civil, de minha autoria.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 1996. –
Senador **Marina Silva**

REQUERIMENTO Nº 48, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos da alínea a do art. 256 do Regimento Interno, a retirada do PLS de nº 5, de 1996, que altera os artigos 489 e 499 do Código Civil, de minha autoria.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 1996. –
Senadora **Marina Silva.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Os requerimentos lidos serão incluídos na Ordem do Dia, oportunamente, consoante o disposto no art. 255, inciso II, alínea c, 10 do Regimento Interno, a partir de 15 de fevereiro.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 49, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 50, § 2º da Constituição Federal, 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda, as seguintes informações:

a) cópia dos instrumentos legais firmados pelos exportadores brasileiros de bens e serviços, responsáveis pela geração de créditos do Brasil junto ao Governo de Angola, objeto da Mensagem nº 1.047/95;

b) cópia do instrumento legal firmado por estes exportadores onde sejam explicitados a forma de garantia em cada operação, e as responsabilidades do exportador, do governo brasileiro e do governo angolano.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 1996. –
Senador **Gilberto Miranda.**

(À Mesa para revisão.)

REQUERIMENTO Nº 50, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos constitucionais do art. 50, § 2º, e na forma regimental do art. 216, requeiro seja solicitado ao Senhor Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Lélío Viana Lobo, informar a esta Casa sobre a identidade do proprietário do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (se a União, o Governo do Estado de São Paulo, o Município de Campinas etc.) e, em caso de vários proprietários, a respectiva composição acionária.

Justificação

O conhecimento da situação jurídica de Viracopos é de fundamental importância para que o Senado Federal possa formar o competente juízo de valor no tocante à operação Banespa.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 1996. –
Senador **Ney Suassuna**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 51, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos art. 50, § 2º da Constituição Federal, 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda, as seguintes informações:

a) cópia dos instrumentos legais firmados pelos exportadores brasileiros de bens e serviços, responsáveis pela geração de créditos do Brasil junto ao Governo do Gabão, objeto da Mensagem nº 69/96;

b) cópia do instrumento legal firmado por estes exportadores onde sejam explicitados a forma de garantia, em cada operação, e as responsabilidades do exportador, do governo brasileiro e do governo gabonês.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 1996. –
Senador **Gilberto Miranda**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 52, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 50, § 1º da Constituição Federal e 90, incisos III e V do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Estado da Aeronáutica, a seguinte informação:

a) quem autorizou o depósito de cerca de US\$ 64 milhões (cambiais) em agência do Banco Econômico, no exterior, bem como cópia da documentação pertinente.

Justificação

A imprensa, neste ano, tem veiculado informações sobre o Banco Econômico e seus depositantes, tanto no país quanto no exterior. Indicou, dentre outros depositantes, o Ministério da Aeronáutica como responsável por depositar cerca de US\$64 milhões (cambiais) na agência daquele estabelecimento bancário, no exterior. O Senado Federal, valendo cumprir suas responsabilidades e prerrogativas constitucionais, tem que tomar conhecimento da veracidade ou não de tais fatos.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 1996. –
Senador **Gilberto Miranda**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para a decisão, nos termos do inciso III, do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado aprovou, em reunião realizada nesta data, os Requerimentos nº 28, 31, 32, 34 e 42, de 1996, de autoria dos Srs. Senadores Ademir Andrade, João França, Júlio Campos e José Bianco, solicitando informações aos Ministros mencionados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – A Presidência recebeu Aviso nº 7, de 1996, de 25 último, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 10, de 1995, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Ordinária do Plenário, de 24 de janeiro do corrente ano, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam. (Diversos nº 11, de 1996)

O expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle e, em cópia, será anexado ao Projeto de Lei do Senado nº 319, de 1995, que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, e dá outras providências. **O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros) – Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item único

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1995 (nº 182/94, na Câmara dos Deputados), que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica, tendo

Parecer favorável, sob nº 5, de 1996, da Comissão
- de Constituição, Justiça e Cidadania.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco dias úteis consecutivos, em fase de discussão, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado Federal.

Transcorre hoje, portanto, a segunda sessão de discussão.

Em discussão a proposta.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Supply, para discutir.

V. Ex^a dispõe de 10 minutos.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT-SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, acredito que é consensual a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras. As instituições, as entidades científicas, sindicais e estudantis certamente se beneficiarão muito se pudermos ter maior intercâmbio, e de forma permanente, com pesquisadores, estudiosos e docentes dos mais diversos países. A fronteira do conhecimento deve ser universal.

Assim, Sr. Presidente, somos favoráveis a essa proposição.

O Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais oradores, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão ordinária de amanhã, para prosseguimento da discussão, na forma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, primeiro orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de 50 minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (- AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, pretendo hoje trazer à reflexão de V. Ex^{as} um assunto que diz respeito sobretudo ao homem público.

Vez por outra se toca no problema que a imprensa traz no registro sobre determinada autoridade ou em função de um acontecimento.

Ainda recentemente, eu tratava com o Senador Artur da Távola dessa matéria. Ele, homem de imprensa, homem que, ao longo da sua vida, batalhou nela, revivia comigo o episódio de ambos termos sido cassados - ele quando Deputado Estadual e eu quando Deputado Federal - e a forma pela qual a imprensa, na época dos atos institucionais, funcionava.

E lembrávamos as primeiras páginas de alguns jornais, que ora publicavam poemas, ora vinham em

branco. Era a forma do protesto contra os censores nas redações dos jornais.

Dizia ele que, atualmente, notava, na sua experiência - e também eu, que fui fundador do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da minha terra -, que há três circunstâncias dentro das publicações: o indício, o sintoma e o fato.

E Artur da Távola dizia que, às vezes, se toma o indício como sintoma, e depois este como fato. E, a partir daí, a imprensa, tantas vezes, aceita a maldade de uma fonte que não merece crédito e a transforma numa realidade, numa matéria pronta e acabada, a que dificilmente as retificações porão cobro.

E nem a propósito o Senador Pedro Simon, hoje à tarde, veio à tribuna para, numa explicação quase pessoal, dizer à Casa que o que foi noticiado nos jornais padece de credibilidade. S. Ex^a se referia ao problema do Banco Meridional, que foi estatizado em 1985, depois da falência do Sul-Brasileiro, e se reportou a uma conversa da Bancada do Rio Grande do Sul com o Presidente da República.

E o que dizem os jornais?

Dizem que a Bancada gaúcha, que é contra a privatização, entregou ao Senador Pedro Simon a tarefa de defender essa posição. E que o Presidente Fernando Henrique não se impressionou com os argumentos de que o Banco havia sido enxugado e dado lucro. Informou que a privatização era uma decisão do Governo.

E aí vem a queixa, a reclamação do Senador Pedro Simon:

"Diante disto, o Senador Pedro Simon contestou: Fernando, não te julgues dono da verdade, você não é Deus. Se o Meridional for privatizado, vai ser uma guerra e você vai se arrepender."

Continua a notícia:

"O Presidente não esperou para dar o troco: Não me julgo Deus e não vou me arrepender. Já não me arrependi de muitas coisas antes. Você era contra o Real e o resultado está aí: o povo está comendo. Eu não me arrependi e você errou."

Simon voltou à carga e defendeu que pelo menos a privatização fosse adiada e, mais uma vez, Fernando Henrique foi firme:

Ninguém vai me enrolar. Não sou homem de ser enrolado. Quando eu era Ministro da Fazenda vocês já vieram com esta conversa de adiar por dois anos. O Meridional vai ser privatizado."

Pedro Simon contesta essa notícia. Pede ao Presidente da República que a esclareça."

Ora, o que é que isto revela? É claro que a fonte que passou isto à imprensa - porque o repórter não participou da reunião que lá havia - ou é uma fonte palaciana que deseja intrigar um Parlamentar com o Presidente da República, ou é uma fonte outra que tem interesse em denegrir a imagem dos dois. Há dias, o cronista Luís Nassif, da *Folha de S. Paulo*, publicou uma matéria com este título: "Como se empina um balão". Ele se refere a uma Procuradora - cujo nome vou omitir -, especialista em cidadania e que, durante 11 anos, exerceu essa função em São Paulo. Por isso, veio para Brasília trabalhar no ministério e exercer a mencionada função.

Vejam o que analisa o cronista:

"No primeiro ano, só teve trabalho, já que a secretaria nem existia na época em que foi votado o Orçamento em 1995. No segundo ano, haveria trabalho e verbas - disponíveis principalmente para promoção da cidadania no Nordeste.

E aí a procuradora pôde entender, "mas não completamente", o jogo que cerca o poder e que envolve, muitas vezes, jornalistas e fontes.

Rigorosa em seus procedimentos funcionais, a procuradora se viu alvo de uma batalha de balões de ensaio. A intenção era simples: afastá-la, abrindo lugar para pessoas próximas aos autores da manobra.

O primeiro petardo contra a procuradora saiu em uma coluna social do Rio, useira e vezeira em empinar balões."

E continua o cronista com outros comentários:

"A procuradora, que trabalha mais de 10 horas por dia, que se especializou em cidadania e não abria espaço para politicagem em sua agenda, que deixara a família em São Paulo para poder dedicar-se a um trabalho público, perdeu a paciência."

E diz mais:

"Sentindo que Brasília não é o melhor lugar para quem está disposta a trabalhar desinteressadamente pelo bem público, a secretária pediu demissão."

E, ao fazê-lo, avisou à imprensa, "aqueles repórteres, que passaram o tempo, segundo Luís Nassif, empinando balões. Pediu-lhes que lessem aten-

tamente o *Diário Oficial* do dia seguinte, para saber que estava pedindo a sua demissão, ou seja, que seria exonerada a seu pedido.

Continua o cronista:

"Não foi perdoada nem na hora da morte. A nota do jornal informava a sua demissão, obviamente devido aos relevantes serviços públicos prestados pelos jornalistas ao País ao denunciar as viagens que a secretária fazia a serviço."

E conclui o jornalista:

"E tudo continuou como antes no Planalto Central. A não ser algumas ações abertas pela ex-secretária contra esses jornalistas, por crime de calúnia, injúria e difamação.

Episódios como esse reforçam a necessidade de uma Comissão de Ética, indicada pelas empresas jornalísticas, para regular desvios de imprensa."

Eis aí o ponto nevrálgico que merece análise.

Algumas pessoas cultivam a imprensa no sentido de obter notas, ora pela simpatia, ora pelo relacionamento, para que o seu nome fique focalizado. No instante em que surge uma crítica, aquele que não está aberto e que nem sabe como recebê-la começa a se rebelar, como se o trabalho da imprensa fosse apenas o de elogiar e censurar.

Ora, essa Comissão de Ética recomendada pelo jornalista Nassif há de se deter em alguns pontos principais. Primeiro, aquela fonte que informa e que não é fidedigna, que põe o autor da matéria tantas vezes numa situação contraditória, deveria ser devidamente podada da imprensa. Mas se o é, por aquele que recebe a informação, ele passa a procurar um outro. Isso é nítido de quem não tem a formação moral à altura, ao nível do exercício de saber o que é uma liberdade de imprensa.

Falo muito à vontade. Talvez ninguém neste País tenha sido tão criticado - às vezes maliciosamente, às vezes injustamente. Ou, se não criticada, pelo menos tive a minha vida privada invadida. Pois quero lhes dizer, Srs. Senadores, que, apesar de tudo isso, apesar - segundo o que considero - de todas as incorreções que foram publicadas, dos eventuais equívocos cometidos, ainda que o noticiário possa ter sido contra a minha pessoa, quero lhes dizer que prefiro uma imprensa inteiramente livre do que amordaçada por qualquer tipo de ditadura.

No instante em que os fatos não afloram, que a sociedade dele não toma conhecimento e que não

pode fazer o seu julgamento pessoal, estaremos vivendo, sem dúvida nenhuma, num estado abúlico, apático, em que só vale a ditadura daqueles que querem ver o elogio fácil.

O Sr. Jefferson Peres - V. Ex^a me permite um aparte, Senador Bernardo Cabral?

O SR. BERNARDO CABRAL - Com muito prazer.

O Sr. Jefferson Peres - Desculpe-me interrompê-lo, mas infelizmente, para um plenário semi-vazio, V. Ex^a aborda um assunto da maior relevância. Comungo inteiramente com o que V. Ex^a disse, Senador Bernardo Cabral. Em boa hora, a nossa Constituição, a exemplo da americana, consagrou o princípio da liberdade de imprensa como um dos direitos realmente invioláveis, porque uma imprensa livre, com todos os seus erros, não tem preço. Mas, realmente, Senador Bernardo Cabral, é de se lamentar a pouca seriedade com que muitos jornalistas às vezes se comportam. Há poucos dias, eu mesmo fui vítima de um fato como esse, a respeito daquele episódio ocorrido na comissão conjunta que analisa o Sivam. Uma jornalista, de uma grande revista de circulação nacional, ouviu-me sobre o episódio. Narrei-lhe os fatos rigorosamente como se passaram, com a mais cristalina verdade; invoquei o testemunho de outros Senadores insuspeitos. No entanto, a jornalista ignorou tudo o que eu disse e simplesmente publicou, encimando a notícia o título: "Senadores montam armadilha contra Brigadeiro". E passou para a opinião pública a impressão de que eu teria participado de um conluio, algo absolutamente inverídico. Apesar disso, é melhor uma imprensa que, às vezes, distorça os fatos dessa maneira do que uma imprensa castrada e censurada.

O SR. BERNARDO CABRAL - Agradeço o aparte de V. Ex^a. Apenas quero dizer que V. Ex^a teria uma surpresa se estivesse aqui em cima: estou vendo mais de um terço dos Srs. Senadores em plenário. Contei, agora mesmo, 27, o que é uma alegria. Já dá pelo menos para que não se faça o juízo de que após a Ordem do Dia o plenário se esvazia. Talvez, quem sabe, tenha sido a forma encontrada para que os demais Srs. Senadores pudessem ouvir, Senador Jefferson Peres, a retificação que V. Ex^a acaba de fazer. Os colegas, no convívio, é que podem aferir da postura de cada um.

De modo que a reclamação de V. Ex^a se junta a tantas das quais já fomos vítimas pela vida afora.

Essa é uma matéria que requer alta, eu diria altíssima reflexão, porque o parlamentar, sobretudo o parlamentar brasileiro, está sempre exposto numa

vitrina, a receber as pedradas por uma incorreção qualquer que venha a cometer. E é esquecido, seu passado inteiro, sua biografia construída ao longo de mais de 40 anos. Vejo alguns companheiros neste Senado, que compuseram sua autobiografia sem afastar-se um instante do lado da dignidade, pobres no exercício do seu mandato, e que de uma hora para outra foram arrastados no turbilhão da injúria, da difamação, da calúnia, até porque isso interessa àqueles que são opositores sobretudo no seu Estado natal. As bases regionais catapultam para o ângulo nacional visões que acabam voltando a uma espécie de ricochete para tirar a tranqüilidade da-quele que caminha pela vida pública.

O que é bom, o que vale é que, quando o homem público é testado, quando ele vem com todas as suas passadas pela vida afora e recebe essa ou aquela crítica, não importa se justa ou injusta, ele, ao cabo de submeter o seu nome ao seu Estado, à sua população, ao eleitorado, vê-se consagrado em uma vitória. Isso o redime, ou o absolve, ou será a retificação de tudo o que lhe foi feito de forma maldosa.

Vejo, na Presidência da Casa, o Senador José Sarney. Tenho acompanhado o quanto S. Ex^a também foi vítima. Vejo outros no plenário, mas sintetizo na pessoa de S. Ex^a, porque não quero tirar a "altaneidade" de que dispõe a Presidência - não que S. Ex^a olhe com soberano desprezo para o Plenário, mas para mostrar que inclusive quem foi Presidente da República e hoje exercita a Presidência do Senado também não está imune àquela maldade ou perversidade que se possa cometer contra o homem público.

Trago essa reflexão, porque quero cumprimentar, sem conhecê-lo, sem com S. S^a ter convivido, sem lhe dever nenhum favor e tampouco S. S^a a mim, a maneira pela qual o jornalista Luís Nassif abordou o tema. Esse tema precisa merecer reflexão, análise, julgamento do Senado Federal.

A população brasileira reclama de uma lei de imprensa que esteja à altura dos dias atuais, esquecida essa população daquela legislação do passado fruto de uma ditadura militar.

A reflexão do Legislativo se impõe, porque está na hora de se mostrar que a imprensa não pode ser balcão onde se negocia esse ou aquele favor. Eu, por exemplo, não acredito em favores que se vendem, nem em benefícios que se possam comprar.

O eminente Senador - e pronuncio seu nome com a admiração de sempre -, meu velho e querido amigo José Fogaça, que me deu a honra de ser meu

Relator-Adjunto na Assembléia Nacional Constituinte, foi o Relator dessa chamada nova Lei de Imprensa e recebeu críticas, advertências porque estaria fazendo concessões. Isso vale, mais uma vez, para demonstrar que, se não for possível apontar caminhos, indicar soluções no sentido de que se tenha uma forma de se pôr um cobro paradeiro na maneira pela qual se levam para a imprensa notícias mentirosas. E a melhor forma de fazê-lo, na minha avaliação, no meu julgamento, é apenação na algibeira do bolso. Não adianta pensar-se em forma de queixa-crime no âmbito penal, quando o ideal deve ser aquele caminho da indenização pelo mal causado.

Eram essas as reflexões que eu queria trazer à consideração dos meus eminentes Pares. Digo-lhes mais uma vez: se não tivermos uma imprensa livre, ela, que hoje nos pode atacar, amanhã não terá como nos defender.

De modo que minha posição é essa. E, ao declará-la, agradeço aos eminentes Senadores a atenção dispensada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. BERNARDO CABRAL EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

Luís Nassif

COMO SE EMPINA UM BALÃO

A procuradora Luiza Nagib Eluf tem uma vocação rara no país: é especialista em cidadania. Durante 11 anos exerceu essa função em São Paulo e coube-lhe, por mérito, a indicação para a Secretaria Nacional de Cidadania, ligada ao Ministério da Justiça.

No primeiro ano, só teve trabalho, já que a secretaria nem existia na época em que foi votado o Orçamento em 1995. No segundo ano haveria trabalho e verbas disponíveis principalmente para a promoção da cidadania no Nordeste.

E aí a procuradora pôde entender (mas não completamente) o jogo que cerca o poder e que envolve, muitas vezes jornalistas e fontes.

Rigorosa nos seus procedimentos funcionais, a procuradora se viu alvo de uma batalha de balões de ensaio. A intenção era simples: afastá-la, abrindo lugar para pessoas próximas aos autores da manobra.

O primeiro petardo contra a procuradora saiu em uma coluna social do Rio, useira e vezeira em empinar balões. Dizia que ela seria demitida porque teria ido fazer turismo na China às expensas do Tesouro. De nada adiantou a procuradora explicar que tinha ido em viagem oficial, representando a primeira-dama. As explicações nem foram publicadas.

Constatando estar no meio de um tiroteio — embora não conseguisse identificar os autores do disparo — a procuradora tratou de cercar-se de mais cuidados ainda. Só viajava a serviço depois de estar de posse de todo o papelório burocrático, referendando a viagem.

Em vão. A cada nova viagem sobrava-lhe um novo petardo, disparado dos mesmos locais, e publicado nos mesmos espaços. De nada adiantava explicar-se, mostrar os documentos, apresentar os motivos da viagem, as xerox das autorizações publicadas no Diário Oficial.

A pedido

A procuradora que trabalha mais de dez horas por dia, que se especializou em cidadania e não abria espaço para politicagem em sua agenda, que deixara a família em São Paulo para poder dedicar-se a um trabalho público, perdeu a paciência. Principalmente depois que descobriu que, a exemplo de tantos homens que empolgam o poder, dos mais sábios aos mais vesgos, o seu ministro da Justiça não é de expor-se em defesa de ninguém.

Sentindo que Brasília não é o melhor lugar para quem está disposta a trabalhar desinteressadamente pelo bem público, a secretária pediu demissão. Os mesmos repórteres que passaram todo o tempo empinando os balões a procuraram para a derradeira entrevista. A secretária informou que lessem atentamente o Diário Oficial, para conferir que estava sendo demitida a pedido.

Não foi perdoada nem na hora da morte. A nota do jornal informava sua demissão, obviamente devido aos relevantes serviços públicos prestados pelos jornalistas ao país ao denunciar as viagens que a secretária fazia a serviço.

Em seu lugar assumiu uma pessoa especializada em biblioteconomia, provavelmente ligada ao esquema político do ex-presidente José Sarney, e aos velhos esquemas de cumplicidade dos quais participam ativamente jornalistas à cata de notinhas.

E tudo continuou como antes no Planalto Central. A não ser algumas ações abertas pela ex-secretária contra esses jornalistas, por crime de calúnia, injúria e difamação.

Episódios como este reforçam a necessidade de uma Comissão de Ética, indicada pelas empresas jornalísticas, para regular desvios de imprensa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PERES (PSDB-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, transcorreu ontem

o 40º aniversário da posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República. Todas as referências que ouvi a respeito desse evento foram elogiosas. Juscelino é uma unanimidade nacional.

Mas hoje, Sr. Presidente, vou ter a audácia de discordar, de ser voz dissonante nesse coro nacional. Coragem porque vou desafiar um mito, sem nenhum desmerecimento pela memória de Juscelino, cujas qualidades reconheço. Entretanto, para recordar Nelson Rodrigues, "a unanimidade é burra", toda ela.

O que me preocupa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não são os elogios a Juscelino, merecidos, mas a forma acrítica com que o seu governo é enaltificado. Não me agradam essas apreciações sem espírito crítico, que ora caem em um extremo, ora em outro.

V. Exª mesmo, Senador José Sarney, é vítima dessa apreciação destituída de espírito crítico. Geralmente as referências que ouço a seu governo salientam-lhe os possíveis erros, mas raramente lhe ressalta a parte positiva.

No extremo oposto, temos Juscelino Kubitschek. Todos se embandeiraram em louvar seu governo, com a falácia dos "50 anos em 5", como se tivesse sido um Governo apenas e exclusivamente com fatos positivos. Não o foi. O Governo de Juscelino Kubitschek está necessitando urgentemente de uma revisão crítica, para que se faça um balanceamento, para que se possa saber o que foi bom e o que inevitavelmente não foi.

O Governo teve fatos positivos: aumento da taxa de crescimento média de 7,5% ao ano, por exemplo; as obras: Furnas, Três Marias; a indústria automobilística; a indústria de construção naval; a Belém-Brasília, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Mais do que isso, trata-se de um homem que soube despertar o otimismo e o entusiasmo desta Nação; com espírito democrático, homem tolerante, que nunca cometeu uma violência, nem sequer verbal, contra seus adversários. Por tudo isso Juscelino Kubitschek merece o memorial que tem aqui na Capital e os elogios que recebe da imprensa.

No entanto, no balanço do seu governo, entre fatos positivos e negativos, não sei se o seu governo mereceria aprovação.

Na verdade, Sr. Presidente, foi no Governo Juscelino Kubitschek que se acelerou, que se agravou o processo inflacionário neste País. O preço do desenvolvimento às caneladas foi muito alto. Ele recebeu o governo com 15% de inflação, passou ao seu sucessor, Jânio Quadros, com mais de 30% ao

ano, e com as finanças públicas em pandarecos. O curto interregno de Jânio Quadros foi um esforço tremendo para conseguir a estabilidade, que Jânio não conseguiu devido ao período curtíssimo que passou no governo.

As contas externas, no País, foram extremamente desequilibradas. As exportações estagnaram. Leciono História Econômica na Universidade do Amazonas, não quis trazer os números, mas basta comparar o início e o fim do Governo Kubitschek para constatar que as exportações absolutamente não avançaram um passo sequer em dólar de valor real da moeda americana, as exportações caíram.

Quais foram as realizações daquele governo nas áreas que deveriam ser prioritárias de educação, saúde pública? Nenhuma.

A agricultura, em contraposição à indústria, foi uma grande desprezada naquele governo.

Finalmente, Brasília. Sr. Presidente, que me desculpem os Representantes do Distrito Federal nesta Casa, que me desculpem 99% dos brasileiros, mas vou discordar. Brasília é questionável, sim. Se fizemos uma análise custo-benefício, não sei se a construção de Brasília seria aprovada.

A que preço, Sr. Presidente?

As reservas técnicas da Previdência Social - ninguém salienta isso - foram destroçadas. Os institutos de Previdência todos tinham reservas para se capitalizarem, para assegurar o pagamento do benefício, e foram quase todas consumidas na construção de Brasília, sem retorno para a Previdência.

As emissões de papel-moeda iniciaram um processo inflacionário agudo que viveu este País.

Em termos de benefícios, Sr. Presidente, fala-se que Brasília interiorizou o desenvolvimento. Será? Foi a presença de Brasília realmente que trouxe algum desenvolvimento ao Centro-Oeste e ao Norte? Qual seria a diferença entre a rodovia Belém-Brasília e Belém-Belo Horizonte-Rio de Janeiro, ou Cuiabá-Brasília e Cuiabá-Belo Horizonte-Rio de Janeiro? O efeito teria sido absolutamente o mesmo.

Não vejo como - e isso precisa me ser demonstrado; por favor, me demonstrem; perdoem a minha incompreensão, a minha cegueira, mas, até hoje, ninguém me mostrou isso - Brasília trouxe desenvolvimento para o interior do Brasil, a cidade de Brasília em si, tendo-se pago um altíssimo preço por essa construção.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, perguntaria, se fosse possível visualizar, o que seria o Brasil hoje se o Governo Juscelino Kubitschek, tendo promovido todas aquelas obras que promoveu, mediante incentivos e subsídios, obras de infra-estrutu-

ra e implantação de indústrias estratégicas neste País, tivesse investido também em educação, em saúde, tivesse estimulado as exportações, tivesse mantido uma política de austeridade fiscal que mantivesse o País com uma inflação baixa, e não tivesse construído Brasília. Pergunto-me se a situação do nosso País não seria muito melhor do que é hoje. Não sei, jamais saberemos. É uma pergunta que deixo no ar.

Sr. Presidente, aproveito o aniversário, sem denegrir em nada a imagem do ex-Presidente - já exaltei aqueles aspectos, no meu entender, positivos do seu Governo. Tenho o maior respeito pela sua figura, pela sua pessoa como grande ser humano que foi Juscelino Kubitschek -, mas, quanto ao seu Governo, repito, esse ainda precisa passar por um crivo mais severo. E se esse crivo for aplicado, não sei se o balanço final será favorável.

O Sr. Lauro Campos - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JEFFERSON PERES - Concedo um aparte ao representante de Brasília, Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos - Eminentíssimo Senador Jefferson Pêres, as preocupações que V. Ex^a traz ao Senado, hoje, eu as tive ao longo de muito tempo, como morador de Brasília, cangado ou "piotário" - sou daqueles que vieram para cá no início, em 1960, e que ficaram pobres, somos os "piotários". Os outros enriqueceram e se deram bem.

O SR. JEFFERSON PERES - "Piotários"?

O Sr. Lauro Campos - "Piotários", pioneiros otários. Então, muitas dessas preocupações eu as tive. Inclusive já tive a oportunidade de tentar alinhar a minha visão do processo de criação de Brasília. Parece-me que nós, e V. Ex^a como professor de História sabe disso, não podemos fazer uma análise histórica a respeito de hipóteses diferentes daquelas que, na realidade, o processo histórico já revelou. O que seria dos Estados Unidos sem Jefferson? Então, essa história hipotética realmente esclarece pouco, do meu ponto de vista, porque as figuras individuais contam muito pouco no processo histórico. Essa é a minha interpretação. Somos criados nesse positivismo, nesse individualismo, nesse narcisismo, nessa supervalorização do eu, como se o eu individual e solitário fizesse a História. Quando, na realidade, Juscelino foi também um produto de seu tempo, de sua época e de suas condições. Acho que Brasília é uma cidade rodoviária. É uma cidade que tem a grande estrada de 16Km, que é o Eixo Sul e o Norte, e as estradas vicinais. Le Corbusier, que é o

grande inspirador desta cidade, dizia que era preciso acabar com as cidades, liquidá-las, porque elas eram perigosas. Então, era preciso transformar as cidades em estradas e retirar os sindicatos, as universidades, deixando apenas uma **urbs** sem **pólis**. Numa cidade política como Brasília, isso é uma contradição. Felizmente o povo transformou aquela **urbs** deserta, sem esquinas, sem vida, sem atividade cultural, numa cidade bastante humana e efervescente. Juscelino ajudou a trazer, mas não foi ele quem trouxe, os Estados Unidos é que transplantaram a indústria de automóvel para o Brasil, Argentina, México e Coréia do Sul naquela ocasião. Então não foi um ato de atração mágica que trouxe a indústria automobilística para o Brasil. Uma vez transplantada a indústria automobilística, no Governo Juscelino Kubitschek, ele tinha que abrir estradas e criar uma cidade rodoviária. Nesse sentido, não saíram da cabeça de Juscelino esse processo e esse caminho da transformação do Brasil. Ele pretendia voltar e já fazer a sua propaganda de "Juscelino-65". E, a partir daí, tendo percebido que o processo que ajudou a alavancar tinha encontrado o seu termo, ele agora nos anunciava com a agricultura, com a criação de seis cidades na Amazônia, deixando as dez prioridades do Plano de Metas e a prioridade cêntrica, síntese, que era Brasília. Ele já passava para um outro setor, que era o que tinha ficado esquecido no seu Programa de Metas - um deles - que era o setor agrícola, que ele pretendia ou prometia agora priorizar. Era apenas isto que eu gostaria de dizer. Acho que as preocupações de V. Ex^a são sérias, competindo realmente aos historiadores e estudiosos fazerem um julgamento mais isento do processo em que vivemos. Muito obrigado.

O SR. JEFFERSON PERES - Muito obrigado, nobre Senador Lauro Campos. Concordo com V. Ex^a que nós tendemos a magnificar o papel do indivíduo na História, e, às vezes, nem é tão importante assim.

Por exemplo, creio, como V. Ex^a, que o processo de industrialização do Brasil era inevitável. Com ou sem Juscelino Kubitschek este País teria se industrializado, o processo de industrialização seria intensificado, até porque, veja Senador Lauro Campos, não por acaso, na mesma época, final dos anos 50, as indústrias automobilísticas se instalaram na Argentina e no México, porque eram países mais ou menos com as mesmas condições do Brasil para a implantação daquela indústria.

Mas quanto a Brasília, esta não, Senador, foi uma decisão pessoal de Juscelino. A transferência

da capital para o planalto Central era prevista desde o Império, figurava em todas as Constituições do País e nunca se cogitou seriamente disso. Sem Juscelino Kubitschek, tenho certeza que aquele dispositivo constitucional não teria sido cumprido, e nós hoje provavelmente não teríamos construído Brasília. E, com todo o custo de Brasília, repito, não sei qual seria a face do Brasil de hoje.

Sr. Presidente, encerro esta manifestação dizendo que não quero absolutamente desmerecer a memória do ex-Presidente, mas entendo que tudo na História deve ser apreciado não com discurso apologetico, mas sem perdermos o senso crítico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, por cessão do Senador Leomar Quintanilha.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, um Governo, para bem exercer as suas funções sociais de saúde, educação, segurança e dotar o País de todas as infra-estruturas necessárias, necessita de dinheiro. Lamentavelmente, no Orçamento deste ano de 1996, teremos um déficit grandioso – por volta de R\$18 bilhões.

Levantamos – e até alertamos da tribuna deste plenário – uma dívida de contribuintes para com o Governo da ordem de R\$181 bilhões, que se deviam, principalmente, à Receita Federal, ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal, ao INSS e ao Banco Central do Brasil, dinheiro que maus pagadores ou contribuintes desleixados deixaram de levar aos cofres da República.

Informamos desta tribuna que tínhamos ido ao Ministro Pedro Malan e ao Ministro José Serra para pedir-lhes ajuda na feitura desse cenário, solicitando que fossem executadas duas ações: buscar receber esse estoque passado – o que iria gerar recursos para esse desenvolvimento, sem a necessidade da criação de novos impostos, como é o caso do imposto saúde e outros -, e verificar o que poderia ser feito do ponto de vista tributário, do ponto de vista administrativo e jurídico para evitar que novos estoques sejam formados.

Queremos dizer desta tribuna da nossa satisfação ao ver que o Ministro da Fazenda já iniciou cinco grupos de trabalho no Ministério, grupos esses que vão dar grandes dividendos a esta República. No primeiro deles foi feita a sincronização, principalmente na área de informática, entre a Secretaria da Receita e a área da Procuradoria-Geral da Fazenda,

de forma que não se perca tempo entre o que é devido e a cobrança.

O segundo grupo foi criado para levantar-se quais as ações administrativas que poderiam facilitar a arrecadação desse estoque passado.

O terceiro grupo buscou ver o que poderíamos fazer junto às Casas do Congresso para mudar a legislação, permitindo uma maior agilidade nessa cobrança, inclusive as modificações devidas.

O quarto grupo, Srs. Senadores, foi instalado para verificar junto à Caixa Econômica Federal o que são recursos dos depósitos judiciais, que até hoje não sabemos. Há cerca de 20 bilhões hoje depositados, e nós não sabemos o que é da Receita e o que não é. O que foi causa ganha e causa não ganha.

O quinto grupo, que está sendo instalado neste mês de fevereiro, vai cuidar de fazer o Código Tributário Nacional.

Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, depois disso, fomos também ao Serviço de Patrimônio da União e verificamos que dos 3 milhões de imóveis que tem esta República apenas 500 estavam cadastrados. Mas o Ministério já estava tomando conta disso, fazendo o recadastramento das terras de Marinha, buscando ver o que é que poderia ser passado, alienado – até porque os moradores desses imóveis já os estão ocupando e querem a legalização -, de forma a trazer recursos para a República. E, passem os senhores, é um outro volume da ordem de 130 bilhões.

Parabenizo o Ministério da Fazenda, porque imediatamente encetou uma campanha para fazer o levantamento desses ativos. Até mesmo na discussão do Banco Central, ontem, o Ministro já citou esses ativos, coisas que estavam esparsas e que agora se buscam aglomerar.

Ontem, Sr. Presidente – e é o motivo por que ocupo a tribuna no dia de hoje -, fui à SEST, Subsecretaria que cuida das estatais, que me deu um relatório completo do que está fazendo. E aí, Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, é de pasmarr, porque há cadáveres insepultos, que já foram extintos até pela segunda vez, e continuam sangrando a República em recursos, indevidamente.

São coisas incríveis, como, por exemplo, a que verificamos no caso do Lloyd Brasileiro. Por duas vezes, a Justiça mandou que se entregasse o acervo aos empregados. Esses acervos foram entregues; mais contas surgiram. A República recebeu de volta e tem que pagar essas contas indevidas, quando o certo seria já terem sido liquidadas e que outras

empresas cuidassem disso. É uma sangria permanente. Já aconteceu formalmente o encerramento, mas o enterro não ocorre.

Outros há, como é o caso, por exemplo, da Valec, que cuida da Norte-Sul, que ainda tem 73 funcionários, e a sede é no Rio de Janeiro, para cuidar de uma estrada nos fins do Maranhão e do Pará. Temos o caso, por exemplo, da Siderama, na qual o Governo terá que colocar um dinheiro que talvez não consiga receber. São cerca de R\$50 milhões a serem investidos para reformular essa empresa e, assim, privatizá-la. É provável que o Governo não consiga esse dinheiro, mas a legislação assim o exige.

Venho a esta tribuna exatamente para dizer que nós, parlamentares, temos que auxiliar o Executivo nessa ação. Não podemos criar óbices, mas devemos acelerar essas ações para que esses vazamentos de recursos, que individualmente parecem pouco – e que os parlamentares de cada Estado querem que permaneçam, porque significa empregos de correligionários, significa importância para o Estado – mas que, ao final, representa um somatório que drena as energias da República. E são recursos que poderiam ser empregados no desenvolvimento de que o País tanto necessita.

Que me perdoe o Senador Pedro Simon, mas quero louvar a ação do Presidente da República quando diz que precisa haver a privatização de bancos, como, por exemplo, o Banco Meridional. Entendo que para os Estados isso é muito difícil, é um baque, mas é preciso que acabemos com essas sinecuras, com esses fatos que não representam uma boa ação para o conjunto da Nação.

O Presidente está demonstrando firmeza. tantas vezes ocupei esta tribuna para criticá-lo, mas, dessa vez, é para dizer que tem o inteiro apoio deste parlamentar quando deseja fazer o encerramento desses casos, que se tornam rabilongos e não se encerram nunca, e, principalmente, quando busca estancar essas pequenas hemorragias que drenam a energia desta República.

Continuaremos analisando juntos a área administrativa, que órgãos ainda existem sem função. Até mesmo nosso metabolismo, nosso corpo muitas vezes mantém órgãos que vão perdendo a função. Um exemplo, é o apêndice, que teve funções no passado e já não as tem no presente. É preciso que, de quando em quando, verifiquemos nosso peso na balança e façamos um regime, para tirar as gorduras que estão a mais, prejudicando o metabolismo.

Quero parabenizar os Ministérios da Fazenda e do Planejamento pela ajuda que estão dando a este

levantamento. E mais ainda, pelas ações que já iniciaram para tentar resolver esses problemas.

Falávamos outro dia desse passivo da República. Já li no **Zero Hora** de ontem que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul está fazendo o mesmo levantamento e verificando que aquele Estado tem 18 meses de arrecadação em dívida ativa. O Rio de Janeiro também fez levantamentos e verificou-se que esse Estado tem R\$27 milhões de dívida ativa e não conseguiu R\$180 milhões para fazer o pagamento do 13º. No meu Estado, a Paraíba, onde se arrecada cerca de R\$50 milhões por mês, existem R\$700 milhões de dívida ativa.

Que o Governo busque os recursos para aplicação, mas que também se empenhe para receber as dívidas passadas, principalmente daqueles que não cumpriram suas obrigações para com o povo deste País, e possa, desta forma, aliviar o bolso dos contribuintes. É fundamental que o Governo faça mudanças na legislação para evitar as facilidades que alguns encontram para se esquivar do pagamento do justo imposto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O próximo orador é o Senador Renan Calheiros, por cessão do Senador Iris Rezende.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB-AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna na sessão de hoje para lembrar as atividades do Grupo de Trabalho de Reforma e Modernização do Senado Federal, criado pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, do ano passado, e falar um pouco sobre a metodologia, o diagnóstico apresentado e as recomendações a que chegou o Grupo, abordando os resultados já alcançados em função do processo de modernização desencadeado pela atual Mesa Diretora, presidida pelo Senador José Sarney, e descrever o trabalho que está em andamento na Assessoria Especial de Modernização, sob a coordenação do Diretor-Geral, Dr. Agaciel Maia.

Ao longo do primeiro semestre do ano que passou, após levantamento de dados e informações sobre o funcionamento do Senado, recebimento de sugestões e propostas, consultas a Senadores, entrevistas com chefes de gabinete, diretores e seminário sobre a crise dos parlamentos, o Grupo de Trabalho de Reforma e Modernização fechou um diagnóstico, registrando as principais lacunas e as recomendações para as soluções das mesmas.

No dia 25 de abril de 1995, como coordenador do Grupo de Trabalho de Modernização, tive a honra

de apresentar o resultado do trabalho que desenvolvemos em companhia dos Senadores Ney Suassuna e Luiz Alberto de Oliveira, cujas principais recomendações foram as seguintes:

I – ADMINISTRATIVAS

a) Planejamento estratégico e definição de diretrizes orçamentárias;

b) reestruturação organizacional com reagrupamento de funções, extinção de secretarias, seções e serviços, redefinindo atribuições, rotinas, manuais, procedimentos e criando um plano de carreiras e salários, bem como definição da lotação ideal por setor;

c) definição de hierarquia e responsabilidades;

d) aprovação pelo Plenário do quadro de detalhamento de execução orçamentária;

e) proibição de qualquer nova obra no Senado sem a necessária aprovação pelo Plenário, onde se observará oportunidade, projeto arquitetônico, detalhamento de custo e cronograma físico-financeiro;

f) recomendação do estabelecimento de normas e critérios para ocupação racional do espaço físico;

g) centralização das aquisições de bens e serviços, incluídos o Prodasen e Cegraf, através de uma única comissão de licitação;

h) criação de um conselho editorial para normatizar, avaliar, patronizar e autorizar a impressão de todo material gráfico, transformando em projeto de resolução o Ato que definiu critérios para este setor;

i) aprovação pelo Plenário dos diretores do Senado;

j) ampliação da competência da Diretoria-Geral sobre questões administrativas;

l) criação de um programa de valorização e qualificação dos recursos humanos;

m) extinção da Representação do Senado no Rio de Janeiro;

n) proibição de doação de bens do Senado;

o) eliminação do trecho *via Rio* da cota mensal de passagens aéreas.

II – LEGISLATIVAS

a) Reforma e simplificação do Regimento Interno do Senado para obtenção de eficiência e rapidez processual;

b) redefinição do número e do papel das Comissões Técnicas, enfatizando o poder terminativo para aprovação de chefe de missões diplomáticas, defensoria pública e outras;

c) regulamentação dos grupos de interesses (*lobbies*) para garantir maior visibilidade em sua atuação;

d) regulamentação dos direitos dos Senadores através de projeto de resolução;

e) criação de uma comissão de direitos humanos;

f) redefinição do tempo de intervenção dos líderes durante a Hora do Expediente e após a Ordem do Dia;

g) realização de sessão mensal para elaboração da Ordem do Dia do mês subsequente;

h) reelaboração do indefinido Regimento Comum do Congresso Nacional;

i) limitação da retirada de matérias da pauta;

j) fortalecimento do instituto da fidelidade partidária;

k) eliminação da imunidade parlamentar para crimes comuns;

l) regulamentação do instituto de admissibilidade das medidas provisórias;

m) disciplinamento das viagens dos Senadores ao exterior através de projeto de resolução;

g) redução do **quorum** para deliberação.

III – ORÇAMENTÁRIAS E FISCALIZADORAS

a) Discriminação, a nível de subprograma, dos percentuais destinados aos diferentes setores (como saúde, educação, infra-estrutura) e regiões no tocante a investimentos, inversões e despesas de capital no quadro da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

b) institucionalização de reuniões de representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, com a finalidade de compatibilizar os números do Orçamentos da União, o que evitaria contingenciamentos de última hora e cortes das dotações por decisão unilateral do Executivo;

c) instrumentalização da Comissão de Fiscalização e Controle;

d) criação de um banco de dados com informações gerenciadas para agilizar a tomada de decisões dos Senadores;

e) elaboração do Orçamento Geral da União a partir de ampla discussão de políticas públicas.

IV – RECOMENDAÇÕES DA ORDEM GERAL

a) Reengenharia de processos e um programa de qualidade total, caso se queira uma mudança efetiva de toda a estrutura administrativa, reduzindo-se custos e garantindo melhorias substanciais nos

produtos das atividades-fim, por meio de reestruturações operacionais baseadas em processo.

b) contratação de uma consultoria externa (Fundação Getúlio Vargas) para trabalhar com a interface de uma Assessoria Especial de Modernização ligada à Presidência do Senado e composta por técnicos do Senado com reconhecida competência na área;

c) criação de uma escola legislativa, por transformação, para pesquisa, ensino, treinamento e formação de pessoal, objetivando a modernização dos parlamentos.

Com a entrega do relatório à Comissão Diretora, o Grupo de Trabalho de Reforma e Modernização encerrou as suas atividades.

Em decorrência das recomendações do Grupo de Trabalho de Modernização, a Comissão Diretora editou, em 12 de agosto, o seu Ato nº 8, criando a Assessoria Especial de Modernização, sob a coordenação do Diretor-geral, Agaciel Maia, para cumprir a missão de viabilizar e implementar as sugestões do Grupo de Trabalho que tivemos a honra de coordenar.

Os anteprojetos da primeira etapa, especificados no referido Ato, apresentados pela Assessoria Especial de Modernização em agosto de 1995 e relatados por nós, tratam de vários temas extremamente relevantes para o Senado brasileiro como a inadequação da sua estrutura organizacional e as suas rotinas e procedimentos ineficazes.

Encerramos, assim, a nossa coordenadoria, consubstanciando todas as fases da missão que a Comissão Diretora nos delegara em um documento publicado em agosto de 95, titulado "Reengenharia do Legislativo: A experiência do Grupo de Trabalho de Reforma e Modernização do Senado Federal".

Os primeiros desdobramentos práticos desse trabalho, que formam cinco projetos de resolução da maior importância, como o que cria o Instituto Legislativo, o que reestrutura os gabinetes, o que implanta o Conselho Editorial, o que trata da alienação dos bens do Senado e o que extingue a Representação no Rio de Janeiro, estão na Comissão de Constituição e Justiça desde o dia 20 de outubro à espera da designação de relatores.

A criação do Instituto Legislativo Brasileiro, que será criado por transformação sem acrescentar custo algum ao Senado, pelo contrário, otimizará os cargos disponíveis e os seus conseqüentes recursos e é um componente essencial do Programa de Modernização do Senado Federal. Ele terá

a missão de planejar, desenvolver e executar atividades de pesquisas, desenvolvimento de projetos, estudos, seleção, treinamento e consultoria. A ele caberá, igualmente, promover a valorização do servidor nas dimensões profissional, social e humana, tendo como carro-chefe a formação profissionalizante, a reciclagem e o treinamento, bem como implementar projetos que cuidem da motivação do servidor, acoplando o plano de carreira com uma política definida de admissão, desenvolvimento, alocação, avaliação de desempenho e recompensa do servidor.

Quanto aos gabinetes, Sr^{as} e Srs. Senadores, o seu projeto transforma uma unidade de apoio logístico em núcleo de assessoramento direto, de alto nível, que abrange as atividades legislativa, parlamentar, fiscalizadora, política e de divulgação social da atuação do Senador.

Ao Conselho Editorial, o projeto de resolução atribui a missão de formular as políticas editorial e de editoração do Senado Federal e estabelecer normas, em sintonia com a missão constitucional da Casa e com outras políticas administrativas vigentes, buscando a padronização e a excelência das publicações e a conseqüente redução de custos.

Os projetos referentes à extinção da Representação do Rio de Janeiro e à normatização de bens a serem alienados pelo Senado Federal, mais do que providências sensatas e lógicas, são respostas aos reclamos da sociedade.

De outra parte, também como sugestão do Grupo de Trabalho, foi contratada a Fundação Getúlio Vargas, para apresentar projetos da estrutura organizacional, um projeto indicando como deve ser tratada a informação e outros instrumentos especificados no Ato da Comissão Diretora nº 8.

No que diz respeito ao trabalho da Fundação Getúlio Vargas, todos os diretores foram envolvidos e, juntamente com vários chefes de gabinetes, participaram dos três **workshops** realizados em novembro e dezembro. Foram colocadas à disposição da Fundação Getúlio Vargas toda a estrutura da Assessoria Especial de Modernização e todas as informações necessárias para a elaboração dos projetos descritos no contrato firmado com aquela instituição.

Apesar da implementação da reforma ainda estar em curso, gostaria de registrar que vários gargalos foram removidos desde que se iniciou o desejo de mudar para que pudéssemos modernizar o Senado.

Quero lembrar que o processo legislativo foi substancialmente melhorado com a instalação do correio eletrônico para emendas e com a Constituição e o Regimento Interno colocados em rede.

Pelo lado administrativo, modernizou-se a área de compras, material e patrimônio; centralizou-se as compras e foi criado um calendário.

Quanto à área de comunicação, deve ser destacado o trabalho da Secretaria de Comunicação Social, que aperfeiçoou o sistema e criou vários veículos, como a transmissão via cabo a ser inaugurada brevemente. Passamos a contar com a edição diária do **Diário do Congresso Nacional**, que vinha circulando com atraso de até trinta dias. Outra inovação foi a criação do Senado em Linha Direta, que transmitirá dois boletins diários e idealizado para atender às pequenas emissoras de rádio do interior, que não integram redes nem contam com recursos para ter correspondentes em Brasília. Um outro projeto a ser inaugurado ainda em fevereiro, a **Agência Senado Rádio Sat**, transmitirá as atividades do Senado via satélite, possibilitando que qualquer emissora de rádio do país possa ter acesso ao seu sinal. Não podemos esquecer de mencionar o **Jornal do Senado**, cuja maior função não é oferecer uma abordagem oficial dos acontecimentos no Senado, mas repor a verdade dos fatos, freqüentemente distorcidos.

O Senado foi o primeiro órgão público a entrar na Internet no Brasil. A partir de segunda-feira a **TV-Senado** entra no canal 45 da **NET-Brasília** em fase experimental e em março para todo o Brasil.

Todos esses aperfeiçoamentos são decorrentes daquilo que considero o efeito mais importante do Grupo de Trabalho de Reforma e Modernização: a disseminação de um espírito reformista pelo Senado e o desejo de modernizar-se.

Para concluir, quero apelar a todos os Srs. Senadores para que continuem unidos em torno do projeto de modernização do Senado, da atual Mesa Diretora, presidida pelo Presidente Sarney. É somente através da materialização dessa reforma que teremos um Senado à altura de suas prerrogativas constitucionais e um exemplo para todos os parlamentos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Darei a palavra a V. Ex^a em seguida.

Antes, quero comunicar aos Srs. Senadores que a partir de segunda-feira próxima, dia 5 de fevereiro, estará entrando no ar, em caráter experimental pela operadora **NET**, inicialmente apenas em Brasília, a **TV-Senado**. Estaremos no canal 45, transmitindo ao vivo, na primeira fase, a partir das 14h30min, as sessões plenárias.

Depois da semana do Carnaval, no início do período normal de funcionamento do Congresso, a programação da **TV Senado** começará às 9 horas e se encerrará às 23h30min. Haverá cobertura do Plenário, das comissões permanentes, especiais e parlamentares de inquérito, do plenário, entrevistas de Senadores, vídeos a respeito do funcionamento do Senado e de órgãos de sua estrutura, além de dois telejornais.

No decorrer do mês de março, entendimentos com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, e com o Presidente da Embratel, passaremos a transmitir o nosso sinal para todo o País, via satélite, através das operadoras de TV a cabo e das cabeças de rede das emissoras comerciais. Em futuro próximo, com a entrada em funcionamento de um novo satélite, estaremos também nas 3 milhões de antenas parabólicas existentes no País.

Esse é um fato histórico, importante que eu devia comunicar ao Senado hoje porque, a partir de segunda-feira, estaremos no ar. E é preciso que todos os Srs. Senadores tenham conhecimento de que seus pronunciamentos nesta Casa estarão sendo conhecidos através da rede de televisão, primeiro, em Brasília, e, logo a seguir, por todo o País.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para falar sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral pela ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL (- AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quando V. Ex^a anunciou aos Senadores o jornal do Senado, eu talvez tenha sido, senão o único, pelo menos o primeiro a registrar o fato auspicioso. V. Ex^a hoje, realmente, conforme acaba de assinalar, registra um fato histórico. É bom que haja um canal que possibilite a divulgação dos trabalhos aqui realizados.

Há poucos dias, um colega nosso se queixava de não ter aparecido como um bom freqüenta-

dor das sessões, apesar de estar aqui presente. Agora isso será dissipado, e seus discursos e pareceres serão conhecidos.

De modo, Sr. Presidente, que quero cumprimentar V. Ex^a, parabenizar a Mesa e o ex-Governador Fernando César Mesquita, que é o diretor da Secretaria de Comunicação Social.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Queria formular os cumprimentos a V. Ex^a e à Mesa, porque essa realmente é uma decisão histórica.

No momento em que o Brasil inteiro passar a assistir às sessões do Senado, no momento em que mostrarmos às nossas bases o o que somos e o que fazemos aqui - não adianta Pedro Simon chegar na base e dizer que é isso e aquilo e aqui ser diferente -, no momento em que pudermos ser fiscalizados, no momento em que mantivermos um diálogo direto com a sociedade, não mais via indireta, estaremos caminhando para um Congresso Nacional e uma sociedade melhores.

Essa é uma decisão significativa. Estamos começando a mudar as ligações com a sociedade. Não há como deixar de reconhecer que a televisão, mais do que a família, mais do que a escola, mais do que a igreja, é que está "fazendo a cabeça" das novas gerações. Vamos ter o nosso espaço nesse meio de comunicação.

Alguém pode ridicularizá-lo e dizer que ninguém assistirá a essa transmissão; duvido que isso ocorra. Na hora dos grandes debates, na hora em que se divulgar que o Senado votará matérias importantes, muita gente, muito mais do que imaginamos, estará nos observando. Estaremos sendo fiscalizados, o que é bom, e poderemos expor os grandes problemas.

Meus cumprimentos à Mesa e a V. Ex^a pela decisão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Agradeço aos nobres Senadores. A Mesa agradece aos Srs. Senadores essa manifestação.

Seria injusto se eu, aqui, não mencionasse que, para que isso se tornasse realidade, contamos com a colaboração dedicada e decidida do grupo de trabalho encarregado dessa matéria, liderado pelo Dr. Fernando Cesar Mesquita e pela Dr^a Marilena Chiarelli. Este trabalho representa meses de abnegação, de dificuldades a transpor. Devo dizer, sobre-

tudo, que foi realizado com os recursos do próprio Senado Federal, com os recursos humanos de que a Casa dispõe, todos engajados nesse projeto. Seria impossível realizar essa tarefa se não tivéssemos, justamente, a colaboração desse grupo.

Por outro lado, o discurso que acaba de ser proferido pelo Senador Renan Calheiros mostra o trabalho anônimo da Mesa do Senado, e de alguns Senadores no processo de modernização desta Casa, que tem sido difícil, lento, mas que se está concretizando.

Esperamos cumprir com todas as metas propostas pela Mesa e aprovadas pelos Srs. Senadores. Esperamos que todos reconheçam o nosso desejo justamente de prestigiar o Senado Federal e apoiar a atividade dos Srs. Senadores.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo apenas me associar às manifestações e aos cumprimentos já registrados aqui no plenário.

Duas coisas importantes estão acontecendo neste momento.

A primeira é o fato realmente auspicioso, histórico, de que o Senado Federal, a mais alta Casa Legislativa do País tenha tomado, ele próprio, a iniciativa de criar mecanismos para que a sociedade acompanhe seus trabalhos e fiscalize seus representantes.

Tivesse essa iniciativa partido de qualquer segmento organizado da sociedade já seria louvável, mas o fato de ter partido do próprio Senado demonstra claramente que o regime democrático, o regime de liberdade em que País vive possibilita, naturalmente, a evolução da sociedade e das instituições políticas.

Gostaria também de cumprimentar o Senador Renan Calheiros, pelo trabalho realizado na Comissão de Modernização, e registrar que, depois de ter acompanhado o trabalho de S. Ex^a e de sua equipe, estou convencido de que os frutos, ou seja, as modificações das várias organizações existentes no Senado Federal, surgirão muito mais rapidamente do que se pode imaginar. Isso é bom para o Senado e é bom para o País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Muito obrigado a V. Ex^a, Senador José Roberto Arruda.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade, como Líder.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria, antes de mais nada, de associar-me à manifestação dos demais Senadores no sentido de parabenizar a Mesa, a equipe de divulgação e o Senador Renan Calheiros pelo trabalho que têm feito visando à modernização do Senado.

Considero extremamente importante possibilitar ao povo o acesso às informações diretas daquilo que fazemos, representamos ou defendemos nesta Casa.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de registrar uma audiência que tivemos hoje à tarde com o Presidente do Incra, Dr. Raul do Valle. Outros Parlamentares estavam presentes, como o Deputado Federal Giovanni Queiroz, o Deputado Estadual Mário Moreira e o Secretário de Agricultura do Município de Redenção. Levamos ao Dr. Raul uma série de ofícios em que mostrávamos a necessidade de reestruturação e ampliação dos quadros do Incra especialmente no sul do Pará, mais especificamente nos Municípios de São Félix do Xingu, região extremamente extensa, onde existe apenas um funcionário do Incra, e também em Conceição do Araguaia.

Ouvimos a manifestação do Presidente interino do Incra, que nos relatou que no Incra há uma defasagem de cerca 2 mil funcionários, para poder dar vazão ao programa estabelecido pelo Presidente da República, Senhor Fernando Henrique Cardoso, de assentamento de 40 mil famílias em 1995; 60 mil em 1996; 80 mil em 1997, concluindo o seu mandato com o assentamento de 100 mil famílias. O Incra precisa contratar mais 2.500 funcionários para preencher as necessidades dos seus quadros. Essa comunicação já foi feita ao Ministro Bresser Pereira, que prometeu entendimentos no sentido da realização de concursos públicos para a contratação de novos funcionários para aquele instituto, tão importante para o nosso País.

Gostaria também de registrar que entregamos ao Incra um documento pedindo a desapropriação das Fazenda Guarantã, situada no Município de Pau d'Arco, ou da Fazenda Santa Tereza, situada no Município de Redenção. Essas fazendas praticamente já estão ocupadas por trabalhadores rurais. Há permanente conflito com os seus proprietários, e o Incra do Estado do Pará ainda não agilizou a vistoria dessas duas fazendas em virtude da falta de recursos para esse fim. O Presi-

dente do Incra nos garantiu que haveria de resolver o problema imediatamente.

Nesse documento que entregamos ao Dr. Raul do Valle, relacionamos 367 clientes da reforma agrária, 367 trabalhadores rurais que estão esperando a terra para nela trabalhar. O pedido de desapropriação dessas duas fazendas – repito: Guarantã e Santa Tereza – foram assinados pelo Prefeito de Redenção, Wagner Fontes; pelo Sr. Francisco Costa, Secretário Municipal de Agricultura, que esteve na audiência conosco; pelo Presidente da União dos Vereadores, Antônio Brito Freitas; pelo Sr. Ademar Pereira da Silva, da Câmara Municipal de Redenção; pelo Sr. Pedro Alcântara, Vereador; pelo Deputado Federal, Giovanni Queiroz, e por mim, como Senador da República.

Também mostramos que o Incra comete alguns erros e deixamos com o seu Presidente um ofício solicitando que sejam atendidas as justas reivindicações de trabalhadores rurais do Município de Conceição do Araguaia, que ocuparam a sede do Incra, com o objetivo de fazer com que um convênio feito com a Prefeitura daquele Município, no valor de R\$149 mil, para a recuperação de 15 quilômetros de estradas vicinais, seja revisito com a finalidade de ser executados 70 quilômetros, ao invés de 15. Os trabalhadores exigiram da Prefeitura a ampliação do convênio, a diminuição de exigências técnicas em opção à construção de maior quantidade de quilômetros de estradas vicinais. A invasão da sede do Incra durou quase 10 dias, e o Presidente daquela Instituição mostrou satisfação em ver que trabalhadores rurais estão acompanhando o valor desses convênios e estão, sem exigir nenhum recurso adicional, buscando formas e meios para verem realizado mais trabalho com o mesmo recurso.

Fizemos ainda o pedido de desapropriação da Fazenda Janaína, na Gleba Baiana, Lote 1, Município de Jacundá, e da Fazenda Jaguatiara, na Gleba Pacajazinho, também Município de Jacundá.

O Presidente do Incra fez uma explanação das suas dificuldades, mas prometeu que autorizaria a vistoria de imediato para desapropriação das fazendas citadas.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer nesta sessão.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. ADEMIR ANDRADE EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO:**

OFÍCIO GSAA Nº 44/96

OFÍCIO GSAA Nº 87/96

Brasília/DF, 18 de janeiro de 1996

Brasília/DF, 1º de fevereiro de 1996

Exmº Sr.

Raul David do Vale Junior

MD. Presidente do Instituto Nacional
de Colonização e Reforma Agrária

Em mãos

Senhor Presidente,

Venho à sua presença para solicitar seu particular empenho no sentido de atender à justa reivindicação dos colonos do Projeto de Assentamento denominado Joncon/Três Irmãos, em Conceição do Araguaia, que se encontram ocupando a sede local do Incra, desde a manhã de ontem.

Eles pleiteiam seja feita uma revisão no convênio CRT/PA/Nº 32.001/95. O referido instrumento aloca recursos à Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia na ordem de R\$149.740,50 para recuperação de 15km de estradas vicinais, num custo de R\$9.982,70 por quilômetro (anexo I). Há empreiteiras na região que executariam 70km de estradas vicinais com o mesmo dinheiro, ampliando consideravelmente o atendimento às suas necessidades, segundo consta do documento dos representantes da área (anexo II).

Preocupa-nos a situação, pois numa primeira análise ficamos sem compreender tamanha diferença de custos, em se comparando os dois orçamentos. Sou de opinião que os poucos recursos da União disponíveis para revolver os problemas dos agricultores devam ser maximizados, fazendo com que esta ocasião possa ser uma oportunidade mais proveitosa aos interesses de um maior número possível de colonos.

Outrossim, fomos informados do deslocamento de dois servidores da SR/1 – Superintendência do Incra no Pará –, a Conceição do Araguaia, para tratar do referido assunto (anexo III). Peço a V. Exª que eles sejam orientados por essa Presidência no sentido de analisar em profundidade a questão, visando o atendimento das necessidades dos colonos da maneira mais abrangente possível.

Ademais, o prefeito de Conceição do Araguaia, Carlos Cavalcante, o Executor do Incra local e o Superintendente Regional teriam afirmado que nada poderia ser alterado sem autorização expressa da Presidência desse órgão.

Assim, conto com vossa melhor atenção ao exposto e antecipo agradecimentos, ficando no aguardo de sua manifestação.

Atenciosamente, Senador **Ademir Andrade**
(PSB – PA).

Exmº Sr.

Raul Davi do Vale Júnior

MD. Presidente do Incra

Em mãos

Senhor Presidente,

Encaminho a V. Exª solicitação em favor de trabalhadores rurais no Estado do Pará à qual rogo sua especial atenção.

Trata-se da ocorrência de ocupação em duas áreas de terra no município de Jacundá, vizinhas ao município de Novo Repartimento, próximas à Transamazônica, às quais solicito sua providência no sentido de que sejam vistoriadas para efeito de desapropriação, para fins de reforma agrária.

Adianto a V. Exª que o proprietário das duas áreas, Sr. José David Lucas, confessa-se insatisfeito de viver enfrentando as constantes pressões dos trabalhadores rurais e diz aceitar a desapropriação, para sua própria tranqüilidade e assim chegar-se a uma solução pacífica para os conflitos de interesse.

As áreas em questão estão assim definidas:

- 1) Fazenda Janaina – Gleba Baiana – Lote 1
Título Definitivo – Nº 4 (GETAT)82(1)2778
Em nome de – José David Lucas (proprietário)
Área – 2.071,4893ha
- 2) Fazenda Jaguatiara – Gleba Pacajazinho
Título Definitivo – Nº 4 (GETAT)82(1)817
Em nome de – Eurival Aguiar dos Santos
Área – 2.999,8494ha

Obs.: já transferida para o Sr. José David Lucas (proprietário)

Encaminho em anexo as documentações das duas áreas, sendo que da segunda área vai apenas uma certidão de propriedade referente a uma parte da área já transferida de domínio. Informo a V. Exª que há outra certidão em poder do Sr. José David Lucas para o restante da área, configurando-se, como já mencionado, um único proprietário para a extensão total das duas áreas acima referidas.

Assim, Sr. Presidente, peço que V. Exª agilize as medidas cabíveis para o solucionamento deste caso e fico no aguardo de sua manifestação, antecipando sinceros agradecimentos pela atenção que dedicar ao exposto.

Atenciosamente, Senador **Ademir Andrade**
(PSB – PA).

Livro N.º 2 - Registro Geral

CARTÓRIO SILVA SOARES

MATRÍCULA

FOLHA

1.º OFÍCIO

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

COMARCA DE TUCURUI - PARA

CERTIDÃO

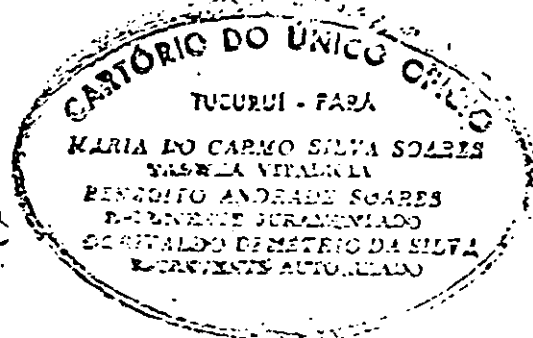
Tucuruí - Pará 30 de novembro de 1993

IMÓVEL: Área de Terra Rural em domínio Pleno, situado no Município de Novo Repartimento, Termo Judiciário desta Comarca, nos Termos do Art. 5º da Lei Estadual nº 3.702 de 31 de Dezembro de 1.991: com área de 1.693,9943ha (Um Mil, Seiscentos e Noventa e Três Hectares, Noventa e Nove Ares e Quarenta e três Centiares), denominada Fazenda Jaguatirara, com os limites e confrontações seguintes: Norte: Dmas Luis da Silva; Leste: Córrego Jacaré; Sul: Loteamento Fandeirantes; Oeste: Rosa F. Aguiar. Descrição do Perímetro: Partindo do marco DF-45, segue-se com azimuth 02º24'20" e distância de 3.650,00m. até o marco DF-45A; daí segue-se com azimuth 85º45'19" e distância de 6.052,23m. até o ponto F-51, situado à margem esquerda do Córrego Jacaré; daí segue-se à montante do referido Córrego, numa distância de 5.874,47 m., passando pelas estações 57, 59, 61, 69, 74, 77, 82, 83, 93, 100, 03 até o marco DF-05; deste segue-se com azimuth 225º34'52" e distância de 338,74 m. até o marco DF-08; daí segue-se com azimuth 265º34'03" e distância de 4.423,54 m. até o marco DF-45, ponto inicial da descrição deste perímetro, tudo conforme planta e memorial descritivo datado de 17 de Novembro de 1993, firmado pelo Téc. Agrimensor Sérgio Pires Almerão CREA- 323-TAD/PA. **PROPRIETÁRIO:-** JOSÉ DA VID LUCAS, brasileiro, casado, pecuarista, portador da Cédula de Identidade nº 1777088-SSP/PA e CIC nº 211.288.206-68, residente e domiciliado à Rua Colombia, nº 06, Vila Permanente, nesta cidade.- **FORMA DA AQUISIÇÃO:-** Escritura Pública de Venda e Compra, lavrada em data de 29 de Novembro de 1993, às folhas 112 à 113, do livro de nº 22 de Notas deste Ofício, outorgada por EDVALDO TEIXEIRA DE SOUZA e CÁSSIA CARDOSO TEIXEIRA, brasileiros, casados entre si, ele pecuarista, ela do lar, residentes e domiciliados nesta cidade.- **CONDIÇÃO:** As da Escritura.- **VALOR:-** Cr\$- 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE CRUZEIROS REAIS).- **NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR:-** A propriedade aqui matricula-

situado no Município de Jacunda, Estado do Pará, conforme transcrição no Registro de Imóveis da Comarca de Tucuruí, Pará, sob nº 192, as fls. 190 do Livro 2, transmitindo o domínio e demais direitos dele decorrentes livres de quaisquer ônus. O imóvel tem área de 2.999,8494 ha (Dois mil, novecentos e noventa e nove hectares, oitenta e quatro ares e noventa e quatro centiares), com os limites e confrontações seguintes:

Do Marco DR-01, cravado na divisa das terras dos Srs. José Venâncio Silva e Derocl. P. da Costa, partiu com Azimute verdadeiro 175°41'59" e distância 915,22 metros até o Marco DP-37 deste, seguiu na margem esquerda do córrego Jacaré, com distância de 7.473,73 metros passando pelas estações: 41, 45, 49, 51, 53, 55, 57, 59, 61, 65, 69, 74, 77, 82, 84, 88, 91, 93, 98, 100, até o Marco DP-05; deste, seguiu com Azimute verdadeiro 225°34'52" e distância 338,74 metros até o Marco DP-08, cravado na divisa das terras do Sr. Antônio Oliveira, deste, seguiu com Azimute verdadeiro 265°34'03" e distância de 4.423,54 metros até o Marco RI-DP-45, cravado na divisa das terras dos Srs. Antônio Oliveira e Rosa P. Aguiar; deste, seguiu com Azimute verdadeiro 02°24'20" e distância de 5.617,50 metros até o Marco DP-103, cravado na divisa das terras da Sra. Rosa P. Aguiar e do Sr. José Venâncio Silva; deste, seguiu com Azimute verdadeiro 87°02'24" e distância de 7.087,81 metros, passando pelas estações: 114, 128, 145, 165, até o Marco DP-01, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Cartório do Registro de Imóveis
PROTOCOLO E REGISTRO
 Nº 383 do PROTOCOLO Nº 1.4.14. 25
 Recebido e protocolado em 25 de Abril de 1983
 Registrado sob nº 978
 305 do Livro de Registro Unif. Nº 2-F
 TUCURUI - PA - 26-ABR-1983
 B. Aguiar
 OFICIAL



pelo OUTORGADO de qual se dá neste ato: plena e geral quitação.

E por estar de acordo, aceita o OUTORGADO o presente Título e o
assina em três (3) vias, com as testemunhas abaixo.

em 02 de Setembro de 1981

[Assinatura]

Presidente do GETAT

José Pedro de Oliveira

Presidente do GETAT

[Assinatura]

OUTORGADO - Assinatura ou Polegar direito

[Assinatura]

Testemunha

[Assinatura]

Testemunha

A 2ª via deste Título, acompanhada
constituirão Folha de Livro Fundiário.



Cartório de Registro de Imóveis	
da planta e memorial descritivo da área,	
PROTOCOLO E REGISTRO	
Nº 480	do PROTOCOLO Nº 1-A, fls 15
título Apresentado no dia 31 de Agosto	
de 1981 O Oficial	
Protocolado sob nº 310 fls	
234	do Livro de REGISTRO GERAL Nº 2-D
TUCURUI (PA) 28/08/81	
OFICIAL	

Redenção, 16/01/96.

**Ao Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária - INCRA**

Pelo presente solicitamos de V. Sa que sejam assentados no programa da reforma agraria do INCRA os agricultores sem-terra abaixo relacionados, tendo em vista o processo de desapropriação da Fazenda Guaranta, situada no Município de Pau D'Arco ou da Fazenda Santa Tereza, e outras desapropriações na região do Município de Redenção-PA.

- 001 - Epaminondas Pereira Costa
- 002 - Carlos Goncalves dos Santos
- 003 - Osmar Goncalves de Almeida
- 004 - Jose Dias Fernandes
- 005 - José Antônio Pereira dos Santos
- 006 - Luzinete Pereira dos Santos
- 007 - Luiz Pereira dos Santos
- 008 - Sebastião Paulino de Souza
- 009 - Zeferino da Silva
- 010 - Eliane Pereira da Silva
- 011 - Elivan Pereira da Silva
- 012 - João Pereira Silva
- 013 - Valmi Ribeiro de Aquino
- 014 - Dinei Pereira da Silva
- 015 - Anerci Pereira de Aquino
- 016 - Epaminondas Pereira Costa
- 017 - João Costa Cavalcante
- 018 - Wilson Paulo Thomaz
- 019 - Cleber José Alves Rodrigues
- 020 - Raimundo Nonato Alves de Oliveira
- 021 - Antonio Claudio da Silva Pinto
- 022 - Zezuino Alves do Nascimento
- 023 - Amadeus dos Reis Moreira
- 024 - Onildo Saraiva dos Santos
- 025 - Izaitam Santos Arruda
- 026 - Antonio Manoel dos Santos
- 027 - Elizeu Pereira de Ciqueira
- 028 - Francisco Saraiva dos Santos
- 029 - Ozaul Saraiva dos Santos
- 030 - Claudi dos Santos Souza
- 031 - Ismael
- 032 - Raimundo Coelho de Souza
- 033 - Manoel Pereira da Silva
- 034 - José Luiz da Silva
- 035 - Antonio Luiz C. Cavalcante
- 036 - João Bueno Cintra

037 - José Antonio Alves
038 - Tito Alves dos Santos
039 - Romualdo Francisco da Silva
040 - José Eulaia da Silva
041 - Manoel da Silva Reo
042 - João Batista dos Santos Amaral
043 - José Antonio Costa
044 - José Rodrigues
045 - Raimunda Deluz Silva Gomes
046 - Everaldo Francisco da Silva
047 - Luiz da Silva Reo
048 - Leonida Neres de Souza
049 - Dercilio Gomes dos Santos
050 - José Satormim Mendes
051 - Juvencio Cardoso da Silva
052 - Braulino Milhomem
053 - José Maria de Souza
054 - Antonio da Silva Carliho
055 - Amilton Ferreira
056 - José Antonio Lopes Milhomem
057 - Domingos Machado
058 - Ribamã Machado
059 - Milton Rezar R. Braga
060 - Marilton Rodrigues Braga
061 - Carmelito Pereira dos Santos
062 - Vilson Caranarco Souza da Silva
063 - Cicero Francisco Souza da Silva
064 - Cicero Batista C. Cavalcante
065 - Raimundo Nonato Damaceno Miranda
066 - Zidoro Pereira da Silva
067 - Sueli de Fatima Silva Souza
068 - João Soares de Almeida
069 - Nivalda José Guimarães
070 - Elza Guimarães
071 - Antonio Pereira de Araujo
072 - Damar Oliveira dos Santos
073 - Alcir Macena Miranda
074 - Lucas Felix da Silva
075 - Helio Macena Miranda
076 - Celia Miranda de Oliveira
077 - Isabel Macena de Souza
078 - Zelia Yamascina Martins
079 - Manoel Alves Barbosa
080 - Elias Santos Ferreira
081 - José dos Santos Silva
082 - José Pereira Neto
083 - Raimundo Pereira Filho
084 - Luiz Bispo de Lima
085 - José Vieira Souza
086 - Alderico Vito Rozeno
087 - José Maria Trancoso

- 088 - Raimundo Pereira Lopo
- 089 - Jose Rodrigues do Nascimento
- 090 - Raimundo Araujo de Melo
- 091 - Jose Ferreira da Cruz
- 092 - Francisco das Chagas R. Martino
- 093 - Francisco Araujo
- 094 - Augusto Ferreira de Souza
- 095 - Joziel Sales Santos
- 096 - Jose Carlos Sales Aquiar
- 097 - Josian Sales Aquiar
- 098 - Paulo de Castro Aires
- 099 - Antonio Alves de Sena
- 100 - Felix Ferreira Rocha
- 101 - Acripino Ferreira Aquiar
- 102 - Goncalves Texeira Cabral
- 103 - Vanderlei Ferreira Aquiar
- 104 - Luiz Candido Caveira
- 105 - Valdilei Candido Caveira
- 106 - Francisco Pereira
- 107 - Teodoro Neto de Alencar
- 108 - Justino Alves da Cruz
- 109 - Jose Carlos Alves dos Santos
- 110 - Arian Rodrigues Lopes
- 111 - Joao de Sosa Farias
- 112 - Milton Pereira dos Santos
- 113 - Jose Moreira dos Santos
- 114 - Jose Leandro da Silva
- 115 - Bonfim Mendes Pereira
- 116 - Jose dos Santos
- 117 - Cleuzio Rodrigues Monteiro
- 118 - Pedro Moreno da Silva
- 119 - Jose Antunes da Silva
- 120 - Jose Ribamar Rocha de Matos Pereira
- 121 - Antonio Rocha de Matos
- 122 - Francisco Pereira
- 123 - Antonio Alves da Silva
- 124 - Antonio Oliveira do Nascimento
- 125 - Itamar Barbosa Ferreira
- 126 - Jose Saboia da Silva
- 127 - Jose Ribamar Pereira
- 128 - Jose Rafael Rosa
- 129 - Orlando Ferreira Rocha
- 130 - Joslei Soares Rocha
- 131 - Ronaldo Benmto da Silva
- 132 - Carlos Pereira Lacerda
- 133 - Jose da Silva de Araujo
- 134 - Luiz Maano Borges Santiago
- 135 - Elielton Nunes Cardoso
- 136 - Elivaldo Nunes Cardoso
- 137 - Claudio Gomes da Silva
- 138 - Raimundo Pereira dos Santos

- 139 - João Batista Melo Xavier
- 140 - Valdinar Melo Xavier
- 141 - Francisco Melo Xavier
- 142 - Francisco da Paixão do Nascimento
- 143 - Raimundo Ferreira Lima
- 144 - Antonio Oliveira do Nascimento
- 145 - Jose Rodrigue dos Santos
- 146 - Teodoro
- 147 - Zegumar Ferreira Rocha
- 148 - Jose Moreno da Silva
- 149 - Belarmino Jose da Silva
- 150 - Raimundo Nonato Saia Neto
- 151 - Josimar Fernandes Oliveira
- 152 - Francisco
- 153 - Carlindo Gomes da Silva
- 154 - João Batista de Jesus
- 155 - Ribamar Machado de Souza
- 156 - Domingos Mendes Souza
- 157 - Geracino Pereira dos Santos
- 158 - Francisco Alves da Silva
- 159 - João Elias Borges Neto
- 160 - Carlito Alves de Souza
- 161 - Francisco Correia Luno
- 162 - Carlito Batista de Souza
- 163 - Fernando Silva Martins
- 164 - Maria Souza da Silva
- 165 - Luiz Sergio Taruma
- 166 - Edimar Rios de Oliveira
- 167 - Raimundo Nonato Rodrigues
- 168 - Pío Barbosa
- 169 - Claudio Martins da Silva
- 170 - João Lopes de Carvalho
- 171 - Josimar Pereira da Silva
- 172 - Jose Artur Pereira da Silva
- 173 - Francisco Pereira da Silva
- 174 - Francisco Pereira da Silva
- 175 - Antonio da Costa Silva
- 176 - Antonio Pereira da Silva
- 177 - Francisco Pereira da Silva Santos
- 178 - Zeca Pereira
- 179 - Manoel Correa Lima
- 180 - Diniz Silva Lima
- 181 - Manoel Dizio Silva Lima
- 182 - José Ayres Santana
- 183 - Maria Ribeiro de Araújo
- 184 - João Mendes Caronheiro
- 185 - Rosa Miste de Souza
- 186 - Maria Diniz de Souza
- 187 - Valdemir Melo
- 188 - José dos Santos Souza
- 189 - Daniel Pereira da Silva

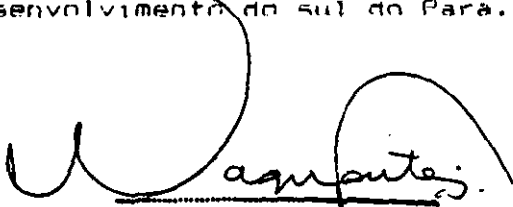
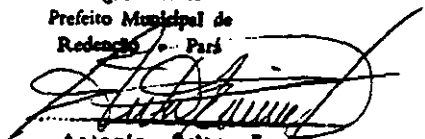
- 190 - João Lucas de Oliveira
- 191 - Neuzelina Rodrigues Oliveira
- 192 - José Edilson Gomes
- 193 - Milton Rodrigues Brito
- 194 - João Rodrigues Brito
- 195 - Luiz Costa e Silva
- 196 - Luiz Claudio Oliveira
- 197 - Francisco Filho de Amorim
- 198 - Antonio Luiz de Assunção
- 199 - Milton Fernandes de Assunção
- 200 - Maria Amelia
- 201 - Maria Rosa Martins
- 202 - Maria Carvalho da Silva
- 203 - Silmar Franca da Silva
- 204 - Antonia Carneiro da Silva
- 205 - João Franca da Silva
- 206 - Francisco Bezerra Lô
- 207 - Rubens Rodrigues Silva
- 208 - Luiz Rodrigues da Silva
- 209 - José dos Reis
- 210 - Adalton dos Reis
- 211 - Edevaldo Carneiro
- 212 - Lourival Severino da Silva
- 213 - Carlindo Gomes
- 214 - Ana Rosa da Silva
- 215 - Emilia Severina da Silva
- 216 - Brais dos Reis
- 217 - Osmar Franca da Silva
- 218 - Ariston Pereira Lima
- 219 - José Domingos B. Lima
- 220 - Maria Barbosa Lima
- 221 - Domingos Carneiro da Silva
- 222 - Francisco Bezerra Lô
- 223 - Albertino Souza Santos
- 224 - Manoel Moura da Silva
- 225 - José Marinho de Souza
- 226 - Creuza Barbosa de Lima
- 227 - Claro Pereira de Lima
- 228 - Luiz Barbosa de Lima
- 229 - Hugo de Mendonça Ribeiro
- 230 - Damiano Riberio de Souza
- 231 - Louranco Vieira da Silva
- 232 - Luzevane Ferreira de Oliveira
- 233 - Raimundo de Souza Queiroz
- 234 - Antonio de Souza Queiroz
- 235 - Adema de Souza
- 236 - Laurindo Díaz
- 237 - Jovino Ferreira de Souza
- 238 - Supercil Alves de Costa
- 239 - Rosemeia Santos da Silva
- 240 - Maria José Silva de Oliveira

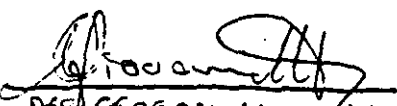
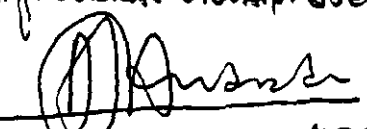
- 241 - Joaquim de Oliveira Santos
- 242 - Antonio Valber da Silva Menezes
- 243 - Raimundo Nonato da Silva Oliveira
- 244 - João Cicero de Souza
- 245 - Raimundo Nonato Alves
- 246 - Manoel de Souza Evangelista
- 247 - Nazare Raimundo Santos
- 248 - Eracelia Pereira Araujo
- 249 - Valdi Camilo da Silva
- 250 - Antonio Goncalves Guimarães
- 251 - Jildenor Nonato Saraiva
- 252 - Erotildes Quixada da Silva
- 253 - Bidiel Quixada da Silva
- 254 - Antonio da Conceição
- 255 - Levi Peres da Silva
- 256 - Carlito Ribeiro dos Santos
- 257 - Rosa Ribeiro Soares
- 258 - Leonizio Cardoso da Silva
- 259 - Raimundo Ribeiro da Silva
- 260 - Elines Silva Lima
- 261 - Espedito Martins de Oliveira
- 262 - Daumiza Correa Lima
- 263 - Edifson Goncalves Ahreu
- 264 - Constantino de Sal
- 265 - Heleno Teixeira Reis
- 266 - Luiz Aurico de Sousa
- 267 - Albino Ferreira dos Santos
- 268 - Deusdede Liandro Farias
- 269 - João José Ribeiro da Silva
- 270 - Fernandes Ribeiro da Silva
- 271 - Geraldo Pereira Simião
- 272 - Wilson Pereira Rocha
- 273 - Francisco Moreira Aquiar
- 274 - Manoel Dias Ribeiro
- 275 - Vilmar Cavalcante Ribeiro
- 276 - Raimundo Vito Vieira Alves
- 277 - Pedro Carvalho Silva
- 278 - Maria Cicera de Sica
- 279 - Anizio Torres Silva
- 280 - Adalto alves de Lima
- 281 - Delcides Manoel do Santo
- 282 - Manoel José Guimarães
- 283 - Maria Feitosa
- 284 - Feitosa Guimarães
- 285 - Antonio Rodrigues Silva
- 286 - Antonio Neto Guimarães
- 287 - Izabel Gomes de Souza
- 288 - Domingos Pereira Luz
- 289 - João Batista Pereira
- 290 - Urbano José Guimarães
- 291 - Manoel Alves


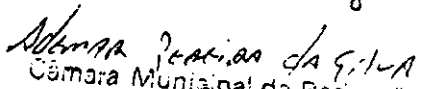
- 292 - Manoel Matias Silva
- 293 - Josima Bispo dos Santos
- 294 - Raimundo Ribeiro Silva
- 295 - Edivaldo Carneiro de Souza
- 296 - Luiz Carneiro de Souza
- 297 - Bento Cardozo dos Santos
- 298 - Antonio Cardozo da Silva
- 299 - Lindomar Silva Souza
- 300 - Jacinto Rabelo Carvalho
- 301 - João Ribeiro da Silva
- 302 - Desudete Leandro Farias
- 303 - Enoque Farias Barbosa
- 304 - Luiz Rodrigues Conceição
- 305 - Idalbe de Jesus de Oliveira
- 306 - Maria Aparecida Ribeiro Araujo
- 307 - Gaudino Machado
- 308 - Maria José
- 309 - Hildenor Dias Machado
- 310 - Antonio Edilson da Silva
- 311 - Osmar Araujo Gomes
- 312 - Jonas Camargo Vieira
- 313 - João Batista Caetano Ferreira
- 314 - Jorge Ferreira dos Santos
- 315 - José Marques Rocha Santos
- 316 - José Carlos Alves dos Santos
- 317 - Alcídio Pereira
- 318 - Constancia Pereira
- 319 - Joana Pereira da Silva
- 320 - Ireno Ramos Lima
- 321 - Cicero Ferreira da Silva
- 322 - Nidesus Profiro da Silva
- 323 - Sebastião Gomes da Silva
- 324 - Maria Martins da Silva
- 325 - Edival Cardozo da Silva
- 326 - João Ferreira da Silva
- 327 - Deuzeni Lopes da Silva
- 328 - Deuzima Lopes da Silva
- 329 - Tesmitlocles Cavalcante
- 330 - Lindomero Pereira da Silva
- 331 - João Coimbra da Silva
- 332 - Pedro Fernandes Cavalcante
- 333 - Maria Alves Cavalcante
- 334 - Antonio Guedes Pinto
- 335 - Glosnildos Deitos
- 336 - Jose Guedes Pinto
- 337 - Orlando Felisberto
- 338 - Jair Alves de Borba
- 339 - Getulio Costa Santos
- 340 - Jozafa Soares da Silva
- 341 - Domingos Abreu
- 342 - - se de Deus Posso

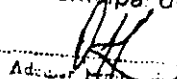
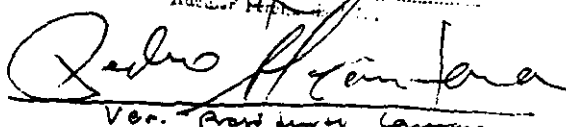

- 343 - Oziel Souza Machado
- 344 - Osmarina Rodrigues da Rocha
- 345 - Dionizio Costa Manezes
- 346 - Maraio Lopes de Souza
- 347 - Deusdete Lopes da Silva
- 348 - Boliva Pereira de Araujo
- 349 - Demival Carolino Mendes
- 350 - Antonio Costa Bizarrias
- 351 - Abedias Ribeiro Souza
- 352 - Adão de Deus Pastos
- 353 - Jose Nunes Pereira
- 354 - Sebastião Nunes da Silva
- 355 - Pedro dos Santos Martins
- 356 - Francisco Pereira Santos
- 357 - Ervito Soares Pinto
- 358 - Serilio Pereira Santos
- 359 - Paulo Aparecido Ferreira Santos
- 360 - Antonio Soares
- 361 - Adailton José da Silva
- 362 - Eurínedes Lucio de Oliveira
- 363 - Elcarlos Santana de Oliveira
- 364 - Boaventura Martins Viana
- 365 - Jailton Nogueira de Andrade
- 366 - Ismar Martins Aquiar
- 367 - Genesio Alves de Souza

O pedido dos agricultores acima relacionados tem o amplo apoio das lideranças locais, por se tratar de movimento pacífico e ordeiro, bem como a região está enfrentando severa crise econômica, com uma elevada taxa de desemprego, razão pela qual acreditamos ser este trabalho de grande valia para o desenvolvimento do sul do Para.


 Wagner Fontes
 Prefeito Municipal de
 Redenção - Pará

 Antonio Brito Freitas
 Vereador UVB nº 0752


 DEF FLORENTINO

 SENADOR ROBERTO MARQUES


 Francisco Costa
 Sec. Municipal de Agricultura

 Admar Pereira da Silva
 Câmara Municipal de Redenção


 Ademar Magalhães

 Pedro Henrique
 Ver. Presidente Câmara

 Joviano

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lúcio Alcântara.

A Srª Marina Silva – Peço a palavra para uma breve comunicação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Nobre Senadora Marina Silva, já estava inscrito, para falar como Líder do PT, o Senador Eduardo Suplicy, e, logo em seguida, o Senador José Roberto Arruda, que também estava inscrito para falar como Líder. De forma que V.Exª, após a palavra de S. Exªs, poderá usar da palavra.

A Srª Marina Silva – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, como Líder.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, V. Exªs certamente já tiveram oportunidade de ouvir a máxima popular: "a Justiça é a sanção das injustiças."

Esse sentimento, tão comum entre os estamentos oprimidos das sociedades, resulta da verificação diuturna das decisões de parte da magistratura. Não obstante a própria norma legal disponha que "na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum", não raro vêem-se decisões judiciais em que a prestação da tutela jurisdicional nada mais é do que a ratificação da opressão e a satisfação dos interesses de elites egoístas e espoliadoras.

Entre a realização do justo e a conservação do **status quo**, a ideologia dominante, travestida de doutrina científica, induz o juízo, na condição de intérprete da lei, a optar pela última, como se fosse possível a uma sociedade traçar os seus planos de futuro apenas com base "na certeza do direito", na previsibilidade das decisões dos tribunais, no convencimento de que é melhor o direito certo do que o direito reto.

Exemplos dessa lamentável corrente do pensamento jurídico são encontrados às pencas: entre os italianos, há quem diga: "os leigos do direito não compreendem a necessidade de sacrificar, dentro de certos limites, a justiça à certeza"; entre os alemães já foi ensinado que "a existência duma ordem jurídica é mais importante do que a sua justiça; a justiça é a segunda grande missão do direito, sendo a primeira a segurança jurídica, a paz".

Faço hoje este pronunciamento como manifestação de meu inconformismo com a decisão do Poder Judiciário de Presidente Prudente, por sua Vara Distrital de Pirapozinho, de manter a prisão preventiva de líderes do Movimento dos Sem-Terra, no Pontal do Paranapanema.

Na esteira do pensamento jurídico conservador, o Exmº Sr. Juiz de Direito Fernando Florindo Marcondes considerou conveniente "para a garantia da ordem pública" manter presos cidadãos que, junto com seus pares, lutam por um pedaço de chão para plantar; que clamam pelo direito de trabalhar a terra para sobreviver, para educar os filhos. Lutam, enfim, por uma vida digna.

Mas, não! Na ótica dos poderosos, são "formadores de quadrilha", que afrontam a ordem pública e a paz social! Não enxergam esses vetustos senhores que a ordem pública e a paz social na verdade estão ameaçadas – como lembra Frei Beto, no artigo "Prenda-se Jesus por formação de quadrilha", publicado ontem (31.01.96) no **O Estado de S. Paulo** – com a "favelização nas cidades e o aumento do desemprego, do número de crianças de rua e da violência urbana".

Embora queiram convencer-nos do contrário, continuaremos a acreditar que a vida e o espírito postulam um direito reto, quer dizer, justo e oportuno. Enquanto esta meta não for alcançada, nós nos perfilaremos ao lado dos oprimidos e dos desvalidos; junto dos sem-terra, sem-teto, sem-emprego, sem-saúde, sem-educação, sem-dignidade, sem-cidadania!

Inolvidáveis, Srªs e Srs. Senadores, são as palavras de Brecht, tão oportunas para esta ocasião: "Do rio que em seu caudal tudo leva, diz-se violento, mas nada se diz da violência das margens que o oprimem".

O Sr. Pedro Simon – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUP LICY - Ouço V. Exª, com prazer.

O Sr. Pedro Simon – Nobre Senador Suplicy, solidarizo-me com V. Exª pelo pronunciamento que faz. É profundamente lamentável a decisão desse juiz. O problema dos sem-terra é sério e grave, e somos responsáveis por ele. Num País como o nosso, com oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, somos responsáveis por haver pessoas sem terra. Se a Justiça não faz, se ela não age, se ela não anda, pelo menos que não seja grotesca em determinar a manutenção da prisão, dizendo que manter na prisão é que vai resolver o problema da paz

social. Perdoem-me a sinceridade, mas esse juiz está fazendo exatamente o contrário. Estão criando vítimas. Vão começar as passeatas em solidariedade. É uma decisão ridícula e irresponsável a desse juiz, que precisaria ter um pouco mais de discernimento. E nós, a sociedade brasileira, temos que pagar o preço por um juiz não ter o necessário equilíbrio para proferir uma decisão. A decisão que ele está tomando é absolutamente fora do normal.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Agradeço a manifestação de solidariedade de V. Ex^a. Ontem à tarde, o Presidente do INCRA, Raul do Valle - após eu ter conversado com o Juiz Fernando Florindo Marcundes - transmitiu ao juiz, por telefone, ao meu lado, que avaliava, como muito importante, a revogação da prisão para que houvesse um clima de maior boa vontade no sentido de se solucionar o problema.

Hoje, o Secretário de Justiça, Belisário dos Santos Júnior, está visitando o local dos assentamentos. Amanhã, eu próprio e diversos Parlamentares estaremos também visitando o local para saber-mos se houve cumprimento ou não da palavra do Secretário de Justiça.

O Governador Mário Covas tem uma interpretação do que seria o assentamento. Em verdade, 1.050 famílias deveriam estar assentadas naquela região até 31 de dezembro e mais 1.050 até o final deste semestre. E somente no dia 28 de dezembro - em função de uma decisão da Justiça - iniciou-se o assentamento.

Diz o Governador que não poderia ter sido feita a infra-estrutura antes do assentamento. Vamos, então, ali averiguar o que pode e o que não pode ser feito.

O Sr. Ademir Andrade - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Com muita honra.

O Sr. Ademir Andrade - Senador Eduardo Supply, eu gostaria de somar as minhas preocupações às de V. Ex^a e também lamentar as afirmações do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, segundo a imprensa, radicalizaria contra o Movimento Sem-Terra, numa reunião realizada com a Bancada do Rio Grande do Sul. Acho que o Senador Pedro Simon até poderia confirmar, pois o Presidente disse que não negociaria mais, em hipótese alguma, se o Movimento Sem-Terra continuasse agindo como está agindo e continuasse provocando, segundo suas colocações. Por outro lado, percebemos que o

Governo não tem uma forma de agir, não toma iniciativa. Ao longo de mais de 30 anos, o Governo jamais tomou qualquer iniciativa nesse sentido. Pensa numa área e começa a elaborar um projeto de reforma agrária, ou seja, um projeto de assentamento naquela área. No entanto, durante toda a minha luta política, não conheci um único projeto do Governo para assentar alguém antes que qualquer problema se estabelecesse. Todos os casos que conheci, na luta pela terra, foram provocados por trabalhadores rurais que batalharam para conseguir. E o Governo, em toda a sua história, desde o regime militar, passando por todos os Presidentes que tivemos até agora, tem servido simplesmente para tentar pacificar, regularizar, resolver aquele problema que foi criado. É lamentável uma informação dessas por parte do Presidente da República. Sua Excelência tem que reconhecer as falhas e as dificuldades do seu Governo e colocar o Ministério da Agricultura e o Incra para trabalhar, oferecendo recursos para que esse trabalho possa ser realizado, ao invés de dizer que não vai negociar mais enquanto o MST não parar de se comportar como vem se comportando. Ele não conseguirá parar o MST porque essa é uma questão social que está à flor da pele, pois todos nós estamos sentindo o problema. Não vai ser a radicalização do Presidente que vai paralisar a busca pela terra e esse conflito que, infelizmente, se estabelece, gerando mortes, violências, prisões, por falta de ação do Governo Federal para resolver a questão. Era esse o registro que eu gostaria de fazer.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Senador Ademir Andrade, de fato eu não estava presente - o Senador Pedro Simon estava e pode dar-nos o testemunho - mas, pelo que li no jornal, fiquei impressionado com a reação do Presidente Fernando Henrique Cardoso, inclusive com respeito ao nosso Colega do Partido dos Trabalhadores, Deputado Adão Pretto.

O que se deve fazer? Repito as palavras do Frei Betto: "Quando se aprenderá que justiça não se faz com polícia e, sim, com boa política? O que é melhor: um sem-terra com enxada na mão ocupar uma área ociosa para plantar alimentos ou virar um assaltante e, com uma arma na mão, ocupar residências e matar?"

A Sr^a Marina Silva - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Ouço V. Ex^a com prazer.

A Sr^a Marina Silva – Acho muito interessante o pronunciamento de V. Ex^a e fico triste com as palavras do Presidente ao dizer que vai radicalizar contra o Movimento dos Sem-Terra. Toca-nos muito as palavras do Frei Betto, quando ele diz que justiça não se faz com polícia e, sim, com boa política. Eu diria que justiça se faz com as duas coisas: com uma boa polícia e com uma boa política e uma boa justiça. O problema é que usam a polícia para coisas erradas, como prender trabalhadores que se organizam para conquistar um pedaço de terra. Mas não usam a polícia para fazer as coisas certas, como no caso dos assassinos do Chico Mendes, que estão fora da cadeia há 1.078 dias, e a polícia não é usada para fazer justiça. Vou repetir sempre a quantidade de dias que os assassinos estão soltos para que o Governo pense que está usando a polícia de forma errada. O Governo brasileiro não dá o mesmo tratamento. Recordo-me agora de uma bela entrevista que o Presidente concedeu aos Deputados Domingos Leonelli e José Genofino e ao Senador Roberto Freire na revista **Esquerda 21**. O Presidente fala de vários temas e um deles é a reforma agrária. Sua Excelência diz que a reforma agrária não é nenhuma questão de produção, que hoje, com o avanço da tecnologia, com a agricultura mecanizada, estaria resolvida. A reforma agrária, segundo o Presidente, é fundamental por uma questão de justiça social. Diz que as pessoas, às vezes, não é que necessitem de um trabalho, precisam é de ocupação. Achei moderna e interessante a interpretação do Presidente em termos de pensamento, em termos de idéia. Agora, eu gostaria de ver essas idéias modernas e interessantes se concretizarem na prática, promovendo justiça social, por exemplo, oferecendo ocupação às pessoas; no caso do Movimento dos Sem-Terra, alimentação e dignidade para suas famílias. Penso que Frei Betto cala fundo em nosso coração, mas eu diria que podemos fazer a justiça com as duas coisas. O problema é usar adequadamente os instrumentos que temos para fazer a justiça.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – A Presidência pede a V. Ex^a que não deixe de observar o nosso Regimento no art. 21. Frequentemente, V. Ex^a tem falado de costas para a Mesa, o que não é permitido. A Mesa pede a V. Ex^a que observe esse dispositivo regimental.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, eu não estava falando de costas para a Mesa, apenas estava querendo ver quem havia pedido o aparte às minhas costas, porque não tenho olho atrás de mim.

O Sr. Pedro Simon - Sr. Presidente, é que S. Ex^a considera que anjo não tem costas.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – No particular, sim, mas o Regimento não distingue essa particularidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Com muita honra, concedo o aparte ao nobre Senador José Roberto Arruda.

O Sr. José Roberto Arruda - Eu gostaria apenas de fazer uma consideração a V. Ex^a. Tenho tido o privilégio de participar de alguns encontros, onde o Presidente Fernando Henrique Cardoso vem adotando uma posição que segue uma linha de coerência com a sua vida pública, que V. Ex^a conhece tão bem, e tem manifestado, como na entrevista que deu à revista **Esquerda 21**, a que se referiu a Senadora Marina, o seu desejo pessoal e o desejo do Governo de que a reforma agrária efetivamente seja feita no Brasil. Presenciei, inclusive, em uma reunião do Presidente com algumas Lideranças do Senado, a sua preocupação de chamar o Presidente em exercício do Incra ao seu gabinete, na nossa presença, para exigir que este lhe levasse o nome e o número da carteira de identidade dos quarenta mil pais de família que foram assentados, segundo dados do Incra, nos últimos doze meses. E queria o Presidente Fernando Henrique saber o nome e o número da identidade de cada um desses cidadãos brasileiros assentados no Programa de Reforma Agrária porque o Movimento dos Sem-Terra, segundo Sua Excelência, não estaria aceitando como assentados cidadãos brasileiros que não fossem inscritos e militantes do Movimento dos Sem-Terra. Tenho uma postura pessoal totalmente favorável à tese de que um País como o nosso, com as nossas circunstâncias históricas, não pode fugir do desafio da reforma agrária. Penso que essa é até uma visão consensual nesta Casa, percorrendo, inclusive, todos os aspectos ideológicos e partidários que estão aqui representados. O radicalismo que está presente nas duas partes – inclusive nos casos em que terras produtivas são invadidas, no caso em que a violência é usada por ambas as partes –, em minha opinião pessoal, deve merecer a discordância desta Casa. Qualquer movimento deve merecer o apoio político do Senado Federal desde que seja pacífico e que possa ser tratado em um modelo de país mais

justo, menos desigual, mais harmônico. Considero fundamental registrar o desejo do Presidente da República de realmente levar a cabo o seu desafio da reforma agrária, mas, ao mesmo tempo, deixar claro que tal reforma agrária deverá atender a todos os cidadãos brasileiros e não apenas àqueles inscritos e militantes no Movimento dos Sem-Terra, principalmente quando esse Movimento, em alguma localidade específica, possa ser instrumento de alguma ação política não diretamente ligada ao objetivo maior de todos nós, que é o de promover uma justa reforma agrária no País. De qualquer maneira, como o pronunciamento de V. Ex^a basicamente repele o radicalismo,

Solidarizo-me com o núcleo central dele.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador José Roberto Arruda.

Eu gostaria de salientar que o questionamento do Movimento dos Sem-Terra sobre os números da reforma agrária é porque algumas das quarenta de duas mil famílias que constavam daquele levantamento, na verdade, estavam com seu assentamento parcialmente realizado, e aí surgiu a dúvida. Mas é importante que se realize a reforma agrária com maior velocidade, porque de outra forma continuaremos assistindo a incidentes, vendo prisões, ouvindo sugestões que Frei Betto faz ao Governo, para que a Justiça venha prender aquela que inspirou a criação do MST, Movimento dos Sem-Terra: a Igreja Católica.

Nos anos 70, sua Pastoral Social propiciou a organização das famílias despojadas de suas terras. Por isso, a maioria dos dirigentes do MST, como José Rainha, adquiriu consciência de seus direitos em reuniões da Igreja. Prenda-se, pois, o Papa, como supremo responsável, diante de Deus e dos homens, pela Igreja Católica. E apreendam-se as obras de Santo Ambrósio, Bispo de Milão, que no século IV ensinou que "a terra foi dada a todos e não apenas aos ricos; foi a avareza que repartiu os pretensos direitos de posse".

Ou quem sabe o melhor seja seguir o exemplo de Caifás e ir direto à fonte: decretar a prisão preventiva de Jesus Cristo, que formou essa quadrilha que insiste em apagar que todos os seres humanos são iguais em direitos e dignidade e, um dia, para salvar um homem, fez precipitar num atomo uma vara de porcos. Acham que o dono dos porcos gostou? Onde já se viu não respeitar a propriedade alheia?

O Sr. Pedro Simon – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Com muita honra, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon – Ouço emocionado o pronunciamento de V. Ex^a. Não há dúvida nenhuma de que V. Ex^a encontrará nos Evangelhos um número infinito de posições ali apresentadas, que defendem os mais fracos e os mais humildes. Quero dizer a V. Ex^a que eu estava presente na Bancada do Rio Grande do Sul e ouvi o pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não se pode dizer, em nenhum momento, que o Presidente tenha feito algum pronunciamento contrário à reforma agrária ou de agressão à reforma agrária. Durante as negociações que estavam sendo conduzidas, os agricultores do Rio Grande do Sul reconheceram que erraram ao invadir a sede da Delegacia do Ministério da Fazenda; não eram nem pleiteantes da reforma agrária, eram pequenos proprietários que acabaram causando essa confusão que, inclusive, já foi resolvida. O Governador Britto falou que hoje se reunirão no gabinete do Vice-Presidente Marco Maciel, às 18h30min, os agricultores com a comissão designada pelo Presidente. Esse assunto está equacionado. Em nenhum momento, repito, o Presidente da República disse que tinha posições extremadas com relação à reforma agrária. Absolutamente não. Agora, quero dizer que o melhor momento que me lembro da reforma agrária foi vivido sob a Presidência de Fernando Henrique Cardoso, com o Francisco Grazziano como Presidente do Incra, inclusive fui para aquela tribuna fazer um apelo para que ele ficasse no cargo. Disse que ele não tinha nada a ver com a gravação. Ele, em questão de 2 meses, tomou, talvez, duas das decisões mais importantes, que eu me lembre, sobre reforma agrária. Primeiro, projeto de lei dele, que temos que votar com urgência, não pode ficar nas gavetas da Câmara e nem nas do Senado, pois determina que no momento em que o Incra desapropria, não pode o proprietário protelar. Essa é a principal fonte da rebelião. O Incra desapropriou, as pessoas estão se preparando para receber a terra, e o proprietário entra na Justiça e demora 3 anos discutindo. Então, o projeto que o Sr. Francisco Grazziano elaborou – e está para ser votado – diz exatamente isso: desapropriou, o proprietário vai discutir, vai debater, pode exigir indenização em dobro, em triplo, mas a terra é entregue. O segundo entendimento que ele fez, e foi excepcional, que ele teria conseguido 3 milhões e 500 mil hectares da área do Exército que, pela primeira vez na história, concordou em entregar algumas de suas áreas para a reforma agrária. Foram duas grandes

medidas. Por isso que eu, da tribuna, fiz um a pelo ao Presidente Fernando Henrique que deixasse o Sr. Grazziano no cargo, porque ele estava fazendo um excepcional trabalho. O que não pode é terminar esse trabalho. O Presidente Fernando Henrique é bem intencionado em termos de reforma agrária, conhece o assunto, vive o assunto e quer fazer algo. Agora, com toda sinceridade, se há um poder que não tem autoridade para falar é o Congresso Nacional. Um dos motivos que derrubaram o Sr. João Goulart, foi quando ele fez um decreto querendo desapropriar as terras em volta das estradas federais na Amazônia, no Pará, etc. Foi um dos projetos que determinou a sua queda. Nesse Congresso não tivemos coragem de fazer nada até agora. Inclusive, na Constituinte, o tema reforma agrária regrediu e a Constituinte foi inferior ao Estatuto da Terra, de Castello Branco, e mesmo assim não tiveram coragem. Colocaram na Constituição "de acordo com regulamentação", a qual até hoje não aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Eduardo Suplicy, lamento informar que o tempo de V. Exª já está encerrado. Peço que conclua o seu pronunciamento, porque ainda há oradores inscritos.

O SR. EDUARDO SUPlicy – Diante da observação do Senador Pedro Simon, finalizo com uma sugestão ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Senado: concluamos, antes do término dessa Sessão Legislativa, a questão do SIVAM, reiterando a necessidade – já abraçada, como percebo, pelo Relator Ramez Tebet – de se fazer licitação pública. Assim, superado o Projeto SIVAM, poderemos ter a volta do Presidente Francisco Grazziano, que, segundo o Senador Pedro Simon, estava caminhando bem.

Se decidirmos pela necessidade da licitação pública, concluiremos o episódio SIVAM; Francisco Grazziano poderá voltar à Presidência do Incra e acelerar o projeto de reforma agrária, até porque, pelo que se sabe, ele saiu para evitar que houvesse qualquer problema de corrupção no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda, como Líder.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, eu gostaria de pedir a atenção de V. Exªs e, particularmente, dos líderes dos partidos políticos que compõem o Senado Federal, para o seguinte entendimento: aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação na Comissão de

Educação, acolheu-se também uma sugestão de autoria do eminente Senador José Eduardo Dutra. Qual foi essa sugestão? De que todas as emendas que não haviam sido aprovadas pelo relator da Lei de Diretrizes e Bases, Senador Darcy Ribeiro, e que deveriam ser destacadas para a discussão e votação em Comissão deveriam, ao contrário, merecer destaque, discussão e votação em plenário.

Foi exatamente essa a sugestão do Senador José Eduardo Dutra, secundado pelo Senador Lúcio Alcântara que preside a Mesa, neste momento, que propiciou que a Comissão de Educação aprovasse a Lei de Diretrizes e Bases para que pudesse ser enviada a plenário. Tendo sido a LDB remetida a plenário, fui incumbido de promover o primeiro entendimento com as Lideranças de todos os partidos políticos para que cada um estabeleça, junto com os Senadores que compõem cada um dos partidos, quais as emendas que devem ser consideradas prioritárias, dentro da linha de raciocínio levantada pelo Senador José Eduardo Dutra.

Em seguida, o Presidente José Sarney deixou claro, na primeira sessão da semana passada do Senado Federal, que cada Líder deveria, dentro do seu Partido, fazer as consultas para escolher as emendas que irão ser consideradas prioritárias e, portanto, vão merecer no acordo de Lideranças o destaque em plenário. Transcorrido o prazo de uma semana, dado pelo próprio Presidente do Senado Federal, acordamos, hoje, que haverá uma reunião na próxima terça-feira, às 17 horas e 30 minutos, no gabinete do Presidente do Senado, com a presença dos Líderes de todos os Partidos que compõem o Senado Federal, cada um munido das prioridades de seu Partido, para que juntos possamos escolher que emendas consideradas prioritárias serão destacadas e merecerão discussão e votação em plenário. A reunião, repito, será na terça-feira, às 17 horas e 30 minutos, no gabinete do Presidente do Senado.

Aqui do plenário, em nome da Liderança do Governo, reitero convite a todos os Líderes para essa reunião, que será presidida pelo Senador José Sarney e solicito a todos os Senadores que, em reuniões preliminares com suas Lideranças, decidam as prioridades de cada Partido.

Estaremos assim, a partir de terça-feira, às 17 horas e 30 minutos, dando consequência à tramitação do que eu pessoalmente reputo um dos assuntos de maior importância em tramitação no Congresso Nacional: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que pode revolucionar a educação brasileira.

O nosso propósito – e isso devo deixar público – é que, estabelecido o entendimento na reunião da próxima terça-feira, possa, em seguida, a Lei de Di-

retrizes e Bases entrar na pauta de discussão e votação no plenário do Senado Federal.

Desejo registrar também, Sr. Presidente Lúcio Alcântara, que, como não tive o privilégio de fazer um aparte ao Senador Jefferson Péres hoje, acordei com S. Ex^ª que, na sessão de amanhã e na de segunda-feira, vamos debater um pouco mais os momentos históricos importantes da vida política brasileira, até para que não se passe a impressão de que apenas a UDN esteve aqui presente da vida política brasileira, pois o PSB também trará a sua homenagem aos momentos históricos dos anos 50. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra à Sr^ª Senadora Marina Silva, pedindo-lhe que seja breve no seu pronunciamento, porque não temos número em plenário. Se fôssemos cumprir rigorosamente o Regimento, teríamos de encerrar a sessão, mas ficaríamos privados do seu pronunciamento. Portanto, peço a V. Ex^ª que seja breve.

A SRA. MARINA SILVA (PT-AC) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora. – Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço à Mesa pela compreensão. Serei breve.

Tratarei de um problema que considero gravíssimo, pois refere-se à saúde, à vida das pessoas, principalmente aquelas dos Estados da Região Norte que dependem de tratamento fora do domicílio, nos grandes centros, como é o caso de uma parte da população do Estado do Acre.

O meu Estado, em virtude da ausência tanto de médicos especializados para determinadas doenças como de equipamentos para diagnósticos, tem um número muito grande de pessoas que precisa de tratamento nas áreas de câncer, neurologia, otorrinolaringologia, endocrinologia e reumatologia fora do domicílio. Hoje cerca de 250 pessoas estão fazendo esse tratamento, das quais 80% dirigem-se para Goiânia, Brasília, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Ocorre que o Governo do Estado do Acre não tem condição de fornecer o TFD (tratamento fora do domicílio), e as pessoas pobres não têm como fazer a viagem. Muitas delas ou morrem à míngua ou vêm como indigentes e se colocam na casa de alguém que os socorre, mas sem terem a mínima condição de fazer um tratamento adequado, numa situação de penúria.

Em um ano, cerca de 5 mil pessoas procuram esse tipo de tratamento, o que, infelizmente, não está sendo possível desde 1995, por falta dos recur-

sos necessários. Minha posição é de solidariedade com essas pessoas. Estarei em contato, por meio de ofício ou audiência, com o Ministro Adib Jatene, para que sejam destinados recursos para que os Estados da Federação que não dispõem desses meios possam oferecer o tratamento fora do domicílio.

Como alguém que sempre precisou fazer tratamentos fora do Estado, em vários momentos eu contei com a assistência de pessoas e não da instituição no Estado; por isso, sei o quanto é difícil não se poder contar com o devido apoio.

Foi até criada uma associação, no Estado do Acre, das pessoas que precisam de tratamento fora do domicílio. Refiro-me à APEC, que está tentando fazer com que o Governo Federal compreenda que o Estado do Acre não dispõe dos meios necessários para socorrer a vida dos seus entes queridos, muitos dos quais precisam de tratamento de otorrinolaringologia, cardiologia e neurologia fora do seu Estado.

Estou fazendo este registro por saber o quão importante é esse socorro para a vida das pessoas, principalmente para aquelas que são mais necessitadas. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Os Srs. Senadores Odacir Soares, Ernandes Amorim e Carlos Wilson enviaram discurso à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^ªs serão atendidos.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO) – Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, nestes tempos ainda marcados pela profusão de mensagens perpassadas de generosos sentimentos gerados pelas celebrações de Natal e Ano Novo, impõe-se que eu ressalte, dentre as muitas que recebi, uma que me tocou singularmente.

Refiro-me ao cartão que me foi enviado por Michel Schooyans, professor catedrático da Universidade de Lovaina, na Bélgica. Refiro-me, ainda, ao livro que acompanhou esse cartão e, também à dedicatória nele inserida.

O cartão, a dedicatória e o livro, constituem o pretexto e o tema do pronunciamento que, agora, passo a proferir:

O cartão, postado em Louvain-la-Neuve, em 15/09/95, veio-me às mãos, nos primeiros dias de dezembro, vazado nos seguintes termos:

"Exm^º Sr. Senador, o caro amigo Humberto Vieira me brindou com sua magnífica publicação **População, Soberania Nacional**. Parabéns. Persista na luta! trata-se do futuro da Nação".

O renomado escritor e professor universitário estava se referindo, não sem certo esbanjamento de generosidade, à coletânea que fiz publicar de meus pronunciamentos sobre planejamento familiar e sobre a crucial questão demográfica brasileira, na qual as nações prósperas tentam interferir, por intermédio de organizações internacionais que aqui atuam, promovendo a esterilização e fomentando o aborto, porque isso atende a obscuros objetivos hegemônicos dos povos do chamado Primeiro-Mundo.

Mesmo descontados o excesso de gentileza do autor, os termos desse cartão, altamente estimulantes, confirmaram-me na convicção de que a resistência à vaga antívida, desencadeada pelos expoentes da "nova ordem mundial", alonga suas trincheiras e posta seus combatentes até mesmo em territórios sob seu domínio e jurisdição.

Quanto à dedicatória estampada na primeira página do livro, que não tardarei a comentar, esta expressa-se nos seguintes termos:

"Exmo. Sr. Senador Dr. Odacir Soares, defensor intrépido dos direitos dos mais fracos, bem como da soberania nacional.

Com um abraço e o respeito de Michel Schooyans"

Honra-me muito, SR. Presidente, ter de admitir que, efetivamente, nesses pronunciamentos consagrados à questão demográfica, a tônica incidu sobre a defesa da soberania nacional, que entendo gravemente ameaçada desde que, visando a objetivos estratégicos ligados a seus interesses exclusivos e excludentes, outras nações, sem nos consultar, resolveram intervir no ritmo de nosso crescimento demográfico, impondo-lhe uma freada tão drástica, que já nas primeiras décadas do segundo milênio, atingiremos o índice zero de crescimento, se persistirem as tendências detectadas no censo demográfico de 90.

Da mesma forma, ao opor-me à legalização do aborto – que jamais deixarei de considerar como uma eliminação de vidas humanas legalmente consentida – na verdade estava concedendo ênfase ainda maior à defesa dos fracos e inocentes. Estes, embora portadores de vida humana, desde sua concepção, são privados do direito de nascer, pelos que temem que eles venham a constituir uma séria ameaça à tranquilidade dos povos eugênicos, senhores dos bens deste mundo.

Justamente por isso, é que muito me desvanece ver essa atuação reconhecida e proclamada por um dos especialistas em questões demográficas mais acatados no mundo contemporâneo. Basta dizer, Sr. Presidente, que Michel Schooyans além de

emprestar o maior brilho à cátedra de Filosofia Política, Ideologias Contemporâneas e Moral Social que detém na Universidade de Lovaina, além das dezenas de livros que vem publicando sobre o assunto, desde 1963, é, ainda, membro ilustrado da Pontifícia Academia de Ciências Sociais, do Pontifício Conselho para a Família e da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz.

Diga-se, *en passant*, Sr. Presidente, que o conhecimento de Michel Schooyans sobre o Brasil e seus problemas, advém do longo período em que ele viveu no Brasil, quando, de resto, lecionou na Universidade de São Paulo, de 1959 a 1969.

Por último, Sr. Presidente, um breve comentário sobre o livro com que me brindou seu autor, Michel Schooyans.

Sua versão original data de 1994 e foi publicada em Paris, sob o título de "Bioethique et Population". O exemplar que me foi ofertado é a versão em língua espanhola, da lavra de Claudia Ponce Salazar, publicada no México, em 1995, pelo Instituto Mexicano de Doutrina Social Cristiana, sob o título de "Bioética y Población".

Gérard-François Dumont afirma, em epígrafe ao prefácio de sua autoria, que "Bioética y Población" é "um livro que se deve devorar urgentemente para que se possa amar a vida".

Com efeito, em suas duzentas e trinta e cinco páginas, o direito dos "não nascidos", à vida, é sustentado com argumentação candente, apoiada em sólido e amplo conhecimento do assunto.

Nelas são oferecidas respostas lúcidas e consistentes a duas perguntas que, segundo Gérard-François Dumont, são fundamentais para a compreensão de nosso tempo. Ei-las:

"Que ética do homem é reconhecida num momento em que as técnicas biométricas progridem rapidamente?

Que devemos pensar da evolução da população mundial?"

Todos os debates travados atualmente em torno dessas questões, são iluminados progressivamente pelo autor, cujo senso pedagógico levou-o a desenvolver os seus temas numa cadeia habilmente concatenada de perguntas e respostas.

Cada uma das 146 perguntas agrupadas em 16 capítulos recebe uma resposta sintética desenvolvida em uma página e meia aproximadamente.

Essa metodologia torna impraticável o resumo do livro, já que, conforme observa o prefaciador da obra, "cada resposta curta é síntese de numerosos anos de trabalho, de reflexão e de encontros".

Todavia, quem como eu, sente-se impelido a dar a conhecer o valioso conteúdo desse livro, não pode deixar de adotar o recurso da amostragem, para exemplificar a metodologia adotada pelo autor, assim como para pôr em relevo, pelo menos, algumas dentre muitas passagens dignas de serem citadas.

Como exemplificação do procedimento adotado pelo autor, cite-se aleatoriamente o capítulo 2 intitulado "A criança não-nascida", no qual são aduzidas respostas a 13 perguntas, dentre as quais, por amostragem, selecionamos a 10ª pergunta e o item C da resposta:

" 10. Nós nos temos revelado sensíveis à qualidade de vida. Muitas crianças concebidas serão infelizes e não terão uma vida de qualidade. O aborto previne este problema e o resolve? Resposta:

a)

b)

c) Se é legítimo matar um ser humano porque corre o risco de ser tão pobre que sua vida não valeria a pena ser vivida, então é legítimo matar a todos que, já agora, padecem fome. Evidentemente, ninguém se atreveria a sustentar esta ilação que, não obstante, é rigorosa.

O vício do raciocínio aparece, assim, muito claramente: a solução da pobreza não é suprimir o pobre, é antes compartilhar com ele".

Quanto aos destaques que se impõem, eu citaria, entre muitas outras passagens, aquela em que ele adverte:

"O perigo maior do século XIX, nos planos moral, social, econômico e político foi a miséria imerecida da classe trabalhadora, à qual impõe-se acrescentar a exploração colonial. O problema maior de nosso tempo é ainda mais grave do que o do século XIX. Trata-se do desprezo imerecido de que é vítima a vida humana em todo o mundo.... Sua extrema gravidade se manifesta, sobretudo, quando passamos a assistir a uma campanha mundial que tem como objetivo não apenas cortar as fontes da vida pela trivialização da esterilização, mas também legalizar o aborto, e talvez, dentro de pouco tempo, a eutanásia".

Merece destaque, também, a demonstração que faz, Michel Schooyans, de que devemos saber dizer "não", sempre que nos defrontamos com falsos consensos. Diz o autor:

"É inexacto que a democracia se defina essencialmente pela aplicação mecânica e cega da regra

da maioria. Em 1931, na Itália, cerca de 99% dos professores universitários fizeram um juramento de fidelidade a Mussolini. Hitler, por sua vez, foi legitimado por maioria parlamentar".

Após sustentar que, modernamente, a democracia, em sua essência se define como um consenso fundamental de todo o corpo social, que acolhe e sustenta o direito de todo o homem a viver, e viver com dignidade, assim conclui o professor Schooyans:

"Quando o consenso em relação a este direito fundamental é rompido, corre-se o risco de regredir aos privilégios, às injustiças, e às crueldades dos séculos de ferro, dando-se livre acesso à barbárie".

Por fim, Sr. Presidente, já que não me é possível trazer à colação todos os trechos dignos de destaque na obra de Michel Schooyans, cito este último, no qual, contraditando o que alardeiam os meios de comunicação, o autor busca prevenir, apoiado em dados irrefutáveis, que os riscos de envelhecimento que pesam sobre algumas populações, inclusive o de sofrerem uma "implosão demográfica", são claramente mais reais do que os riscos apontados pelo temor de uma propalada "explosão demográfica".

Sr. Presidente, fica, pois, registrado meus agradecimentos pelo recebimento de Bioética y Poblacion, cuja leitura eu recomendaria a todos os parlamentares que, em suas alternativas de voto, muitas e muitas vezes, deverão se defrontar com esse momentoso problema.

Valho-me, agora, de Gerard-François Dumont, para dele extrair o fecho, deste pronunciamento:

"A Bioética y Poblacion proporciona-nos tudo o que justifica a vocação do homem para, simplesmente, amar e defender a vida".

É o que penso!

O SR. ERNANDES AMORIM (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente, o País, por meio do Congresso Nacional, viveu momentos de extrema perplexidade, relacionados com o tratamento dado aos recursos públicos no Orçamento da União.

Refiro-me, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Orçamento da União e à Comissão Especial do Senado Federal sobre as Obras Inacabadas.

Ambos os acontecimentos revelaram ao Brasil fatos estarrecedores, marcados pela corrupção e pela irresponsabilidade na utilização do dinheiro público. Os fatos foram sobejamente graves para suscitar um anseio generalizado por medidas severas, visando a coibir abusos e desvios no futuro. No entanto, é de pasmar, os dias passam e se vai insta-

lando a impressão que, no que diz respeito a consequências práticas, a questão se está, sorrateiramente, transformando em "pizza".

Em relação à sistemática de estudo, debate e aprovação do Orçamento, permanecem em vigor os mesmos mecanismos que favoreceram a corrupção, o desvio e a ineficiência: as emendas individuais. Ao Orçamento de 1996, por exemplo, foram apresentadas mais de seis mil emendas individuais. Isso, por si só, já é um absurdo. Mas o problema se exacerba quando, por meio de uma simples análise, se detecta que a grande maioria dessas emendas não atende aos interesses do Estado como um todo, não se insere no contexto de um planejamento local integrado e ilude o povo com a promessa de recursos que depois serão contingenciados ou insuficientes para a conclusão das obras às quais se destinam.

Outro aspecto é o que se refere ao problema das obras inacabadas. Com esforço digno de louvor e uma realista decisão de encarar a verdade, uma Comissão de Senadores, presidida pelo eminente Senador Carlos Wilson, da qual foi relator o também eminente Senador Casildo Maldaner, percorreu o Brasil e dessa pesquisa resultou um trabalho corajoso, intitulado "O Retrato do Desperdício no Brasil", ou "O Mapa do Abandono no País do Desperdício".

Os dados apresentados por esse documento compõem uma paisagem de vergonha e desalento: Duas mil e duzentas e catorze obras públicas inacabadas em todo o Brasil. Algumas delas até já perderam a razão de ser ou se inviabilizaram pelo abandono. Dessas obras, mil e duzentas e treze consumiram dez bilhões e cento e setenta milhões de reais. Segundo os Senadores da Comissão, esses valores permitem inferir que aproximadamente quinze bilhões de reais foi o total dos recursos públicos investidos em obras diversas que nunca foram concluídas. Isso concretiza, sem sombra de dúvida, uma sangria extremamente grave para a saúde política, democrática, econômica e moral da Nação.

A virtude maior do trabalho da Comissão de Senadores foi o de alertar o País para a necessidade de criar condições éticas e instrumentos legais que impeçam a repetição desses casos no futuro. É um imperativo moral, destinado a livrar o País de fatos tão destrutivos e deprimentes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é imperioso assumir os ensinamentos obtidos dos dois acontecimentos aqui mencionados, para não deixá-los no esquecimento, para não submeter o País a novos e idênticos vexames futuros.

De minha parte, proponho a criação de uma comissão suprapartidária, composta por Senadores e por Deputados, para analisarem em conjunto as obras prioritárias de cada Estado e destinarem no Orçamento, por meio de emenda de bancada, os valores necessários à conclusão e ao equipamento das obras inacabadas. Essa é uma iniciativa que julgo pertinente e urgente.

A Nação que não tira lições de sua história está fadada a repeti-la com dor e desilusão mais fortes.

Era o que tinha a dizer!

O SR. CARLOS WILSON (PSDB-PE.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil é, sem dúvida, um país muito curioso. Premido pela necessidade, é capaz de produzir coisas notáveis para, em seguida, esquecido da importância inquestionável do feito, dar-lhe as costas, renunciando a riquezas a que nenhuma outra nação renunciaria.

Refiro-me, particularmente, ao Programa do Alcool, que nos deu uma tecnologia, única no mundo, para utilização em larga escala de um combustível renovável, independente do mercado internacional do petróleo.

Além dessa vantagem estratégica, já constatada pelos Estados Unidos, que estarão lançando, em fevereiro próximo, o seu programa do álcool, essa forma de produção de energia apresenta um número incalculável de vantagens para o Brasil.

A primeira delas é de ordem econômica. Para produzir a mesma quantidade de energia, o álcool emprega 152 vezes mais pessoas que a indústria do petróleo. Para um investimento total de 11,73 bilhões de dólares, desde a sua criação, em 1975, o Programa economizou divisas para o País num total de 27 bilhões de dólares, segundo dados da Associação das Indústrias de Açúcar e de Alcool do Estado de São Paulo (AIAA).

Para produzir 12,5 bilhões de litros de álcool anualmente, a agroindústria sucroalcooleira – que também produz 12,5 milhões de toneladas de açúcar, segundo dados da Associação – emprega diretamente um milhão de trabalhadores.

O investimento por emprego nesse setor é de apenas 11 mil dólares, contra 91 mil na indústria automobilística e 220 mil na química e na petroquímica. Se forem considerados também os empregos indiretos, chega-se à cifra de um milhão e quinhentos mil trabalhadores.

A movimentação financeira em torno do setor sucroalcooleiro nacional na safra 94/95 foi da ordem de 8,9 bilhões de dólares, assim distribuídos: 9,97% desse total corresponderam a insumos, 21,76% à

produção agrícola, 23,37% a armazenagem distribuição e vendas e 23% a impostos.

Os ganhos de produtividade do setor têm sido constantes. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, a queda dos custos de produção do álcool tem sido em média de 3,2% ao ano, graças aos permanentes investimentos públicos e principalmente privados feitos em pesquisa no setor.

Resolvidas questões legais e tarifárias e incorporada tecnologia já disponível, as usinas paulistas poderão fornecer, em dez anos, até 3.000 megawatts, um terço de toda a energia adicional de que aquele Estado irá necessitar. A venda de energia não será, portanto, como se vê, um mero subproduto dessa atividade, mas um negócio de dimensões comparáveis aos do açúcar e do álcool.

Além de tudo isso, o álcool é um combustível limpo. Foi graças à sua adição, na proporção de 22% à gasolina, que o Brasil se tornou o primeiro país do mundo a se livrar do chumbo tetraetila da gasolina – um dos elementos mais tóxicos lançados ao ar das grandes cidades –, providência imediatamente seguida pelos Estados Unidos da América.

A utilização do bagaço da cana como combustível e do vinhoto como fertilizante, transformando esses resíduos em valiosos insumos, também demonstra, inequivocamente, as qualidades "verdes" dessa forma de produção de energia. Ademais, as plantações de cana-de-açúcar absorvem o CO₂, um dos responsáveis pelo efeito estufa, gerado pelos combustíveis fósseis.

Todos esses argumentos demonstram que, apesar da questão do preço e de alguns fatores que hoje, circunstancialmente, lhe são desfavoráveis, o álcool não pode e não deve ser abandonado, por ser uma das melhores alternativas energéticas do mundo.

Capaz de fixar o homem ao campo, ajudando a conter o fluxo migratório, a agroindústria do açúcar e do álcool tem enorme importância no presente e será vital no futuro, quando a produção de petróleo começar a declinar ou quando a poluição do ar se tornar insuportável nas grandes cidades.

Por todas essas razões é que esperamos que o Presidente Fernando Henrique Cardoso – que irá receber parlamentares e representantes de empresários e de trabalhadores do setor – tenha a sensibilidade necessária para determinar as providências imprescindíveis a uma política estável para o setor.

É preciso que este Governo compreenda a importância histórica, estratégica, econômica, social e ecológica do Programa do Alcool, um programa que,

apesar do abandono a que foi relegado nos últimos anos, não perdeu a sua vitalidade.

As pesquisas continuaram, o aperfeiçoamento de motores a explosão avançou e a população ainda tem boa lembrança dos carros a álcool, como demonstrou pesquisa realizada no ano passado pelo Instituto Gallup.

As possibilidades desse combustível, num futuro que pode estar bem próximo, são imensas. Sabemos, então, que o investimento realizado foi valioso, porque estaremos colhendo os dividendos resultantes de nossa competência e de nossa capacidade de trabalho.

É o que todos nós esperamos que o Senhor Presidente da República compreenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 9 horas, a seguintes matéria:

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 9 horas, a seguintes matéria:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 39, de 1996)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4, de 1996 (apresentado como conclusão do Parecer nº 13, de 1996, da Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza o Estado do Tocantins a prestar garantia no valor de trinta e quatro milhões de reais, acrescida dos respectivos encargos financeiros (acessórios), junto ao Banco do Brasil S/A, destinada a financiar a execução do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER III - Piloto, a ser implantado no Município de Pedro Afonso, TO.

– 2 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 40, de 1996)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5, de 1996 (apresentado como conclusão do Parecer nº 14, de 1996, da Comissão de Assun-

tos Econômicos), que concede autorização para elevação temporária de limite de comprometimento e para contratação de operação de crédito externo entre o Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, no valor de até vinte milhões de dólares norte-americanos, cujos recursos serão destinados a financiar, parcialmente, o Projeto de Pavimentação Asfáltica da Rodovia MS-141, trecho Ivinhema-Naviraí.

- 3 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1995

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1995 (nº 182/94, na Câmara dos Deputados), que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica, tendo

Parecer favorável, sob nº 5, de 1996, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**.

(Terceiro dia de discussão)

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h36min.)

DISCURSO DO SR. LAURO CAMPOS PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 31-01-96 QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NA ANTERIOR.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, realmente me parece preocupante a desvalorização do Real frente ao Dólar.

A mim jamais passou pela cabeça que a desvalorização do câmbio pudesse ser proporcionada por corvos e outros agentes aéreos que pretendem pousar na vida sorridente do Presidente e de sua equipe. Não me parece também que Sua Excelência, o Presidente da República, esteja preocupado com esses fatos cá de baixo. Parece que Sua Excelência veio ao Brasil preparar a sua mala para uma nova viagem de lua-de-mel. É a lua-de-mel consigo mesmo, em que se encontra desde a posse. Agora, preparando a mala para outra viagem, Sua Excelência teve essa surpresa.

O Sr. Pedro Malan, já há mais tempo, havia dito nos Estados Unidos que o FMI tinha realizado um plano que estava realmente destruindo e empobrecendo mais os povos da América Latina. E disse mais: que esses projetos, que esses planos, que esse enxugamento não era aplicado aos Estados

Unidos e aos países economicamente avançados. "Portanto - dizia ele - são dois pesos e duas medidas". Aqui é a medida dos R\$70,00 de salário mínimo por mês, que perdurou durante muito tempo, e que há pouco tempo passou para R\$100,00. Enquanto isso, na França, o salário mínimo é de US\$1.200 e, no Japão, esse salário mínimo já se aproxima de US\$3.000, sendo que a renda per capita daquele país é de US\$33 mil.

Ao abrirem as portas para as importações, com um taxa de câmbio que um dos diretores do Banco Central pretendia que fosse de dois dólares por um real, ou seja, fixar o dólar a cinquenta centavos de real, privilegiando, obviamente, os importadores de carro, os importadores de artigo de luxo, porque os artigos importados não entram na cesta de consumo dos pobres, o Plano Real, *ab initio*, constituiu em somar às agruras internas as pressões e os arrochos internos que pesavam sobre o trabalhador brasileiro. O componente perverso externo, permitindo que os ricos comprassem perfumes, carros, chocolates, artigos de luxo com dólar subsidiado e ainda reduziu as alíquotas de importação, favorecendo mais ainda as camadas privilegiadas do Brasil.

Pedro Malan diz que foi isso que aconteceu, que o Plano vem pedir desculpas por ter obedecido às regras do FMI. Agora, na Índia, o Presidente Fernando Henrique Cardoso volta a falar a mesma coisa e começa a acusar o FMI pelo desemprego no Brasil. Como é que a situação do trabalhador brasileiro pode ter melhorado se o desemprego em São Paulo atinge a 13,6% da população economicamente ativa? Como é que pode ter melhorado a situação dos trabalhadores brasileiros se nós contamos com os mesmos 11 milhões de sem-teto e de sem-terra? Onde está a melhoria que auferiram os trabalhadores brasileiros, quando nós vemos a Saúde sucateada e a Educação completamente desamparada?

O que o Governo resolve fazer? Dividir a crise, que é global. Esta, sim, é uma crise global. Entretanto, resolve dividi-la em diversas crisezinhas; microcrises vistas pelo individualismo mais grosseiro e mais arcaico. A crise da Saúde vai ser resolvida criando um imposto para a Saúde; a crise da Educação será resolvida criando um novo imposto para a Educação; a crise das estradas e das rodovias será resolvida privatizando-as e criando o pedágio, obviamente, uma forma de conseguir recursos para esse setor. Para a crise da Previdência Social já se fala, também, em mais um imposto.

Finalmente, entre outros mais, o Proer, que é o grande fundo com que o Governo brasileiro sustenta

os banqueiros nacionais, repassando não miséras centenas de milhões de reais, mas bilhões e bilhões de reais: R\$5.6 bilhões para um banco. Quinze bilhões de reais é o quanto vai custar sustentar o Banespa. O Banerj também já canaliza para si e para o grande buraco negro do sistema financeiro nacional os recursos escassos deste País.

Portanto, é de se estranhar que alguém ainda acredite que essa economia, que foi entregue às forças de mercado possa ser comandada por alguém, corvo ou não corvo, do Governo ou da oposição.

Há poucos dias, o Partido Republicano dos Estados Unidos ameaçou impor o equilíbrio orçamentário ao Presidente Bill Clinton. A consequência dessa ameaça de equilíbrio orçamentário e de limitação da dívida pública norte-americana em US\$ 4,9 trilhões foi a paralisação, por vinte e três dias, do aparelho de Estado norte-americano, mostrando que o capitalismo não suporta o equilíbrio orçamentário, mostrando que a dinâmica capitalista é incompatível com o equilíbrio orçamentário e também com o equilíbrio externo que jamais existiu.

Nos últimos 65 anos o Governo dos Estados Unidos apresentou 62 anos de déficit orçamentário. E no Brasil, só para exemplificar, os últimos 66 anos que antecederam à Proclamação da República foram todos de déficit orçamentário.

Aqueles que pensam que o capitalismo é uma virgem, que o capitalismo é dotado de um estado de pureza esquecem-se das 346 guerras que foram feitas no mundo capitalista depois de 1780, e das 76 guerras internacionais a que se refere Eric Hobsbawm, no seu último livro.

Portanto, não é de se estranhar que agora, querendo voltar ao desenvolvimentismo que ele havia negado, passa o Presidente Fernando Henrique Cardoso a ter saudade de Juscelino Kubitschek, que ele criticou durante anos e anos. Fernando Henrique Cardoso e Faletto escreveram um livro demolidor, crítico, a respeito do chamado desenvolvimento econômico brasileiro e latino-americano. E agora, em uma de suas múltiplas metamorfoses, ele volta a apoiar Juscelino Kubitschek, aquele que rompeu com o FMI – ao contrário dele, que se subordinou às regras do FMI impostas ao Brasil, à Argentina, ao México, à Venezuela e a outros países.

É de se estranhar que presenciemos de novo essa mudança completa de posição. Se eu fosse apoiador do Governo, estaria realmente um tanto perplexo porque não saberia que rumo tomar diante de um Governo como este que não mexe apenas na taxa de câmbio porque é obrigado a fazê-lo. O Diretor

da Carteira de Câmbio do Banco Central queria estabelecer a taxa de câmbio na base de US\$1,00 a R\$0,50. Se tivesse feito isso, já teria se mexido nas bandas por quatro ou cinco vezes, porque a taxa de câmbio é totalmente artificial. E é uma taxa de câmbio cuja artificialidade visou importar partes, peças e componentes, artigos de luxo, favorecendo os consumidores ricos e, agora, obrigando a entrar um crédito externo que aumenta a dívida pública, um crédito externo que cobra apenas 1% daqueles compradores de carros à prestação e de objetos de luxo, enquanto os pobres brasileiros não podem recorrer a esses empréstimos externos e têm que pagar juros de 9% ao mês.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– A Mesa informa ao nobre orador que a Hora do Expediente será prorrogada pelo prazo de 10 minutos para que V. Ex^a conclua o seu pronunciamento.

O SR. LAURO CAMPOS – Muito obrigado.

Como gostaria também de tratar de um outro assunto, vou dar por encerrado este tema da máxima importância, que mostra como o Governo já está dividido, cada um falando uma linguagem, cada Ministério adotando uma postura e os Ministros brigando entre si.

Abordarei, agora, um outro assunto. Durante a última campanha eleitoral, ficaram muito claras as prioridades do Partido dos Trabalhadores: saúde, educação e segurança.

Assumi o meu mandato e, levado pelo torvelinho dos compassos políticos, abri mão de minhas prioridades, ou as inverti. Combati, por exemplo, o chamado Metrô de Brasília – que, na realidade, não é metrô coisa nenhuma, é um trenzinho de superfície. Comparando os seus 40 km com os 1.350 Km de extensão do Metrô de Londres e com os 70m de profundidade da estação de Montmartre do Metrô de Paris, ele é um arremedo de metrô.

O sistema de metrô exige a presença de várias linhas que se entrecruzam – linha verde, linha amarela, linha vermelha. É, portanto, um sistema vertical e horizontal de transporte. É preciso que o passageiro desça em uma estação e, através de escadas rolantes ou de elevadores, como acontece na Estação de Montmartre, suba para outro nível onde passa uma outra linha. E, assim, através de trocas sucessivas, poderá o usuário chegar a 200m ou 300m do local onde deseja ir.

Aqui em Brasília, há pontos em que o passageiro de Samambaia tem que andar 4km para chegar à estação do chamado Metrô. Trata-se apenas de um abuso do nome, porque não é realmente um metrô.

Eu, que fui um crítico acerbo do metrô, em nome da solidariedade, abri mão de tudo para fazer uma emenda conjunta que viesse fortalecer as reivindicações do Distrito Federal. Em vez de educação, saúde e segurança, assinei, com toda a Bancada do Distrito Federal, uma emenda, pensando que iríamos favorecer à nossa cidade. Passei por cima das minhas convicções e peço perdão, agora, aos meus eleitores.

Fiz muito mal em acreditar que, assim procedendo, estaríamos trabalhando para melhorar as condições econômico-financeiras do Distrito Federal. Aconteceu que, no final do processo, senti-me ilaqueado na minha boa-fé, porque o valor obtido para o metrô foi o maior de todos: R\$20 milhões. Para a Fundação Hospitalar foram solicitados R\$263 milhões e obtidos R\$30 mil; o valor solicitado para o saneamento básico de Samambaia foi de R\$10 milhões e o obtido foram R\$5 milhões. Vemos que dos R\$19.350 milhões solicitados para a BR-060 apenas R\$2 milhões foram obtidos.

Na última reunião que tivemos para tratar deste assunto, diante da decepção que nos foi trazida pela atuação do Sub-Relator, Deputado Pedrinho Abrão, recusei-me a assinar uma carta que vinha com as assinaturas de todos os representantes do Distrito Federal, encaminhada pelo Governador Cristovam Buarque. Ao me defrontar com esses números, números que haviam transformado a nossa proposta de 457 milhões para a Fundação Educacional em 30 mil apenas, recusei-me a assinar a carta. Eles deixaram – eu não conhecia a expressão –, uma "janela", no Orçamento, colocando lá uma coisa qualquer para que, depois, então, dependendo de boas graças de diversos níveis da Administração, pudesse haver um pequeno reforço dessa dotação insignificante. Portanto, não assinei – recuso-me a assiná-la – porque sou contra a construção do Metrô de Brasília; fui contra esta construção e nas poucas vezes que tive oportunidade de conversar com o Governador Cristovam Buarque, falei com S. Ex^a a respeito da abertura de uma sindicância, logo de início, para apurar as acusações que pairavam sobre esta obra; alertei-o ainda de que não deveríamos continuá-la, para não misturar o joio com o trigo, a não ser depois que tivéssemos certeza de que nada havia ocorrido no passado e que, portanto, nada seria imputável ao Governo atual.

Portanto, quero esclarecer que essa importância atribuída ao metrô não teve, a não ser, no início, o meu apoio, o meu concurso, certo de que estaríamos contribuindo para a melhoria do todo. Porém,

percebendo que o nosso desiderato não seria alcançado, retirei o meu nome do apoio a esse processo que verifiquei ser um grande equívoco.

Portanto, no próximo Orçamento não contem com a minha boa vontade; não contem com a minha assinatura para que um maior poder de barganha seja atribuído à Bancada dos representantes da Unidade da Federação.

O que estou dizendo, aqui, hoje, o Senador Coutinho Jorge já pôde colocar na semana passada em um discurso no qual S. Ex^a também mostra a sua frustração diante da proposta da reunião da emenda conjunta. O seu Estado fez uma carta da qual S. Ex^a participou. O Senador trouxe o seu arrependimento ao Plenário.

Portanto, nesta sociedade individualista, nesta sociedade do eu – segundo Jeremy Bentham: "o meu eu é tudo e diante dele o resto do mundo não vale nada" – Jeremy Bentham, um dos corifeus do individualismo, da concorrência e do mercado – vejo que a tentativa de fazermos algo coletivo, deixando as propostas e as emendas individuais são, realmente, frustradas diante do paredão que ainda não caiu, diante da armadura que ainda está presente, do egoísmo, do individualismo e dos projetos individuais de vida.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

ATA DA 18ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 31 DE JANEIRO DE 1996

(Publicada no Diário do Senado Federal de 1º de fevereiro de 1996)

RETIFICAÇÃO

No discurso do Sr. Romero Jucá, à página nº 01156, 2ª coluna, 4º parágrafo.

Onde se lê:

.....
Outra questão importante é o prazo de enquadramento que o Ministério e o Mário concordaram que fosse ampliado de 60 para 120 dias, dando a todos aqueles que trabalham na fronteira e nas localidades mais distantes condição de se habilitarem e de pleitearem esse enquadramento.

Leia-se:

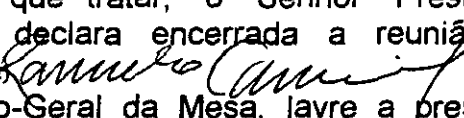
.....
Outra questão importante é o prazo de enquadramento que o Ministério da Justiça e o Ministério da Administração concordaram que fosse ampliado de 60 para 120 dias, dando a todos aqueles que trabalham na fronteira e nas localidades mais distantes condição de se habilitarem e de pleitearem esse enquadramento.
.....

**Ata da 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 18 de janeiro de 1996.**

Às dez horas e trinta minutos do dia dezoito de janeiro de mil novecentos e noventa e seis, na sala de autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores José Sarney, Presidente; Teotônio Vilela Filho, 1º Vice-Presidente; Júlio Campos, 2º Vice-Presidente; Odacir Soares, 1º Secretário; Levy Dias, 3º Secretário; Ernandes Amorim, 4º Secretário; Ney Suassuna e Antônio Carlos Valadares, Suplentes de Secretário. Havendo número legal, o Sr. Presidente declara aberta a reunião. Foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Sr. Presidente inicia a reunião, apresentando os assuntos constantes da pauta.

Item 1: Requerimento nº 1.535, de 1995, de autoria do Senador **Gilberto Miranda**, de informação ao Ministro de Estado da Fazenda; **item 2:** Requerimento nº 4, de 1996, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, de informação ao Ministro de Estado da Fazenda; **item 3:** Requerimento nº 5, de 1996, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, de informação ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República; **item 4:** Requerimento nº 6, de 1996, de autoria do Senador **Ronaldo Cunha Lima**, de informação ao Ministro de Estado da Fazenda; **item 5:** Requerimento nº 7, de 1996, de autoria do Senador **Roberto Requião**, de informação ao Comandante da Capitania dos Portos do Paraná, através do Ministro de Estado da Marinha; **item 6:** Requerimento nº 18, de 1996, de autoria da Senadora **Benedita da Silva**, de informação ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto; **item 7:** Requerimento nº 19, de 1996, de autoria da Senadora **Benedita da Silva**, de informação ao Ministro de Estado da Fazenda; **item 8:** Requerimento nº 20, de 1996, de autoria da Senadora **Benedita da Silva**, de informação ao Ministro de Estado da Fazenda; **item 9:** Requerimento nº 21, de 1996, de autoria do Senador **José Eduardo Dutra**, de informação ao Ministro de Estado da Fazenda; **item 10:** Requerimento nº 22, de 1996, de autoria do Senador **José Eduardo Dutra**, de informação ao Secretário Geral da Secretaria de Coordenação e Controle de Empresas Estatais, através do Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento. Os Requerimentos lidos foram aprovados e encaminhados à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências regimentais. **Item 11:** a Mesa, no exercício da competência que lhe confere o § 5º do art. 40 do Regimento Interno, aprovou, sem ônus para o Senado, os Requerimentos nºs 1 a 13/96-M, apresentados nos termos do art. 13 do mesmo Regimento, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, solicitando licença, nos períodos a seguir mencionados, de autoria dos Senhores Senadores **Arlindo Porto**, nos dias 14 e 15 de dezembro de 1995, para participar do "Primeiro Encontro de Patos de Minas para o Estudo do Trabalho Infante-Juvenil e das Novas Relações de Trabalho - Um Projeto de Cidadania"; **Júnia Marise**, no dia 15 de dezembro de 1995, para exercer missão político-partidária, como Líder do PDT, em Belo

Horizonte; **Vilson Kleinübing**, no dia 15 de dezembro de 1995; **Júlio Campos**, no dia 15 de dezembro de 1995, para tratar de assuntos político-partidários em seu Estado; **Antônio Carlos Valadares**, nos dias 15 e 16 de dezembro de 1995, para receber homenagem do Lions Clube e participar de reunião político-partidária em Aracaju-SE, respectivamente; **Osmar Dias**, no dia 15 de dezembro de 1995, para atender a compromissos de interesse parlamentar em seu Estado; **Francelino Pereira**, no dia 15 de dezembro de 1995, para presidir os trabalhos da Convenção Partidária do Diretório Estadual do PFL, em Belo Horizonte, Minas Gerais; **João Rocha**, no período de 25 de dezembro de 1995 a 10 de janeiro de 1996, em virtude de viagem aos Estados Unidos da América do Norte e à África do Sul; **Carlos Wilson**, no dia 15 de dezembro de 1995, para participar da reunião do Conselho da SUDENE, em Recife; **José Sarney**, no período de 09 a 14 de janeiro corrente, para representar o Presidente da República nas exéquias do ex-Presidente da República Francesa, François Mitterrand, em Paris; **Hugo Napoleão**, no período de 11 a 15 de dezembro de 1995, em aditamento ao Requerimento nº 156/95-M; **Beni Veras**, no período de 15 a 22 de janeiro corrente, por motivo de falecimento de sua mãe; e **Gilberto Miranda**, no período de 19 a 21 de janeiro de 1996, para breve viagem ao exterior. **Item 12:** Requerimentos nºs 14 a 16/96-M, apresentados nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, solicitando licença, nos períodos a seguir mencionados, de autoria dos srs. Senadores **Fernando Bezerra**, no dia 15 de dezembro de 1995; **Darcy Ribeiro**, nos dias 06, 07, 12 a 15 de dezembro de 1995; e **Francelino Pereira**, no período de 05 de janeiro a 03 de fevereiro de 1996. Aprovados. **Item 13:** Requerimento nº 17/96-M, de autoria do Senador **Odacir Soares**, apresentado nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, solicitando licença, no período de 11 a 17 de janeiro corrente, por motivo de viagem ao exterior. Aprovado, sem ônus para o Senado. **Item 14:** Processo Diversos nº 48, de 1995, sobre "Comunicação da Presidência do Senado, de recebimento do pedido de concessão de licença, por motivo de doença, do Senador Alexandre Costa", com pedido de prorrogação por mais 121 (cento e vinte e um) dias, a partir de 12 de janeiro de 1996. Os presentes decidem acolher o deferimento do sr. Presidente, anteriormente proferido "ad referendum" da Mesa. **Item 15:** a Mesa recebeu o Ofício nº 95/95, do dia 21 de dezembro de 1995, do Presidente da Associação Interparlamentar de Turismo, Senador Carlos Wilson, comunicando que, no período de 03 a 10 de janeiro de 1996, os srs. Senadores **Roberto Requião** (Chefe da Delegação), **Esperidião Amim** e **Antônio Carlos Valadares** integrarão a Delegação do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar nos encontros promovidos pelo Parlamento Cubano, a realizar-se em Havana, Cuba, pelo que solicita seja a ausência dos referidos Senadores considerada como missão oficial da Casa. A Mesa defere a solicitação como missão política de interesse parlamentar, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, sem ônus para o Senado. **Item 16:** a Mesa recebeu comunicações de ausência do País, apresentadas nos termos do art. 39, alínea a, do Regimento Interno, de autoria dos Srs. Senadores **João Rocha**,

no período de 25 de dezembro de 1995 a 10 de janeiro de 1996, por motivo de viagem aos Estados Unidos da América do Norte e à África do Sul; **Pedro Piva**, no período de 26 de dezembro de 1995 a 08 de janeiro de 1996; **Roberto Requião**, no período de 22 de dezembro de 1995 a 10 de janeiro de 1996, em viagem particular ao exterior, sendo que do dia 03 a 10 de janeiro corrente integrará o Grupo Parlamentar Brasil-Cuba, a convite da Assembléia Nacional da República de Cuba; **Eduardo Suplicy**, no período de 28 de dezembro de 1995 a 07 de janeiro de 1996, quando estará em Havana, Cuba, integrando a Delegação do Grupo Parlamentar Brasil-Cuba, a partir do dia 03 de janeiro corrente, atendendo a convite formulado pelo governo cubano; **Vilson Kleinübing**, no período de 30 de dezembro de 1995 a 09 de janeiro de 1996, por motivo de viagem aos Estados Unidos da América; **Epitácio Cafeteira**, no período de 28 de dezembro de 1995 a 08 de janeiro de 1996, em viagem de caráter particular; e **Esperidião Amim**, no período de 04 a 10 de janeiro do corrente ano, para integrar a Delegação do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar, em visita à República de Cuba. Nada mais havendo que tratar, o Senhor Presidente, às onze horas e trinta minutos, declara encerrada a reunião, ao tempo em que determina que eu,  (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavre a presente Ata que, após aprovada, vai assinada pelo Presidente.

Sala de Reuniões, em 18 de janeiro de 1996.


Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 123, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar a servidora do CEGRAF, **LUCIENE SANTA FÉ DANTAS**, matrícula 985, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica

Legislativa, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Iriz Rezende, com efeitos financeiros a partir de 24 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 1º de fevereiro de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 124, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar o servidor **CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA**, matrícula 4637, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 8 - Especialidade de Comunicação, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Chefe da Seção de Rádio, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Divulgação, com efeitos financeiros a partir de 23 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 1º de fevereiro de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 125, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar o servidor **CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA**, matrícula 4637, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 8 - Especialidade de Comunicação Social, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de Chefe da Seção de Edição e Arquivo, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Divulgação, com efeitos financeiros a partir de 23 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 1º de fevereiro de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 126, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar o servidor **DJALBA DA SILVA LIMA**, matrícula 4603, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 8 - Especialidade de Comunicação Social, da **FUNÇÃO COMISSIONADA** de Assistente de Divulgação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Divulgação, com efeitos financeiros a partir de 23 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 1º de fevereiro de 1996



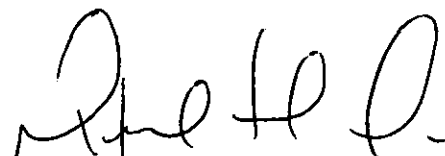
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 127, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar o servidor DJALBA DA SILVA LIMA, matrícula 4803, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 8 - Especialidade de Comunicação Social, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Chefe da Seção de Rádio, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Divulgação, com efeitos financeiros a partir de 23 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 1º de fevereiro de 1996



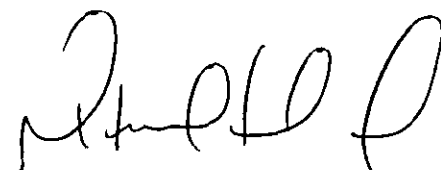
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 128, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar a servidora SÔNIA MARIA DE OLIVEIRA FERNANDES, matrícula 3853, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Osmar Dias, com efeitos financeiros a partir de 24 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 1º de fevereiro de 1996




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.129 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar a servidora SÔNIA MARIA DE OLIVEIRA FERNANDES, matrícula 3853, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 24 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 1º de fevereiro de 1996


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.130 , DE 1995


O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., parágrafo 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo 00096/96.0, de interesse da Subsecretaria de Ata,

RESOLVE:

Art. 1º - É designado o servidor RENATO DE ALENCAR DANTAS, matrícula 2817, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para substituir o servidor Antônio Ricardo Moreira de Sousa, Chefe da Seção de Administração, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Ata, no período de 02 a 21 de janeiro de 1996, por motivo de gozo de férias do titular.

Art. 2º - Revoga-se a designação do servidor Renato de Alencar Dantas, contida no Ato nº 020, de 1996, do Senhor Diretor-Geral.

Senado Federal, 1º de fevereiro de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.131, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar o servidor **ARMANDO DENIS HACKBART**, matrícula 2320, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, da Secretaria Legislativa, com efeitos financeiros a partir de 24 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 1º de fevereiro de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN

NÚMERO 03, DE 1995

AUTORIZA O ACESSO AO SICON
PELAS ASSESSORIAS
PARLAMENTARES INSTALADAS
NO SENADO FEDERAL.

O Presidente do Conselho de Supervisão do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, inciso X, do Regulamento do PRODASEN, aprovado pelo Ato no. 19, de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal, com suas alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do processo nº 399/95-7, RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o acesso ao SICON - Sistema de Informações do Congresso Nacional mantido pelo PRODASEN, às assessorias parlamentares dos poderes Executivo e Judiciário da União, que estejam fisicamente instaladas no ambiente do Senado Federal.

§ 1º O atendimento de que trata este artigo será prestado mediante solicitação formal dirigida ao Diretor Executivo do PRODASEN, pleiteando acesso às informações mantidas no SICON.

§ 2º O atendimento consiste na ligação ao PRODASEN, de equipamento de propriedade do solicitante, de acordo com especificações técnicas fornecidas.

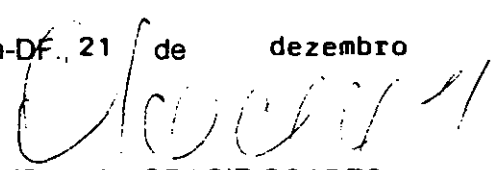
§ 3º Excepcionalmente, o PRODASEN poderá fornecer os equipamentos necessários à conexão, desde que não traga prejuízo ao atendimento prestado ao Senado Federal, a critério do Presidente do Conselho de Supervisão.

§ 4º As assessorias parlamentares serão dispensadas do pagamento da taxa de compartilhamento de custos operacionais diretos a que se refere o Ato nº 5, de 14 de dezembro de 1988, do Conselho de Supervisão do PRODASEN, relativamente ao acesso às informações do SICON.

§ 5º Por ocasião da instalação do serviço, o PRODASEN poderá prestar treinamento de pesquisa e operação de terminal, sem ônus, a até dois indicados pela assessoria parlamentar."

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, 21 de dezembro de 1995


Senador ODACIR SOARES
Presidente do Conselho de Supervisão
do PRODASEN

**ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN
Nº 185, DE 1995**

O Senhor Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14, inciso XIV, do Regulamento do Prodasen, aprovado pelo Ato nº 19, de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal, com suas alterações posteriores, **resolve**:

1 – Constituir Comissão Especial destinada à verificação de valores existentes no Almoxarifado do Prodasen ao final do exercício de 1995.

2 – Designar para compor a Comissão os servidores HÉLIO CHAGAS FILHO, Analista de Informática Legislativa, na qualidade de presidente e, como membros, RAQUEL FERREIRA REIS SILVA, Técnico de Informática Legislativa e HÉLIO AUGUSTO DA SILVEIRA FILHO, Técnico de Informática Legislativa.

3 – Fica o Diretor da Divisão Administrativa e Financeira – DAF, autorizado a baixar as instruções complementares necessárias à execução deste Ato.

4 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no quadro de avisos do Prodasen.

Brasília, 21 de novembro de 1995. – **Marco Antonio Pais dos Reis**, Diretor-Executivo

**ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN
Nº 186, DE 1995**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – Prodasen, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do artigo 5º do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen, aprovado pela resolução nº 51, de 1993 – Senado Federal, **Resolve** tornar sem efeito, a partir desta data, a designação:

1) do servidor PAULO DE CASTRO, Técnico de Informática Legislativa, Nível II, do Quadro de Pessoal deste órgão, para substituir o Encarregado de Turno, da Tarde, do Setor de Operação de Computador (SOC), da Divisão de Suporte Técnico e Operações (DSO), formalizada através do Ato nº 100/93;

2) da servidora MARIA REGINA DE CARVALHO, Técnico de Informática Legislativa, Nível II, do Quadro de Pessoal deste órgão, para substituir o Encarregado de Turno, da Manhã, do Setor de Preparação Técnica (SPT), da Divisão de Suporte Técnico e Operações (DSO), formalizada através do Ato nº 91/93.

Brasília -DF, 27 de novembro de 1995. – **Marco Antonio Pais dos Reis**, Diretor-Executivo

**ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN
Nº 187, DE 1995**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – Prodasen, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do Artigo 5º do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen, aprovado pela Resolução nº 51, de 1993 – Senado Federal, **resolve** designar os servidores abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal deste órgão, para substituírem, a partir desta data, os titulares das seguintes Funções Comissionadas:

1. Chefe do Setor de Controle de Qualidade – (SCQ)

JAIRO SABACK FILHO, Técnico de Informática Legislativa;

2. Encarregado de Turno, da Manhã, do Setor de Controle de Qualidade – (SCQ)

JUSSARA DE MEDEIROS FALCÃO JORDÃO RAMOS, Técnico de Informática Legislativa;

3. Encarregado de Turno, da Noite, do Setor de Controle de Qualidade – (SCQ)

ISAC SANTOS VIEIRA, Técnico de Informática Legislativa;

4. Chefe do Setor de Preparação Técnica – (SPT)

MARIA ABADIA VIEIRA DORNAS, Técnico de Informática Legislativa;

5. Encarregado de Turno, da Manhã, do Setor de Preparação Técnica – (SPT)

IVONE DUAILIBE ZANCHETTA, Técnico de Informática Legislativa;

6. Encarregado de Turno, da Tarde, do Setor de Preparação Técnica – (SPT)

MARCOS CARNEIRO LEITE, Técnico de Informática Legislativa;

7. Encarregado de Turno, da Noite, do Setor de Preparação Técnica – (SPT)

CARLO EDUARDO DA SILVA LOPES, Técnico de Informática Legislativa;

8. Encarregado de Turno, da Manhã, do Setor de Operação de Computador – (SOC)

EDSON DE JESUS ALMEIDA, Técnico de Informática Legislativa;

9. Encarregado de Turno, da Tarde, do Setor de Operação de Computador – (SOC)

SALAZAR HIDALGO DE CARVALHO, Técnico de Informática Legislativa;

10. Encarregado de Turno, da Manhã, do Setor de Computador de Votação – (SEV)

GALILEO NASCIMENTO FILHO, Técnico de Informática Legislativa;

11. Encarregado de Turno, da Tarde, do Setor de Computador de Votação – (SEV)

PAULO DE CASTRO, Técnico de Informática Legislativa;

12. Encarregado de Turno, da Noite, do Setor de Computador de Votação – (SEV)

NILSON SILVA DE ALMEIDA, Técnico de Informática Legislativa.

Brasília, 27 de novembro de 1995. – Marco Antonio Pais dos Reis, Diretor-Executivo.

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 188, DE 1995

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14, inciso XIV, combinado com os §§ 1º e 2º do artigo 34, do Regulamento do Prodasen, aprovado pelo Ato nº 19, de 1976, e tendo em vista o que determina o Ato nº 17, de 1995, ambos da Comissão Diretora do Senado Federal, resolve:

1. Designar, *ad-referendum*, do Conselho de Supervisão, LOÍSIO JOSÉ DOS SANTOS, Analista de Informática Legislativa, na qualidade de Presidente, MARIA COELI BARBOSA CAMPOS, SÍLVIA REGINA MARQUES MAGALHÃES e MARCELO SILVA CUNHA, Analistas de Informática Legislativa, para integrar a Comissão Permanente de Licitação do Prodasen, para o período de 8 de dezembro de 1995 a 7 de dezembro de 1996.

2. Designar os servidores RICARDO EVANDRO MENDES VIANNA INNECCO, Analista de Informática Legislativa, e MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO RODRIGUES, Técnico de Informática Legislativa, na qualidade de membros suplentes.

3. Designar a servidora RAQUEL VIEIRA PINHEIRO, Técnico de Informática Legislativa, para secretariar a Comissão e MÁRCIA MARIA AMARAL, Técnico de Informática Legislativa, para substituí-la em seus impedimentos.

4. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Quadro de Avisos do Prodasen.

Brasília, 8 de dezembro de 1995. – Marco Antonio Pais Dos Reis, Diretor-Executivo do Prodasen.

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 189, 1995

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do artigo 5º do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen, aprovado pela Resolução nº 51, de

1993 – Senado Federal, Resolve designar o servidor EDWARD CATTETE PINHEIRO FILHO, Analista de Informática Legislativa, Nível III, do Quadro de Pessoal deste órgão, para substituir o Chefe do Serviço de Análise e Pré-Desenvolvimento (SAP), da Coordenação de Informática (COI), em seus afastamentos ou impedimentos regulamentares, a partir desta data.

Brasília, 15 de dezembro de 1995. – Marco Antonio Pais dos Reis, Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 190, DE 1995

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do artigo 5º do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen, aprovado pela Resolução nº 51, de 1993 – Senado Federal, resolve tomar sem efeito, a partir desta data, a designação da servidora ELISABETH BELLEZA CÔRTEZ, Analista de Informática Legislativa, Nível III, do Quadro de Pessoal deste órgão, para substituir o Chefe do Serviço de Análise e Pré-Desenvolvimento (SAP), da Coordenação de Informática (COI), formalizada através do Ato nº 124/95.

Brasília -DF, 15 de dezembro de 1995. – Marco Antonio Pais dos Reis, Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 191, 1995

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do artigo 5º do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen, aprovado pela Resolução nº 51, de 1993 – Senado Federal, resolve designar o servidor MARCOS PEIXOTO LEÃO DE SOUZA, Analista de Informática Legislativa, Nível III, do Quadro de Pessoal deste órgão, para substituir o Coordenador da Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas "A" (CDA), da Divisão de Desenvolvimento e Sistemas (DDS), em seus afastamentos ou impedimentos regulamentares, a partir de 5 de dezembro.

Brasília, 20 de dezembro de 1995. – Marco Antonio Pais dos Reis, Diretor-Executivo.

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 192, DE 1995

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere

o § 3º do artigo 5º do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen, aprovado pela Resolução nº 51, de 1993, do Senado Federal, resolve fazer cessar os efeitos do Ato nº 85/94, que designou o servidor PAULO ROBERTO MENDES, Técnico de Informática Legislativa, Nível II, do Quadro de Pessoal deste órgão, para substituir o Encarregado de Turno, da Tarde, da Coordenação da Rede de Teleprocessamento – CTP, da Divisão de Suporte Técnico e Operações – DSO, a partir de 12-12-95.

Brasília, 21 de dezembro de 1995. – **Marco Antonio Pais dos Reis**, Diretor-Executivo.

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 193, DE 1995

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do artigo 5º do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen, aprovado pela Resolução nº 51, de 1993, do Senado Federal, resolve designar o servidor JORGE PEREIRA DOS SANTOS, Técnico de Informática Legislativa, Nível II, do Quadro de Pessoal deste órgão, para substituir o Encarregado de Turno, da Tarde, da Coordenação da Rede de Teleprocessamento – CTP, da Divisão de Suporte Técnico e Operações – DSO, em seus afastamentos ou impedimentos regulamentares, com efeitos a partir de 12-12-95.

Brasília, 21 de dezembro de 1995. – **Marco Antonio Pais dos Reis**, Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 194, DE 1995

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do artigo 5º do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen, aprovado pela Resolução nº 51, de 1993 – Senado Federal, resolve designar o servidor SÉRGIO MARCOS DE SOUZA, Analista de Informática Legislativa, Nível III, do Quadro de Pessoal deste órgão, para substituir o Coordenador da Coordenação de Operações – COP, da Divisão de Suporte Técnico e Operações – DSO, em seus afastamentos ou impedimentos regulamentares, com efeitos a partir de 26-12-95.

Brasília, 29 de dezembro de 1995. – **Marco Antonio Pais dos Reis**, Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 195, DE 1995

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal –

PRODASEN no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do Artigo 5º do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen, aprovado pela Resolução nº 51, de 1993 – Senado Federal, resolve fazer cessar os efeitos, a partir de 26-12-95, do Ato nº 91/95, que designou a servidora MARIA TEREZINHA DE MELO PIMENTEL, Analista de Informática Legislativa, Nível III, do Quadro de Pessoal deste órgão, para substituir o Coordenador da Coordenação de Operações (COP), da Divisão de Suporte Técnico e Operações (DSO).

Brasília -DF, 29 de dezembro de 1995. – **Marco Antonio Pais Dos Reis**, Diretor-Executivo.

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 196, DE 1995

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do artigo 5º do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen, aprovado pela Resolução nº 51, de 1993 – Senado Federal, resolve designar o servidor HÉLIO DAS CHAGAS FILHO, Analista de Informática Legislativa, Nível III, do Quadro de Pessoal deste órgão, para substituir o Coordenador da Coordenação Financeira (CFI), da Divisão Administrativa e Financeira (DAF), nos afastamentos ou impedimentos regulamentares do Coordenador e do substituto eventual, com efeitos a partir de 12 de dezembro de 1995.

Brasília, 29 de dezembro de 1995. – **Marco Antonio Pais dos Reis**, Diretor-Executivo.

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 197, DE 1995

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do artigo 5º do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen, aprovado pela Resolução nº 51, de 1993 – Senado Federal, resolve tornar sem efeito, a partir de 15 de dezembro de 1995, a designação da servidora MARTA MARIA PINCOWSCA CARDOSO MAIA, Analista de Informática Legislativa, Nível III, do Quadro de Pessoal deste órgão, para substituir o Chefe do Setor de Atendimento a Usuários (SAU), da Coordenação de Informática (COI), formalizada através do Ato nº 131/93.

Brasília -DF, 29 de dezembro de 1995. – **Marco Antonio Pais dos Reis**, Diretor-Executivo.

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 198, DE 1995

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal –

PRODASEN no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do artigo 5º do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen, aprovado pela Resolução nº 51, de 1993 – Senado Federal, resolve designar o servidor JOSÉ OSWALDO FERMOZELLI CÂMARA, Analista de Informática Legislativa, Nível III, do Quadro de Pessoal deste órgão, para substituir

o Chefe do Serviço de Atendimento a Usuários (SAU), da Coordenação de Informática (COI), em seus afastamentos ou impedimentos regulamentares, com efeitos a partir de 15 de dezembro de 1995.

Brasília, 29 de dezembro de 1995. – **Marco Antonio Pais dos Reis**, Diretor-Executivo.

MESA**Presidente**

José Sarney - PMDB - AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário

Levy Dias - PPB - MS

4º Secretário

Emandes Amorim - PMDB - RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares - PSB - SE

José Eduardo Dutra - PT - SE

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

Ney Suassuna - PMDB - PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - PSL - SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º Senador Joel de Holanda - PFL - PE

3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior - PMDB - AC

Waldeck Ornelas - PFL - BA

Emília Fernandes - PTB - RS

José Ignácio Ferreira - PSDB - ES

Lauro Campos - PT - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda - PSDB - DF

Vilson Kleinübing - PFL - SC

Ramez Tebet - PMDB - MS

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúcio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente:
Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Pedro Piva

1. Jefferson Peres
2. José ~~Ignácio~~ Ferreira

PPB

1. Eptácio Cafeteira

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN *3	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA *5	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA *4	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA *6	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLYCY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE *1	PA -2101/02
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PP			
JOÃO FRANÇA *7	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL *8	AM-2081/82
OSMAR DIAS *2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *9	DF-2011/12
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

*1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - vaga cedida pelo PT

*2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*8 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PTB, em 25/10/95

*9 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPIANO	RN-2361/67
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPR			
LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN *4	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA *5	MA-4073/74
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES *6	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA *7	RR-3067/68
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/17
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VAGO	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB / PL / PPS			
VAGO		1-VAGO	

*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ

FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359

FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE****PMDB**

IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4058/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/88
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36

PPR

ESPERIDIÃO AMIN -3	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA -4	MA-4073/74
--------------------	------------	-------------------------	------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
--------------------	------------	---------------------	------------

PP

BERNARDO CABRAL -5	AM-2081/87	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES-6	SE-2201/04
--------------------	------------	------------------------------	------------

PTB

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
--------------------------	------------	-----------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4781/82
---------------	------------	----------------	------------

PSB

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1- EDUARDO SUPLYCY -1	SP-3215/16
----------------	------------	-----------------------	------------

PL

ROMEU TUMA -2	SP-2061/57	1- VAGO	
---------------	------------	---------	--

PPS

ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
----------------	------------	---------	--

-1 - EDUARDO SUPLYCY (PT) - vaga cedida pelo PSB

-2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

-3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/96

-4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96

-5 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB em 25/10/96

-6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	7-vago	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
PEDRO PIVA	SP-2351/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2081/82
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *4	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA *6	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN *7	SC-4208/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2181/87
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
VAGO		2-BERNARDO CABRAL *9	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/48

- *1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT
- *2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95
- *3 - MARLUCE PINTO - desligou-se do PTB em 1º/06/95
- *4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *7 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *9 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PTB, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *1	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLYCY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES*3	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA *4	RR-3067/68
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PL / PPS			
vago			

*1 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*3 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1095

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PMDB**

NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	

PFL

FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE-2451/2457

PPR

LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/2077
---------------------	--------------	-------------------------	--------------

PP

JOSÉ ROBERTO ARRUDA *4	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/2127
------------------------	--------------	-----------------	--------------

PDT

SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
-----------------	--------------	-----------------	--------------

PTB

ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
---------------	--------------	--------------------	--------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
--------------------	--------------	----------------	--------------

PSB

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
----------------	--------------	--------	--

PL

ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052	1-VAGO	
---------------	--------------	--------	--

PPS

ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	
----------------	--------------	--------	--

*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)

FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2- BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *2	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *3	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PP			
BERNARDO CABRAL *4	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES*5	SE-2201/04
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSE / PL / PPS			
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

*1 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*2 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*3 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

*5 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)**

(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares

PMDB

José Fogaça
Casildo Maldaner

PFL

Vilson Kleinübing
Romero Jucá

PSDB

Lúdio Coelho

PPB

Esperidião Amin

PTB

Emília Fernandes

Suplentes

Marluce Pinto¹
Roberto Requião

Joel de Hollanda
Júlio Campos

Geraldo Melo

PP

Osmar Dias²

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Luciano Pizzatto
Paulo Bornhausen

Paulo Ritzel
Valdir Colatto

Franco Montoro

Rogério Silva

Dilceu Sperafico

Miguel Rosseto

Suplentes

Bloco Parlamentar PFL/PTB

Antônio Ueno
José Carlos Vieira

PMDB

Elias Abrahão
Rivaldo Macari

PSDB

Yeda Crusius

PPB

João Pizzolatti

PP

Augustinho Freitas

PT

Luiz Mainardi

¹ Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

² Filiado ao PSDB em 22-6-95.

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 126 · abril/junho – 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? –

José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento – Demócrito

Ramos Reinaldo

Consulta e parecer – René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreira

Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria

orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro

Requisitos par Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de

1980 – Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul – José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvertidas. – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal – Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald – Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnología social (Notas sobre las contradicciones del sistem penal) – Juan Marcos

Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira – Fernando Braga

O direito eleitoral português – Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guima-

rães Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Heleno Taveira

Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal – Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho

Agamemnon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar –

Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 127 · julho/setembro – 1995

Leia neste número:

Direitos e garantias fundamentais – Josaphat Marinho

A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática – Arnoldo Wald

Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência – Álvaro Lazzarini

A Constituição e a educação brasileira – Edivaldo M. Boaventura

A função judicante do Poder Legislativo no Brasil – Paulo Lopo Saraiva

Direito à moradia – Sérgio Sérulo da Cunha

Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro – Edilson Pereira Nobre Júnior

Apropriação indébita em matéria tributária – Carlos Alberto da Costa Dias

A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis – Oswaldo

Othon de Pontes Saraiva Filho

A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 – Otto Eduardo Vizeu Gil

Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos – Teori Albino Zavascki

Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a “Execução Provisória da Sentença Penal” – Maurício Kuehne

A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia – José Augusto Delgado

Uma leitura jurídica da prostituição infantil – Josiane Rose Petry Veronese

Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 – Jorge Ulisses J. Fernandes

Empresa agrária e estabelecimento agrário – Fábio Maria de-Mattia

Neoliberalismo e desadministrativização – Gladston Mamede

Prestação de contas – instrumento de transparência da Administração – Flávio Sátiro Fernandes

Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul – José Matias Pereira

A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos – Jete Jane Fiorati

Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal – Fabiana de Menezes Soares

Invalidação “ex officio” dos atos administrativos pelo juiz – José Américo A. Costa

A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites – Amandino Teixeira Nunes Júnior

O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil – Thadeu Andrade da Cunha

A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua – Fredys Orlando Sorto

Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) – Luís Afonso Heck

IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos – Sílvio Meira

A Responsabilidade do Estado-Juiz – Rogério Marinho Leite Chaves

Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas – José Pitas

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

· Números 125 a 128: R\$ 40,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

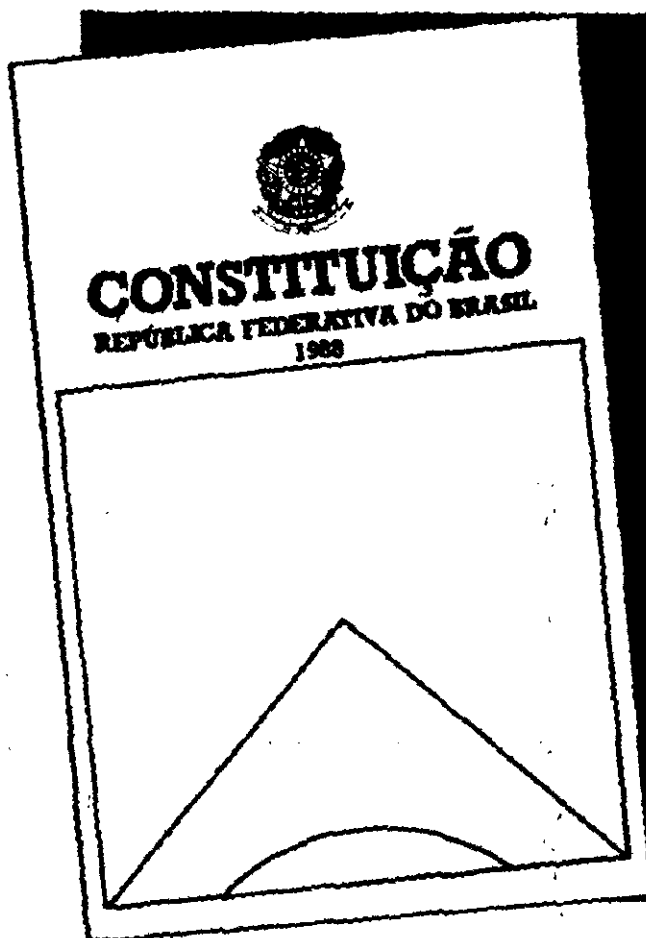
Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

**Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUIDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**



EDIÇÃO DE HOJE: 88 PÁGINAS